



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

# **Relatório de Riscos Fiscais das Autarquias Locais 2019 - 2024**

---

---

## FICHA TÉCNICA

---

<b>Título</b>	Relatório de Riscos Fiscais das Autarquias Locais 2019 - 2024
<b>Propriedade</b>	Ministério das Finanças
<b>Edição</b>	Direcção de Gestão de Riscos Fiscais
<b>Coordenação</b>	Nazira Faquir Dista, Directora de Gestão de Riscos Fiscais
<b>Equipa Técnica</b>	Omar Aninho Bay, Afifa Jamal, Pedro Nhanengue, Francisco Tchaúque, Pradip Amratlal, Angelina Matlhule, Helton Mucarie, Amália Ngoca, Cecília Nguila, Marlino Jorge, Tchumene Sigaúque, Salima Maunze, Valdemar Jessen, Agostinho Saene e Carlos Comissal
<b>Periodicidade</b>	Anual, N° 1/2025
<b>Endereço</b>	Ministério das Finanças Direcção de Gestão de Riscos Fiscais Av. Julius Nyerere, N.º 469, Torre B, 5º Andar. Caixa Postal n.º 272 Tel.: +258 21 481668; +258 82 2614543. <a href="http://www.mef.gov.mz">www.mef.gov.mz</a> Maputo - Moçambique

---

## INDICE GERAL

---

I.	INTRODUÇÃO .....	1
II.	ENQUADRAMENTO LEGAL .....	3
III.	METODOLOGIA .....	4
IV.	ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	6
1.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE LICHINGA.....	6
1.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais.....	6
1.2.	Análise de Riscos.....	6
2.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE CUAMBA.....	8
2.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	8
2.2.	Análise de Riscos.....	8
3.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE METANGULA .....	10
3.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	10
3.2.	Análise de Risco .....	10
4.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MARRUPA .....	12
4.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	12
4.2.	Análise de Riscos.....	12
5.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MANDIMBA.....	14
5.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	14
5.2.	Análise de Riscos.....	14
6.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE PEMBA.....	16
6.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	16
6.2.	Análise de Riscos.....	16
7.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MONTEPUEZ .....	18
7.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	18
7.2.	Análise de Riscos.....	18
8.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MUEDA.....	20
8.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais.....	20
8.2.	Análise de Riscos.....	20
9.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE CHIÚRE .....	22
9.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	22
9.2.	Análise de Riscos.....	22
10.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NAMPULA.....	24
10.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	24
10.2.	Análise de Riscos .....	24
11.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA ILHA DE MOÇAMBIQUE .....	26
11.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	26
11.2.	Análise de Riscos .....	26
12.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NACALA.....	28
12.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	28
12.2.	Análise de Riscos .....	28
13.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE ANGOCHE.....	30
13.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	30
13.2.	Análise de Riscos .....	30
14.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MONAPO .....	32
14.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	32
14.2.	Análise de Riscos .....	32

15.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE RIBÁUÈ .....	34
15.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	34
15.2.	Análise de Riscos .....	34
16.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MALEMA .....	36
16.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	36
16.2.	Análise de Riscos .....	36
17.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE QUELIMANE .....	38
17.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	38
17.2.	Análise de Riscos .....	38
18.	CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MAGANJA DA COSTA .....	40
18.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	40
18.2.	Análise de Riscos .....	40
19.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE GURUÉ .....	42
19.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	42
19.2.	Análise de Riscos .....	42
20.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MOCUBA .....	44
20.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	44
20.2.	Análise de Riscos .....	44
21.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MILANGE .....	46
21.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	46
21.2.	Análise de Riscos .....	46
22.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE ALTO MOLOCUÉ .....	48
22.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	48
22.2.	Análise de Riscos .....	48
23.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE TETE .....	50
23.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	50
23.2.	Análise de Riscos .....	50
24.	CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MOATIZE .....	51
24.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	51
24.2.	Análise de Riscos .....	51
25.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE ULONGOE .....	53
25.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	53
25.2.	Análise de Riscos .....	53
26.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE NHAMAYABUE .....	55
26.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	55
26.2.	Análise de Riscos .....	55
27.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE CHIMOIO .....	57
27.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	57
27.2.	Análise de Riscos .....	57
28.	CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE GONDOLA .....	59
28.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	59
28.2.	Análise de Riscos .....	59
29.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MANICA .....	61
29.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	61
29.2.	Análise de Riscos .....	61
30.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE CATANDICA .....	63
30.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	63
30.2.	Análise de Riscos .....	63
31.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE SUSSUNDENGA .....	65

31.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	65
31.2.	Análise de Riscos .....	65
32.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA BEIRA.....	67
32.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	67
32.2.	Análise de Riscos .....	67
33.	CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE DONDO .....	68
33.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	68
33.2.	Análise de Riscos .....	68
34.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MARROMEU.....	70
34.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	70
34.2.	Análise de Riscos .....	70
35.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE GORONGOSA.....	72
35.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	72
35.2.	Análise de Riscos .....	72
36.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE NHAMATANDA.....	74
36.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	74
36.2.	Análise de Riscos .....	74
37.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE INHAMBANE .....	76
37.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	76
37.2.	Análise de Riscos .....	76
38.	CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MASSINGA .....	78
38.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	78
38.2.	Análise de Riscos .....	78
39.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MAXIXE .....	80
39.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	80
39.2.	Análise de Riscos .....	80
40.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE VILANKULOS.....	81
40.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	81
40.2.	Análise de Riscos .....	81
41.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE QUISSICO.....	83
41.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	83
41.2.	Análise de Riscos .....	83
42.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE XAI-XAI .....	84
42.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	84
42.2.	Análise de Riscos .....	84
43.	CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MACIA .....	86
43.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	86
43.2.	Análise de Riscos .....	86
44.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE CHIBUTO .....	88
44.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	88
44.2.	Análise de Riscos .....	88
45.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE CHOKWE .....	90
45.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	90
45.2.	Análise de Riscos .....	90
46.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MANDLAKAZE.....	92
46.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	92
46.2.	Análise de Riscos .....	92
47.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DA PRAIA DE BILENE.....	93
47.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	93

47.2.	Análise de Riscos .....	93
48.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA .....	94
48.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	94
48.2.	Análise de Riscos .....	94
49.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DA MANHIÇA.....	96
49.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	96
49.2.	Análise de Riscos .....	96
50.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE NAMAACHA .....	97
50.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	97
50.2.	Análise de Riscos .....	97
51.	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE BOANE.....	99
51.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	99
51.2.	Análise de Riscos .....	99
52.	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO .....	101
52.1.	Evolução dos Principais indicadores fiscais .....	101
52.2.	Análise de Riscos .....	101
53.	ANÁLISE AGREGADA.....	103
53.1.	Evolução dos Principais Indicadores Fiscais .....	103
53.2.	Análise de Riscos .....	104
V.	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS AUTARQUIAS.....	106
VI.	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO .....	109
VII.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	113
	GLOSSÁRIO.....	114
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115

---

## INDICE de Tabelas

---

Tabela 1:	Indicadores Financeiros para análise das Autarquias .....	5
Tabela 2:	Tabela das Autarquias por grupo de risco e principais características.....	107

---

## INDICE de Gráficos

---

Gráfico 1 :	Composição da Receita Total-Lichinga.....	6
Gráfico 2 :	Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Lichinga .....	6
Gráfico 3:	Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Lichinga .....	6
Gráfico 4 :	Composição da Receita Total-Cuamba .....	8
Gráfico 5:	Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Cuamba.....	8
Gráfico 6:	Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total- Cuamba .....	8
Gráfico 7:	Composição da Receita Total-Metangula .....	10
Gráfico 8:	Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Metangula...	10
Gráfico 9:	Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Metangula .....	10

Gráfico 10: Composição da Dívida-Metangula .....	11
Gráfico 11: Evolução do Rácio da Dívida-Metangula .....	11
Gráfico 12: Composição da Receita Total-Marrupa .....	12
Gráfico 13: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Marrupa.....	12
Gráfico 14: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Marrupa .....	12
Gráfico 15: Composição da Dívida- Marrupa .....	13
Gráfico 16: Evolução do Rácio da Dívida-Marrupa .....	13
Gráfico 17: : Composição da Receita Total-Mandimba.....	14
Gráfico 18: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Mandimba .	14
Gráfico 19: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Mandimba.....	14
Gráfico 20: Composição da Dívida-Mandimba .....	15
Gráfico 21: Evolução do Rácio da Dívida-Mandimba .....	15
Gráfico 22: Composição da Receita Total-Pemba.....	16
Gráfico 23: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Pemba .....	16
Gráfico 24: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Pemba.....	16
Gráfico 25: Composição da Dívida- Pemba .....	17
Gráfico 26: Evolução do Rácio da Dívida- Pemba .....	17
Gráfico 27: Composição da Receita Total-Montepuez.....	18
Gráfico 28: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Montepuez	18
Gráfico 29: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Montepuez.....	18
Gráfico 30: Composição da Dívida- Pemba .....	19
Gráfico 31: Evolução do Rácio da Dívida- Pemba .....	19
Gráfico 32: Composição da Receita Total-Mueda.....	20
Gráfico 33: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Mueda .....	20
Gráfico 34: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Mueda .....	20
Gráfico 35: Composição da Dívida-Mueda .....	21
Gráfico 36: Evolução do Rácio da Dívida-Mueda .....	21
Gráfico 37: Composição da Receita Total-Chiúre .....	22
Gráfico 38: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Chiúre .....	22
Gráfico 39: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Chiúre .....	22
Gráfico 40: Composição da Dívida-Chiúre .....	23
Gráfico 41 : Evolução do Rácio da Dívida-Chiúre .....	23
Gráfico 42: Composição da Receita Total-Nampula.....	24
Gráfico 43: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Nampula ...	24
Gráfico 44: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Nampula.....	24
Gráfico 45: Composição da Dívida-Nampula .....	25
Gráfico 46: Evolução do Rácio da Dívida-Nampula .....	25
Gráfico 47: Composição da Receita Total-Ilha de Moç. ....	26
Gráfico 48: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Ilha de Moç. .....	26
Gráfico 49: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Ilha de Moç. ....	26
Gráfico 50: Composição da Dívida-Ilha de Moç. ....	27
Gráfico 51: Evolução do Rácio da Dívida-Ilha de Moç. ....	27
Gráfico 52: Composição da Receita Total-Nacala .....	28
Gráfico 53: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Nacala.....	28
Gráfico 54: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Nacala .....	28

Gráfico 55: Composição da Dívida-Nacala .....	29
Gráfico 56: Evolução do Rácio da Dívida-Nacala .....	29
Gráfico 57: Composição da Receita Total-Angoche .....	30
Gráfico 58: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Angoche ...	30
Gráfico 59: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Angoche.....	30
Gráfico 60: Composição da Dívida-Angoche .....	31
Gráfico 61: Evolução do Rácio da Dívida-Angoche .....	31
Gráfico 62: Composição da Receita Total-Monapo .....	32
Gráfico 63: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Monapo.....	32
Gráfico 64: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Monapo .....	32
Gráfico 65: Composição da Dívida-Monapo .....	33
Gráfico 66: Evolução do Rácio da Dívida-Monapo .....	33
Gráfico 67: Composição da Receita Total-Ribáuè .....	34
Gráfico 68: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Ribáuè .....	34
Gráfico 69: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Ribáuè.....	34
Gráfico 70: Composição da Dívida-Ribáuè .....	35
Gráfico 71: Evolução do Rácio da Dívida-Ribáuè .....	35
Gráfico 72: Composição da Receita Total-Malema .....	36
Gráfico 73: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Malema .....	36
Gráfico 74: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Malema.....	36
Gráfico 75: Composição da Dívida-Malema .....	37
Gráfico 76: Evolução do Rácio da Dívida-Malema .....	37
Gráfico 77: Composição da Receita Total-Quelimane .....	38
Gráfico 78: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Quelimane	38
Gráfico 79: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Quelimane .....	38
Gráfico 80: Composição da Dívida-Quelimane .....	39
Gráfico 81: Evolução do Rácio da Dívida-Quelimane .....	39
Gráfico 82: Composição da Receita Total-Mgja. da Costa .....	40
Gráfico 83: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Mgja da Costa .....	40
Gráfico 84: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Mgja da Costa .....	40
Gráfico 85: Composição da Dívida-Mgja. da Costa .....	41
Gráfico 86: Evolução do Rácio da Dívida-Mgja. da Costa .....	41
Gráfico 87: Composição da Receita Total-Gurué .....	42
Gráfico 88: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Gurué.....	42
Gráfico 89: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Gurué.....	42
Gráfico 90: Composição da Dívida-Gurué .....	43
Gráfico 91 : Evolução do Rácio da Dívida-Gurué .....	43
Gráfico 92: Composição da Receita Total-Mocuba.....	44
Gráfico 93 : Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria - Mocuba ..	44
Gráfico 94: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total - Mocuba .....	44
Gráfico 95: Composição da Dívida-Mocuba .....	45
Gráfico 96: Evolução do Rácio da Dívida-Mocuba .....	45
Gráfico 97: Composição da Receita Total-Milange.....	46
Gráfico 98 : Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Milange .....	46
Gráfico 99: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Milange.....	46

Gráfico 100: Composição da Dívida-Milange .....	47
Gráfico101: Evolução do Rácio da Dívida-Milange .....	47
Gráfico 102: Composição da Receita Total-Alto Molocué.....	48
Gráfico 103: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Alto Molocué .....	48
Gráfico 104: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Alto Molocué.....	48
Gráfico 105: Composição da Dívida-Alto Molocué .....	49
Gráfico 106: Evolução do Rácio da Dívida-Alto Molocué .....	49
Gráfico 107: Composição da Receita Total-Tete .....	50
Gráfico 108: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Tete.....	50
Gráfico 109: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Tete .....	50
Gráfico 110: Composição da Receita Total-Moatize .....	51
Gráfico 111: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Moatize ....	51
Gráfico 112: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Moatize.....	51
Gráfico 113: Composição da Dívida-Moatize .....	52
Gráfico 114: Evolução do Rácio da Dívida-Moatize .....	52
Gráfico 115: Composição da Receita Total-Ulongoe .....	53
Gráfico 116: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Ulongoe...	53
Gráfico 117: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Ulongoe .....	53
Gráfico 118: Composição da Dívida-Ulongoe .....	54
Gráfico 119: Evolução do Rácio da Dívida-Ulongoe .....	54
Gráfico 120: Composição da Receita Total-Nhamayabue .....	55
Gráfico 121: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Nhamayabue .....	55
Gráfico 122: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Nhamayabue.....	55
Gráfico 123: Composição da Dívida-Nhamayabue .....	56
Gráfico 124: Evolução do Rácio da Dívida-Nhamayabue .....	56
Gráfico 125: Composição da Receita Total-Chimoio.....	57
Gráfico 126: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Chimoio ...	57
Gráfico 127: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Chimoio .....	57
Gráfico 128: Composição da Dívida-Chimoio .....	58
Gráfico 129: Evolução do Rácio da Dívida-Chimoio .....	58
Gráfico130 : Composição da Receita Total-Gondola .....	59
Gráfico 131: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Gondola...	59
Gráfico 132: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Gondola.....	59
Gráfico 133: Composição da Dívida-Gondola .....	60
Gráfico 134: Evolução do Rácio da Dívida-Gondola .....	60
Gráfico 135: Composição da Receita Total-Manica .....	61
Gráfico 136: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Manica.....	61
Gráfico 137: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Manica.....	61
Gráfico 138: Composição da Dívida-Manica .....	62
Gráfico 139: Evolução do Rácio da Dívida-Manica .....	62
Gráfico 140: Composição da Receita Total-Catandica.....	63
Gráfico 141: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Catandica.	63
Gráfico 142: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Catandica.....	63
Gráfico 143: Composição da Dívida-Catandica .....	64

<b>Gráfico 144:</b> Evolução do Rácio da Dívida-Catandica .....	64
<b>Gráfico 145:</b> Composição da Receita Total-Sussundenga .....	65
<b>Gráfico 146:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Sussundenga .....	65
<b>Gráfico 147:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Sussundenga.....	65
<b>Gráfico 148:</b> Composição da Dívida-Sussundenga .....	66
<b>Gráfico 149:</b> Evolução do Rácio da Dívida-Sussundenga .....	66
<b>Gráfico 150:</b> Composição da Receita Total-Pemba .....	67
<b>Gráfico 151:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria (Pemba)....	67
<b>Gráfico 152:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total- Pemba .....	67
<b>Gráfico 153:</b> Composição da Receita Total-Dondo.....	68
<b>Gráfico 154:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Dondo .....	68
<b>Gráfico 155:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Dondo .....	68
<b>Gráfico 156:</b> Composição da Dívida-Dondo .....	69
<b>Gráfico 157:</b> Evolução do Rácio da Dívida-Dondo .....	69
<b>Gráfico 158:</b> Composição da Receita Total-Marromeu .....	70
<b>Gráfico 159:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Marromeu.	70
<b>Gráfico 160:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Marromeu .....	70
<b>Gráfico 161:</b> Composição da Dívida-Marromeu .....	71
<b>Gráfico 162:</b> Evolução do Rácio da Dívida-Marromeu .....	71
<b>Gráfico 163:</b> Composição da Receita Total-Gorongosa.....	72
<b>Gráfico 164:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Gorongosa .....	72
<b>Gráfico 165:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Gorongosa.....	72
<b>Gráfico 166:</b> Composição da Dívida-Gorongosa .....	73
<b>Gráfico 167:</b> Evolução do Rácio da Dívida-Gorongosa .....	73
<b>Gráfico 168:</b> Composição da Receita Total-Nhamatanda.....	74
<b>Gráfico 169:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Nhamatanda .....	74
<b>Gráfico 170:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Nhamatanda.....	74
<b>Gráfico 171:</b> Composição da Receita Total-Inhambane.....	76
<b>Gráfico 172:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Inhambane .....	76
<b>Gráfico 173:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Inhambane.....	76
<b>Gráfico 174:</b> Composição da Dívida-Inhambane .....	77
<b>Gráfico 175:</b> Evolução do Rácio da Dívida-Inhambane .....	77
<b>Gráfico 176:</b> Composição da Receita Total-Massinga .....	78
<b>Gráfico 177:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Massinga..	78
<b>Gráfico 178:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Massinga .....	78
<b>Gráfico 179:</b> Composição da Dívida-Massinga .....	79
<b>Gráfico 180:</b> Evolução do Rácio da Dívida-Massinga .....	79
<b>Gráfico 181:</b> Composição da Receita Total-Maxixe.....	80
<b>Gráfico 182:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Maxixe .....	80
<b>Gráfico 183:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Maxixe .....	80
<b>Gráfico 184:</b> Composição da Receita Total-Vilankulos.....	81
<b>Gráfico 185:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Vilankulos	81

Gráfico 186: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Vilankulos.....	81
Gráfico 187: Composição da Dívida-Vilankulos .....	82
Gráfico 188: Evolução do Rácio da Dívida-Vilankulos .....	82
Gráfico 189: Composição da Receita Total-Quissico.....	83
Gráfico 190: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Quissico ...	83
Gráfico 191: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Quissico .....	83
Gráfico 192: Composição da Receita Total-Xai-xai .....	84
Gráfico 193 : Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Xai-xai.....	84
Gráfico 194: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Xai-xai .....	84
Gráfico 195: Composição da Dívida-Xai-xai .....	85
Gráfico 196: Evolução do Rácio da Dívida-Xai-xai .....	85
Gráfico 197: Composição da Receita Total-Macia.....	86
Gráfico 198: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Macia.....	86
Gráfico 199: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Macia .....	86
Gráfico 200: Composição da Dívida-Macia .....	87
Gráfico 201: Evolução do Rácio da Dívida-Macia .....	87
Gráfico 202: Composição da Receita Total- .....	88
Gráfico 203: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Chibuto ....	88
Gráfico 204: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Chibuto .....	88
Gráfico 205: Composição da Dívida-Chibuto .....	89
Gráfico 206: Evolução do Rácio da Dívida-Chibuto .....	89
Gráfico 207: Composição da Receita Total-Chokwe .....	90
Gráfico 208: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Chokwe....	90
Gráfico 209: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Chokwe .....	90
Gráfico 210: Composição da Dívida-Chokwe .....	91
Gráfico 211: Evolução do Rácio da Dívida-Chokwe .....	91
Gráfico 212: Composição da Receita Total-Mandlakaze.....	92
Gráfico 213: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Mandlakaze .....	92
Gráfico 214: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Mandlakaze .....	92
Gráfico 215: Composição da Receita Total-Bilene .....	93
Gráfico 216: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Bilene .....	93
Gráfico 217: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Bilene.....	93
Gráfico 218: Composição da Receita Total-Matola.....	94
Gráfico 219: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Matola .....	94
Gráfico 220: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Matola.....	94
Gráfico 221: Composição da Dívida-Matola .....	95
Gráfico 222: Evolução do Rácio da Dívida-Matola .....	95
Gráfico 223: Composição da Receita Total-Manhiça .....	96
Gráfico 224: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Manhiça ...	96
Gráfico 225: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Manhiça.....	96
Gráfico 226: Composição da Receita Total-Namaacha.....	97
Gráfico 227: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Namaacha	97
Gráfico 228: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Namaacha.....	97
Gráfico 229: Composição da Dívida-Namaacha .....	98
Gráfico 230: Evolução do Rácio da Dívida-Namaacha .....	98

<b>Gráfico 231:</b> Composição da Receita Total-Boane.....	99
<b>Gráfico 232:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Boane .....	99
<b>Gráfico 233:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Boane .....	99
<b>Gráfico 234:</b> Composição da Receita Total-Maputo .....	101
<b>Gráfico 235:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Maputo...	101
<b>Gráfico 236:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Maputo.....	101
<b>Gráfico 237:</b> Composição da Dívida-Maputo .....	102
<b>Gráfico 238:</b> Evolução do Rácio da Dívida-Maputo .....	102
<b>Gráfico 239:</b> Composição da Receita Total .....	103
<b>Gráfico 240:</b> Evolução da Receita Própria e Receita Total .....	103
<b>Gráfico 241:</b> Municípios com maior Receita Própria Média (2019 - 2024).....	103
<b>Gráfico 242:</b> Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria (Global) ..	104
<b>Gráfico 243:</b> Evolução do Rácio da Receita Própria em Função da Despesa Total.....	104
<b>Gráfico 244:</b> Composição da Dívida .....	105
<b>Gráfico 245:</b> Evolução do Rácio da Dívida .....	105
<b>Gráfico 246:</b> Dívida Comercial por Autarquia em 2024 .....	105
<b>Gráfico 247:</b> Dívida com Fornecedores por Autarquia em 2024.....	105

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AL	Autarquias Locais
ANAMM	Associação Nacional dos Municípios de Moçambique
OGD	Órgãos de Governação Descentralizada
OGDP	Órgãos de Governação Descentralizada Provincial
BdM	Banco de Moçambique
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
DGRF	Direcção de Gestão de Riscos Fiscais
DNCP	Direcção Nacional de Contabilidade Pública
DNGDP	Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública
DNO	Direcção Nacional de Orçamento
DNTCF	Direcção Nacional do Tesouro e Cooperação Financeira
DAFF	Direcção de Análises Fiscais e Financeiras
FCA	Fundo de Compensação Autárquica
FE	Fundo de Estradas
FIIA	Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MF	Ministério das Finanças
MJCR	Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos
MTL	Ministério dos Transportes e Logística
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado

---

## SUMÁRIO EXECUTIVO

---

O presente relatório analisa os indicadores financeiros dos Órgãos de Governação Descentralizada Local, com enfoque para as Autarquias, identificando os potenciais riscos fiscais a que estão expostas, através de uma análise histórica de 2019 a 2024.

A análise considerou a existência das contas de gerência das 52<sup>1</sup> Autarquias no período em referência, observação directa, bem como entrevistas a estas entidades de governação descentralizadas. O objectivo é de contribuir para a melhoria da gestão das finanças públicas, em particular das finanças autárquicas, reforçando a capacidade destas instituições para cumprir o seu papel no **desenvolvimento socioeconómico do país**.

Os principais riscos fiscais identificados incluem a baixa capacidade de arrecadação de receitas próprias, a elevada despesa com a folha salarial, a falta de autonomia financeira e a dependência das transferências do governo central, bem como a exposição ao endividamento excessivo, resultante de atrasos no pagamento de dívidas a fornecedores e prestações de empréstimos contraídos.

Durante o período em analisado, verificou-se que as Autarquias como a Vila de Marrupa, Vila de Chiúre, Vila de Malema, Cidade da Ilha de Moçambique, Vila de Ribaué e Vila de Sussundenda apresentaram dependência superior a 90% das transferências governamentais. Por outro lado, Autarquias como Vila de Moatize, Vila de Mandimba, Vila de Monapo, Vila de Alto Molócue, Cidade de Tete, Cidade de Chimoio, Cidade de Mueda, Cidade de Mocuba, Vila de Ulóngo, Vila de Catandica, Vila de Quissico e Cidade de Mandlacaze registaram crescimento notável das sua receitas próprias, superior a 100%.

A insuficiência de receitas próprias para cobrir as despesas correntes é evidente, com índices médios seis (6) vezes superiores ao salários/receitas próprias, em autarquias como a Vila de Marrupa, Cidade de Chiure, Vila de Malema, Vila de Metangula e Vila de Ribáue reflectindo forte pressão estrutural sobre os orçamentos municipais.

Outro desafio crítico prende-se com o endividamento, uma vez que, em 2024, algumas autarquias, nomeadamente a Vila de Mandimba, a Cidade de Pemba, a Vila de Marromeu e a Vila de Namaacha, registaram níveis de dívida equivalentes a cerca de três vezes a sua capacidade de geração de receita própria, evidenciando uma elevada vulnerabilidade fiscal

---

<sup>1</sup> A Autarquia de Mocímboa da Praia não foi contemplada na análise devido a ausência das contas de gerência dos anos de 2019-2023, pela vandalização das suas infraestruturas e destruição de documentos, como consequência da insurgência na Província de Cabo Delgado. Ela apenas apresentou a Conta de Gerência do ano de 2024.

Não obstante as adversidades identificadas, algumas autarquias evidenciaram esforços consistentes e bem-sucedidos de mitigação fiscal. Nas autarquias da Vila de Moatize, Vila de Marrupa, Vila de Monapo, Vila de Alto Molócuè, Cidade de Tete, Cidade de Chimoio, Cidade de Mueda, Vila de Ulongué, Cidade de Mocuba, Vila de Quissico e Cidade de Mandlakaze, registou-se um crescimento médio de 116% na arrecadação de receitas próprias, associado a um baixo nível de endividamento, em média de 22%, reflectindo práticas de gestão fiscal mais eficientes e sustentáveis. No entanto, as Autarquias como da Cidade de Angoche, Cidade de Nacala, Vila de Metangula, Vila de Sussundenga, Cidade de Chiúre, Vila de Malema, Cidade de Gurúè, Vila de Nhamauabue, Cidade de Inhambane e Vila de Massinga, reduziram em média 80% dos passivos em 2024, graças a melhoria da gestão, implementação de novas formas de arrecadação da receita e renegociação de dívidas.

O relatório conclui que a sustentabilidade fiscal no médio prazo, depende da gestão eficiente da tesouraria, diversificação das fontes de receitas e fortalecimento das capacidades locais de arrecadação. Medidas como modernização da administração tributária, ampliação da base de contribuintes e contenção das despesas salariais são essenciais. Paralelamente, é necessária a abordagem integrada entre governo central e as Autarquias, promovendo a descentralização fiscal e a gestão eficiente dos recursos locais para garantir estabilidade fiscal nacional, reduzir a dependência excessiva das transferências do Governo e mitigar a pressão do endividamento.

---

## I. INTRODUÇÃO

---

Os Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e as Autarquias Locais estão expostos um conjunto de riscos fiscais, entendidos como eventos potenciais cuja ocorrência pode gerar desvios significativos entre os resultados fiscais efectivos e as projecções constantes do orçamento aprovado.

A gestão eficaz desses riscos exige um quadro abrangente e sistemático, que integre, de forma articulada os processos de identificação, análise, mitigação e monitoria contínua. Essa abordagem é fundamental para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e assegurar a previsibilidade e credibilidade do processo orçamental.

A Lei do SISTAFE e seu respectivo Regulamento preconizam que a formulação dos instrumentos de planificação e orçamentação deve considerar os riscos fiscais. Paralelamente, estabelecem que o processo de recolha e tratamento de informação sobre esses riscos seja contínuo, culminando na elaboração e publicação anual, na página da internet do Ministério das Finanças, do Relatório de Risco Fiscal. Este documento consolida análises específicas dos diferentes riscos<sup>2</sup>, incluindo aqueles associados aos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e às Autarquias Locais.

As Autarquias Locais, embora disponham de autonomia na gestão das suas operações financeiras, contratam frequentemente dívidas e implementam projectos de grande porte, sobretudo de infra-estruturas, podendo acumular atrasos nas suas despesas e expondo-se a riscos adicionais.

Neste contexto, o presente relatório tem como objectivo identificar e analisar os potenciais riscos fiscais que podem impactar negativamente o equilíbrio orçamental dessas entidades descentralizadas em Moçambique, e propor medidas de mitigação.

Os resultados desta análise foram socializados e harmonizados em diferentes níveis institucionais, nomeadamente: (i) Harmonização técnica ao nível dos Municípios, onde se realizou a recolha de dados; (ii) Oficina de trabalho com a participação das Unidades Orgânicas do MF, MAEFP e ANAMM, com objectivo de recolher contribuições para aprimorar o documento; (iii) Harmonização com os Presidentes dos Municípios, ANAMM, MAEFP e MF. Este documento foi também apreciado ao nível dos Conselhos Técnico e Consultivo do MF, pelo Conselho Técnico do MAEFP, pelo Conselho de Ministros, e finalmente na XIV Reunião Anual das Autarquias Locais, em 14 de Agosto de 2025.

O relatório encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado às notas introdutórias, onde se apresenta o enquadramento geral do

---

<sup>2</sup> As análises de risco fiscal específicos podem estar associada aos: Risco Macrofiscais; do Sector Empresarial do Estado; das PPP; das pensões; dos Desastres Naturais; da Divida Publica; Litígio contra Estado e outras que podem afectar as finanças publicas.

estudo. O segundo capítulo versa sobre a análise dos resultados individuais das Autarquias. O terceiro capítulo apresenta a análise agregada dos principais indicadores financeiros. O quarto capítulo é consagrado à classificação do risco fiscal das Autarquias. Por fim, o quinto capítulo contém as considerações finais, bem como a apresentação das principais medidas de mitigação dos riscos identificados.

---

## **II. ENQUADRAMENTO LEGAL.**

---

A Lei 12/2023, de 25 de Agosto, que estabelece as bases para criação, organização e funcionamento das Autarquias Locais, preconiza que estas devem ser instituídas considerando a sua capacidade de gerar receitas suficientes para cumprir as atribuições sob sua responsabilidade. Por outro lado, a Lei 1/2008, de 16 de Janeiro, que define o regime financeiro, orçamental e patrimonial das autarquias locais e o Sistema Tributário Autárquico, estabelece que a realização de quaisquer despesas ou assunção de encargos só é permitida quando exista cobertura legal, previsão adequada e cabimento orçamental para as mesmas.

Em caso de défice orçamental autárquico, a Lei 1/2008 autoriza, de forma excepcional, a contracção de empréstimos de curto ou longo prazos. Nos casos em que as autarquias enfrentam incapacidade financeira para honrar os seus compromissos ou situações críticas que comprometam a prestação de serviços públicos essenciais, a legislação prevê a possibilidade de transferências orçamentais extraordinárias, conforme o disposto no Artigo 50, com o objectivo de mitigar os impactos dessas adversidades. Neste contexto, que a análise de riscos fiscais das Autarquias Locais, deve considerar três dimensões fundamentais: a capacidade de arrecadação da receita própria, o comportamento da despesa e a sustentabilidade da dívida.

---

### III. METODOLOGIA

---

A análise de riscos centra-se na avaliação dos indicadores de sustentabilidade fiscal<sup>3</sup> das autarquias locais no período de 2019 a 2024 com base em dados provenientes das contas de gerência, consultas presenciais e informações complementares fornecidas pelos gestores municipais.

A sustentabilidade fiscal no médio prazo, depende da capacidade de mobilização da receita própria, considerada variável central para garantir o equilíbrio orçamental.

Os pressupostos que garantem o equilíbrio orçamental e sustentabilidade fiscal das Autarquias são definidos com base em limiares estabelecidos para os indicadores de autonomia financeira e endividamento, embora possam variar conforme a amostra analisada. Segue abaixo a descrição detalhada de cada indicador acompanhado de sua fundamentação:

- i. O limiar de 60% dos indicadores **Salários e Remunerações sobre a Receita Própria** e **Salários e Remunerações sobre a Receita Própria mais o Fundo de Compensação Autárquica**, foi estipulado tendo em conta o limite de 40% para a Remuneração dos Titulares e Membros dos Órgãos Autárquicos (Lei 1/2008, de 16 de Janeiro) e uma ponderação de 20% considerando o pagamento de salários aos funcionários.
- ii. O limiar de 60% do indicador **Receita Própria sobre a Despesa Total**, foi estipulado tendo em conta o limite mínimo de autonomia administrativa, financeira e patrimonial para os órgãos ou instituições do Estado (Artigo 6, da Lei 14/2020, de 23 de Dezembro, que estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado, abreviadamente designado por SISTAFE).
- iii. O limiar de 30% e 40% dos indicadores **Salários e Remunerações sobre a Despesa Total** e **Dívida Total sobre Receita Própria**, foram estipulados tendo em conta a referencias internacionais de sustentabilidade destes órgãos descentralizados.

Estes parâmetros permitem avaliar a autonomia financeira, a pressão da despesa corrente e a capacidade de endividamento, constituindo assim a base para classificação do risco fiscal das autarquias.

---

<sup>3</sup> Foram definidos dois indicadores de sustentabilidade fiscal, nomeadamente: a autonomia financeira e o endividamento.

Tabela 1: Indicadores Financeiros para análise das Autarquias

	<b>Indicador</b>	<b>Interpretação</b>
<b>Autonomia Financeira</b>	1. Receita própria/ Despesa Total	Quantifica a capacidade de gerar receitas próprias suficientes para cobrir suas despesas totais (correntes e de investimento). Valores iguais ou superiores a 60%, indicam Autonomia da Receita Própria para realizar a maior parte das Despesas com esta fonte de recurso.
	2. Salários e Remunerações/ Receita própria	Quantifica a capacidade de pagar salários com a receita própria. Valores iguais ou inferiores a 60%, indicam Autonomia para pagar os Salários e Remunerações, sem comprometer outras actividades e necessidade adicional de recursos
	3. Salários e Remunerações/ Receita própria+FCA	Quantifica a capacidade de pagar salários com a receita própria e o Fundo de Compensação Autárquica (FCA). Valores iguais ou inferiores a 60%, indicam Autonomia para pagar os Salários e Remunerações com a adição do FCA, sem comprometer outras actividades e necessidade adicional de recursos
	4. Salários e Remunerações/Despesa Total	Quantifica o peso da folha salarial sobre a despesa total. Valores iguais ou inferiores a 30%, indicam Autonomia para pagar os Salários e Remunerações, sem comprometer outras actividades deixando 70% das Despesas a serem executadas como o orçamento remanescente.
<b>Endividamento</b>	5. Dívidas Total /Receita própria	Quantifica o peso da dívida sobre a receita própria. Valores iguais ou inferiores a 40%, indicam que a dívida exerce menos pressão (peso) sobre as Receitas Próprias, possibilitando o seu pagamento sem comprometer a execução de outras despesas.

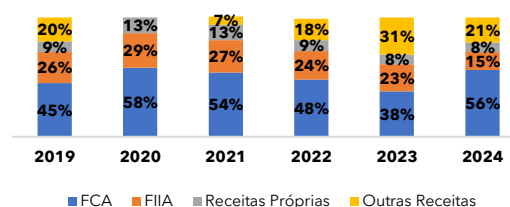
## IV. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 1. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE LICHINGA

#### 1.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

A análise da estrutura da receita total revela uma acentuada dependência das transferências do Estado, as quais representam, em média, cerca de 74% do total das receitas, ao passo que a receita própria contribui apenas com aproximadamente 10% da receita global.

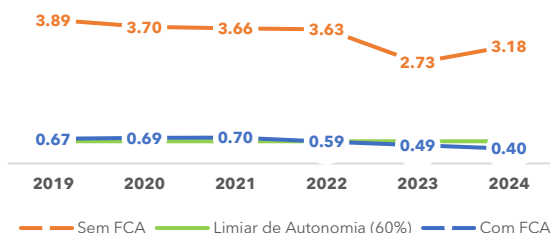
Gráfico 1 : Composição da Receita Total-Lichinga



#### 1.2. Análise de Riscos

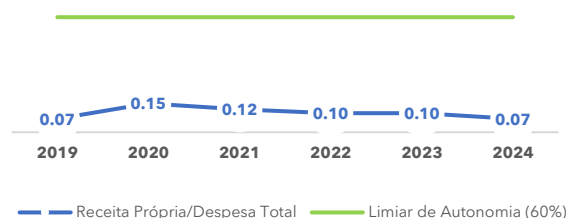
##### 1.2.1. Autonomia

Gráfico 2 : Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Lichinga



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 3: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Lichinga



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Os gráficos 2 e 3 ilustram que, durante o período em análise, o município não possui autonomia financeira para cobrir os encargos com salários e remunerações com recurso a receitas próprias, sendo necessário um montante, em média, três vezes superior à arrecadação local. Contudo, com a incorporação do FCA, verifica-se uma melhoria do rácio, assegurando maior sustentabilidade fiscal, ao posicionar-se, em 2024, cerca de 20% abaixo do limiar estabelecido.

A partir do ano 2023, a proporção dos salários e remunerações face à despesa total representam em média, 5% inferior ao limite considerado aceitável, um sinal positivo de controlo e sustentabilidade fiscal.

No período em análise, as receitas próprias do município representaram, em média, apenas 10% da despesa total, reflectindo uma acentuada dependência das transferências do Estado para assegurar o financiamento das suas actividades e da prestação de serviços públicos.

### **1.2.2. Endividamento**

A Autarquia não evidencia registos de endividamento, quer perante fornecedores, quer junto do sistema bancário, facto que reflecte um esforço consistente de consolidação fiscal, sustentado por medidas eficazes de contenção da despesa e por um controlo rigoroso das obrigações financeiras.

## 2. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE CUAMBA

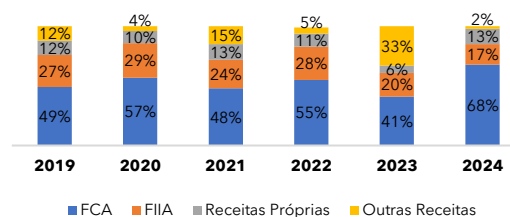
### 2.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da Receita Total revela uma dependência das transferências do Estado (FCA e FIIA), representando em média 77% e a receita própria 11%.

Embora se observe um ligeiro crescimento nominal da receita própria ao longo dos anos, esse aumento é desproporcional em relação ao crescimento da receita total, o que reflecte uma fraca autonomia financeira.

Em 2023, registou-se um decréscimo de 13% para 6% na arrecadação de receita própria, decorrente, em grande medida, da insuficiência de efectivos da polícia municipal para assegurar o acompanhamento adequado das actividades de fiscalização no processo de cobrança de receita. Em resposta a esta limitação, procedeu-se à revisão do quadro de pessoal e o estatuto orgânico de modo à admissão de novos agentes da polícia municipal, tendo culminado com um incremento de 13% em 2024.

Gráfico 4: : Composição da Receita Total-Cuamba

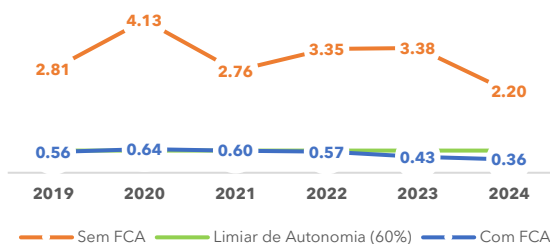


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 2.2. Análise de Riscos

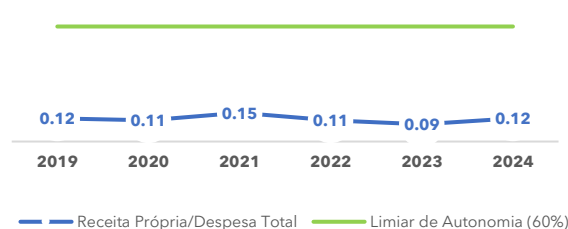
#### 2.2.1. Autonomia

Gráfico 5: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Cuamba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 6: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total- Cuamba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Os gráficos ilustram que, ao longo do período em análise, o Município não possuía autonomia financeira suficiente para suportar os encargos com salários e remunerações, através de receitas próprias, sendo estas, em média, cerca de três vezes inferiores às necessidades de financiamento da massa salarial. Todavia, com a adição do Fundo de Compensação Autárquica (FCA), verifica-se uma melhoria do rácio, o qual se aproxima do limiar de sustentabilidade, situando-se, em média, cerca de 7% abaixo do referido limite.

Entre 2019 e 2024, o município manteve-se, em média, 6% acima do limiar de sustentabilidade, o que sugere uma disciplina fiscal na contenção da despesa com pessoal. Essa prática contribui para a sustentabilidade fiscal a médio prazo, ao evitar pressões excessivas sobre a despesa corrente.

Durante o período em análise, as receitas próprias do município cobriram, em média, 12% da despesa total, o que reflecte a dependência das transferências do Estado para o financiamento das despesas da autarquia.

### **2.2.2. Endividamento**

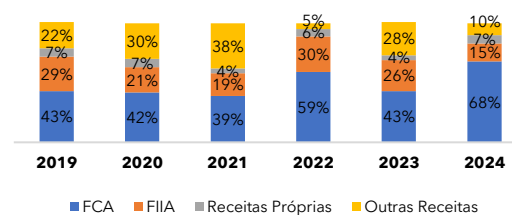
A Autarquia não tem dividas nem com fornecedores nem com a banca, evidenciando uma consolidação fiscal, com medidas de contenção e controlo da dívida.

### 3. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE METANGULA

#### 3.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

Durante o período em análise, a composição da receita total caracterizava-se por uma acentuada dependência das transferências do Estado, com o Fundo de Compensação Autárquica (FCA) e o Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica (FIIA) a representarem, em média, 49% e 23% da receita total, respectivamente, enquanto as receitas próprias corresponderam apenas cerca de 6%. Não obstante registrar-se algum esforço na arrecadação de receitas próprias em termos nominais, estas apresentaram um crescimento acumulado de 43,5% em igual período.

Gráfico 7: Composição da Receita Total-Metangula

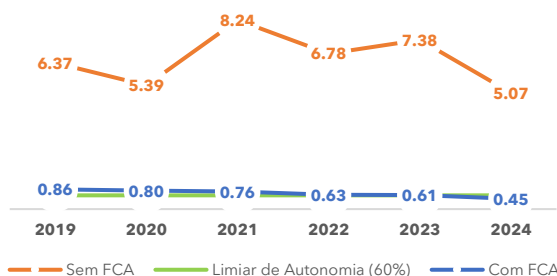


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

#### 3.2. Análise de Risco

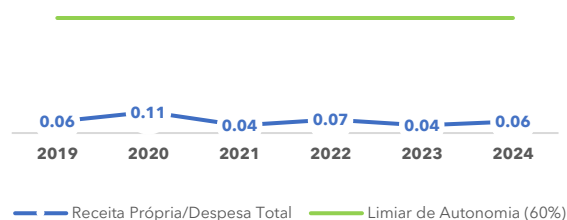
##### 3.2.1. Autonomia

Gráfico 8: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Metangula



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 9: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Metangula



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Durante o período em análise, o rácio Salários e Remunerações sobre a Receita Própria esteve 7 vezes acima do limiar da autonomia financeira. Com a adição do FCA às receitas próprias o rácio melhora, permitindo que o município consiga suportar as despesas de salários e remunerações.

Adicionalmente, o rácio Salários e Remunerações sobre a Receita Total situou-se, em média, 10 pp acima do limite de referência, traduzindo-se em um elevado peso da massa salarial, o que limita o investimento e a capacidade de financiar serviços públicos essenciais. Em igual período, o rácio receita própria sobre a despesa total, fixou-se em média 54pp abaixo do limiar, evidenciando uma capacidade limitada para financiar a despesa com recurso as receitas próprias.

### 3.2.2. Endividamento

Gráfico 10: Composição da Dívida-Metangula

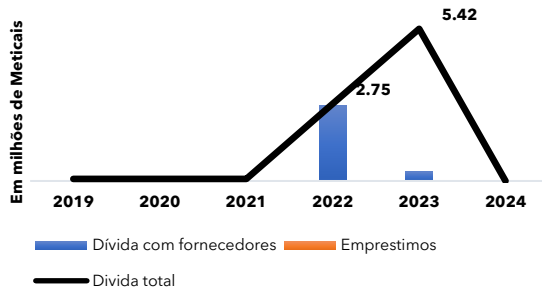
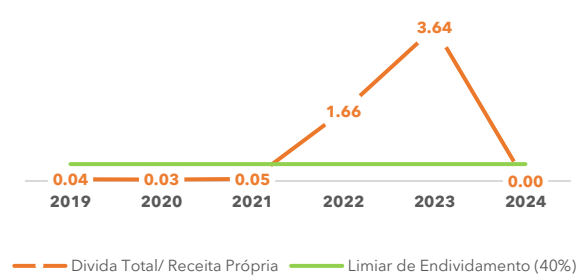


Gráfico 11: Evolução do Rácio da Dívida-Metangula



Em 2024, o Município não registou endividamento, quer em relação a fornecedores, quer no âmbito de empréstimos ou outras obrigações junto de credores.

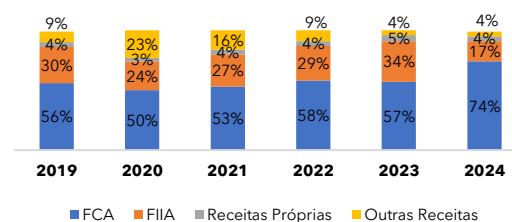
Em contraste, a dívida registada em 2023 atingiu um rácio de 3,64%, excedendo o limiar de sustentabilidade como consequência de atrasos no pagamento de salários aos funcionários, encargos associados à aposentação e obrigações fiscais relativas ao IRPS.

## 4. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MARRUPA

### 4.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A análise da composição da receita total do município de Marrupa, no período entre 2019 e 2024 apresenta uma dependência das transferências do Estado (FCA e FIIA), que representam em média 54% e 27% da receita total, respectivamente. A receita própria, apesar de registar uma ligeira tendência de crescimento nominal, mantém-se baixa, representando, em média, apenas 4% da receita total ao longo do período.

Gráfico 12: Composição da Receita Total-Marrupa



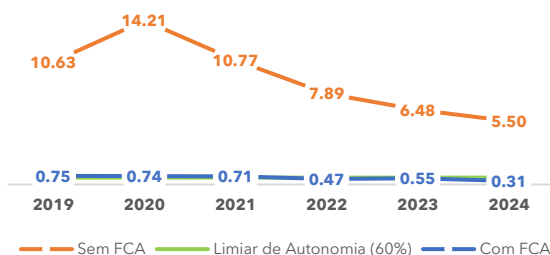
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Apesar da receita total ter apresentado um crescimento de 128%, este aumento não reflecte uma melhoria da capacidade fiscal local, pois este, é maioritariamente impulsionado pelas Transferências do Estado

### 4.2. Análise de Riscos

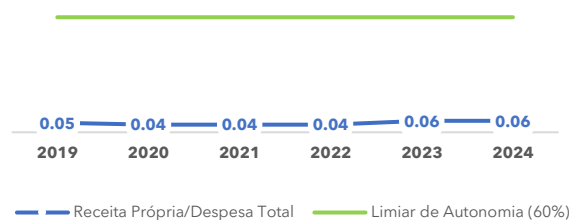
#### 4.2.1. Autonomia

Gráfico 13: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Marrupa



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 14: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Marrupa



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Os gráficos acima ilustram que sem o Fundo de Compensação Autárquica (FCA), a autarquia não possui capacidade para financiar integralmente a despesa com salários, sendo necessária uma receita própria aproximadamente 9 vezes superior à receita actualmente arrecadada. Este facto demonstra uma dependência das transferências do Estado. Por outro lado, com a inclusão do FCA, verifica-se uma melhoria no rácio, que em 2024 situou-se 29% abaixo do limiar de sustentabilidade.

Em paralelo, o rácio de Salários e Remunerações face à Despesa Total manteve-se, em média, 12% acima do valor de referência, facto este que limita o espaço fiscal para a realização de outras despesas com investimento. Adicionalmente, o rácio Receita Própria/Despesa Total fixou-se em 5%, reflectindo a fraca capacidade de financiamento autónomo do Município e a sua elevada vulnerabilidade a flutuações nas transferências centrais.

## 4.2.2. Endividamento

Gráfico 15: Composição da Dívida- Marrupa

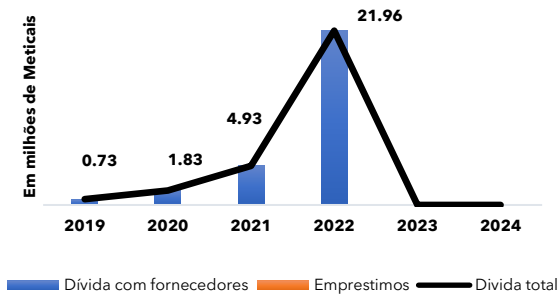
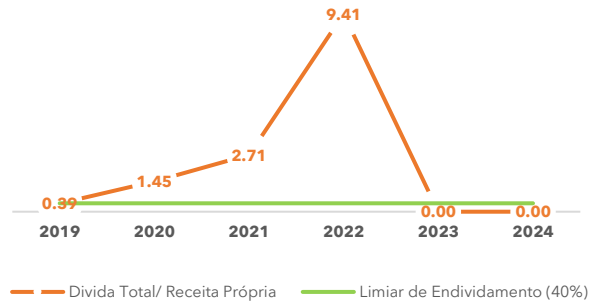


Gráfico 16: Evolução do Rácio da Dívida-Marrupa



Em 2024, o município não apresentou dívidas com fornecedores e nem com instituições financeiras.

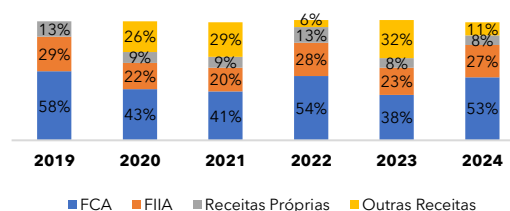
Portanto, o episódio crítico verificado em 2022, foi devido ao atraso no desembolso do FIIA e FE para o pagamento de facturas de prestação de serviços e infra-estruturas públicas.

## 5. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MANDIMBA

### 5.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

Do gráfico 17, denota-se que em média 10% da Receita Total é composta pela RP. Não obstante o crescimento de 49% na arrecadação da RP durante o período, a proporção estrutural orçamental continua modesta, reflectindo a capacidade do Município financiar a despesa com recursos próprios.

Gráfico 17: Composição da Receita Total-Mandimba

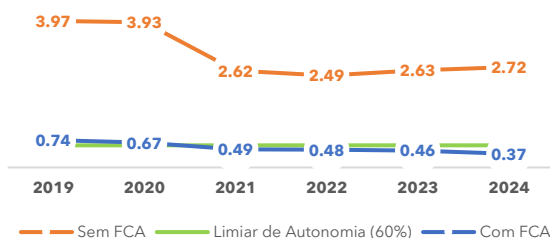


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 5.2. Análise de Riscos

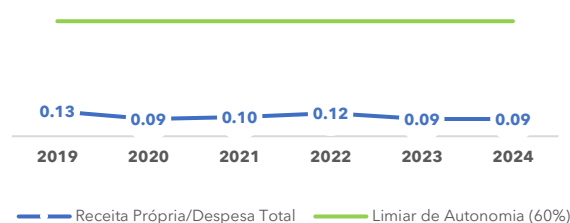
#### 5.2.1. Autonomia

Gráfico 18: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Mandimba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 19: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Mandimba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salarial de remunerações em relação a receita própria excluindo o FCA, denota em média um défice equivalente ao triplo da arrecadação da RP. Com a incorporação do FCA a autonomia melhora em torno de 3%, abaixo do limiar.

Entre 2021 e 2024, o rácio de salários e remunerações face à despesa total manteve-se, em média, 3% abaixo do limiar de sustentabilidade, aumentando o seu espaço fiscal. Há menor pressão sobre a despesa corrente, incentivar o investimento para investimento em sectores produtivos ou sociais prioritários.

Identifica-se uma baixa execução das despesas com as receitas próprias. Estas cobrem em média 10% das despesas totais do Município, revelando uma dependência das transferências do estado para a realização de investimentos em infraestruturas e serviços essenciais.

## 5.2.2. Endividamento

Gráfico 20: Composição da Dívida-Mandimba

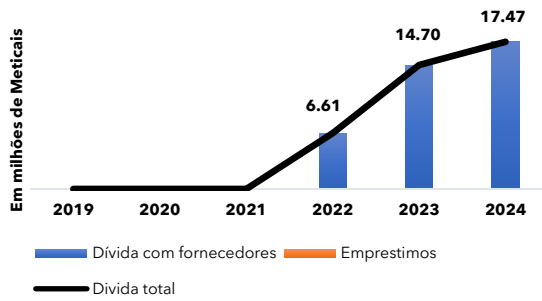
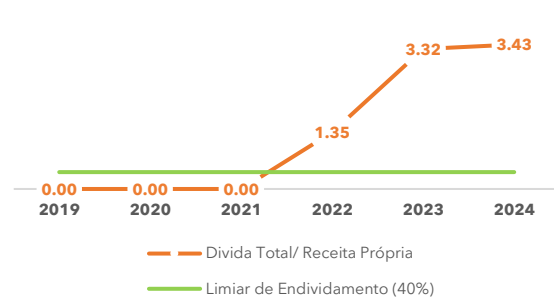


Gráfico 21: Evolução do Rácio da Dívida-Mandimba



Nos últimos anos, a dívida com fornecedores registou um incremento assinalável, decorrente de compromissos de curto prazo de projectos de investimento realizados e não pagos, devido ao atraso do desembolso do FIIA e FE.

Conforme se ilustra no gráfico 21, a Autarquia precisaria de aproximadamente 3 vezes a sua Receita Própria de 2024 para suprir a sua dívida, limitando o espaço fiscal para realizar outras despesas.

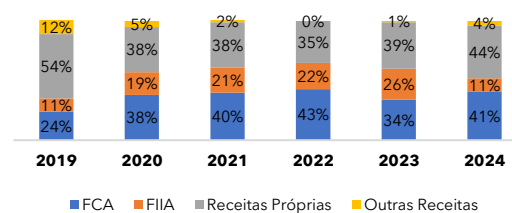
## 6. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE PEMBA

### 6.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total, entre 2019 e 2024 foi impulsionada pelas Transferências do Estado (FCA e FIIA), que representaram em média 55% e as receitas próprias 41%, respectivamente.

No período compreendido entre 2019 e 2022 verificou-se uma redução das receitas próprias, influenciada pelo impacto combinado do Ciclone Kennedy, da pandemia de Covid-19 e da situação de insegurança na região Norte do país, factores que contribuíram para a desaceleração da actividade económica. No entanto, a partir de 2023 observou-se uma recuperação gradual, reflectida no incremento da arrecadação das receitas próprias.

Gráfico 22: Composição da Receita Total-Pemba

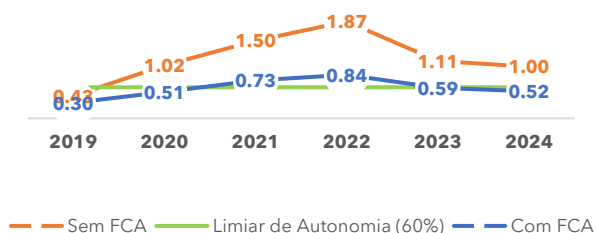


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 6.2. Análise de Riscos

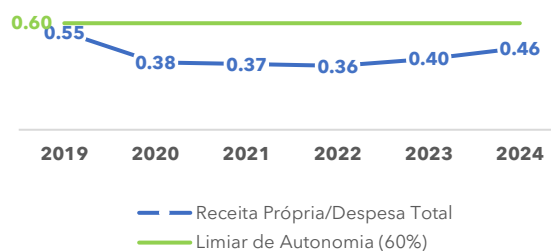
#### 6.2.1. Autonomia

Gráfico 23: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Pemba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 24: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Pemba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio Salários e Remunerações sobre a Receita Própria, manteve-se acima do limiar de autonomia Financeira, reflectindo a incapacidade da Autarquia de financiar outras despesas com recurso a sua receita própria. Com excepção de 2019, quando o rácio se situou 17p.p abaixo do limiar, indicando uma maior flexibilidade financeira. A adição do Fundo de Compensação Autárquica na Receita da autarquia conduziu a uma melhoria do rácio, proporcionando maior autonomia financeira. No entanto, nos anos de 2021 e 2022, o rácio manteve-se acima do limiar, em 13p.p e 24p.p, respectivamente.

No período em análise, o indicador Salários e Remunerações em função da Despesa Total situou-se acima do recomendável, com excepção de 2019 que esteve 6p.p abaixo do limiar (gráfico 23), os quantitativos indicam, que a despesa com salários e remunerações representa maior pressão no orçamento autárquico de Pemba.

Em relação ao indicador Receita Própria sobre a Despesa Total, este esteve abaixo do limiar de autonomia. Não obstante ao resultado, a Autarquia tem implementado medidas para a melhoria deste rácio, que incluem a implementação de um novo sistema informático de

cobrança e cadastro massivo de contribuintes, esforços que resultaram numa melhoria observada em 2024, conforme ilustra o gráfico 24.

## 6.2.2. Endividamento

Gráfico 25: Composição da Dívida- Pemba

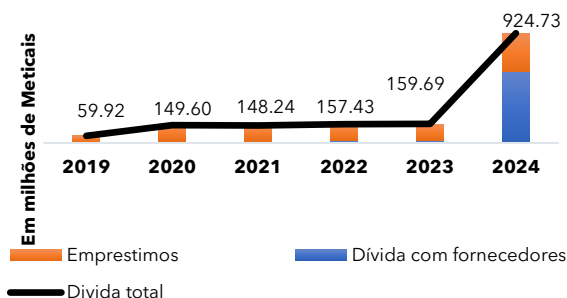
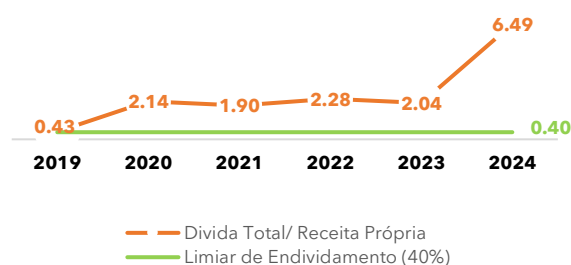


Gráfico 26: Evolução do Rácio da Dívida- Pemba



Entre 2019 e 2024, a dívida comercial teve um crescimento significativo (542%), como resultado da não amortização das prestações dos empréstimos contraídos e o reconhecimento de outros empréstimos em 2024.

Em 2024 o rácio Dívida Total pela Receita Própria representava mais de 6 vezes da receita própria. Deterioração deste indicador é preocupante, pois poderá comprometer a capacidade da Autarquia de financiar demais despesas face insustentabilidade fiscal.

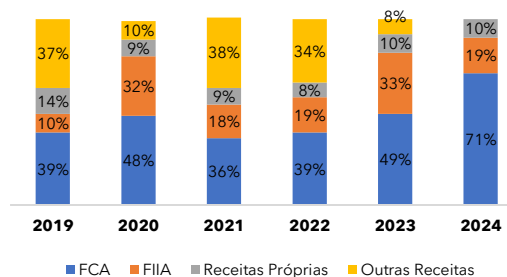
## 7. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MONTEPUEZ

### 7.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total da Autarquia de Montepuez no período 2019-2024 mostra uma dependência das transferências do Estado, designadamente o FCA e o FIIA, que representaram, em média, 70% da receita total.

Por outro lado, A Receita Própria representou em média apenas 10% da receita total, reflectindo uma fraca capacidade de arrecadação de receitas próprias da autarquia, como resultado dos impactos da situação de instabilidade e insegurança nesta zona do país.

Gráfico 27: Composição da Receita Total-Montepuez

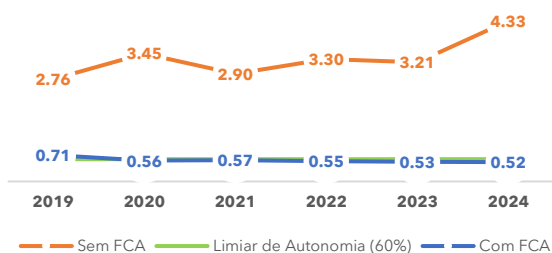


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 7.2. Análise de Riscos

#### 7.2.1. Autonomia

Gráfico 28: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Montepuez



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 29: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Montepuez



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Os gráficos acima ilustram que a sustentabilidade orçamental do município de Montepuez é condicionada pela estrutura da despesa com pessoal, com a massa salarial a representar cerca de 333% da receita própria. Mesmo com a adição do FCA, a despesa com salários mantém um peso elevado, 57% em média, evidenciando que mais da metade dos recursos disponíveis são consumidos apenas pela folha salarial, reduzindo a margem interna para custear investimentos ou despesas operacionais adicionais.

No que se refere à cobertura da despesa total com receita própria, os rácios observados são consistentemente baixos, situando-se em média em torno de 10%. Este desempenho posiciona o Município de Montepuez entre os municípios com um nível de autonomia financeira muito reduzido.

## 7.2.2. Endividamento

Gráfico 30: Composição da Dívida- Pemba

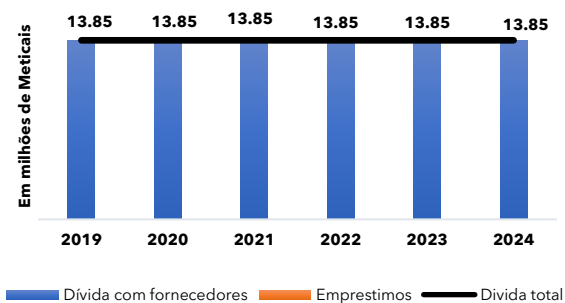
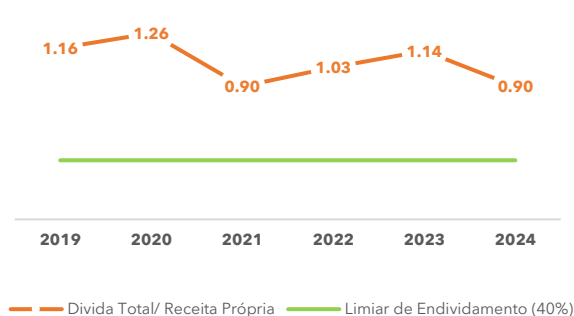


Gráfico 31: Evolução do Rácio da Dívida- Pemba



Entre 2019 e 2024 a autarquia de Montepuez apresentou um nível relativamente elevado de passivos com fornecedores. Esta dívida decorre, predominantemente, da contratação de serviços de obras de construção, reabilitação de infraestruturas e actividades de manutenção urbana.

Em 2024, o stock de dívida representava quase toda a sua receita própria (90%). Este nível de exposição financeira coloca a autarquia em alto risco fiscal, o que compromete a capacidade de honrar obrigações de curto prazo sem afectar a prestação de serviços essenciais.

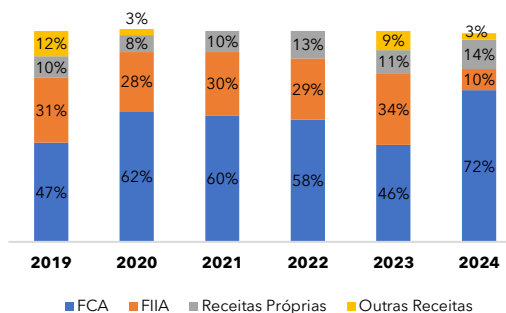
## 8. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MUEDA

### 8.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

A estrutura da receita total da Autarquia de Mueda entre 2019 e 2024 é marcada por uma extrema dependência de fontes externas, particularmente das transferências do Estado (FCA e FIIA), que representaram em média 85% da receita total, consolidando uma carteira fortemente subsidiada.

A Receita Própria teve um crescimento de 193%, no período analisado, representando em média apenas 11% da receita total, indicando uma base tributária estreita e de baixo dinamismo, devido entre outros factores a situação de instabilidade e insegura.

Gráfico 32: Composição da Receita Total-Mueda

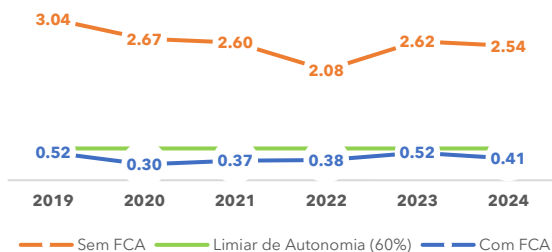


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 8.2. Análise de Riscos

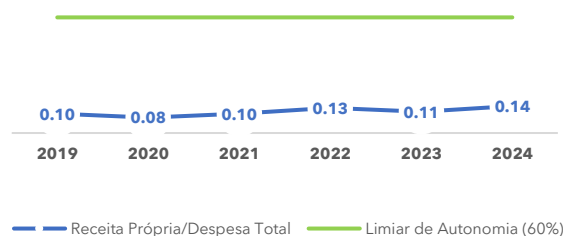
#### 8.2.1. Autonomia

Gráfico 33: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Mueda



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 34: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Mueda



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Os encargos com salários representam um peso relevante sobre os recursos internos. A folha salarial representa mais do dobro da Receita Própria, em todo o período analisado, configurando-se uma situação de rigidez fiscal estrutural. Quando se adiciona o valor do FCA à Receita Própria, observa-se que o peso dos salários reduz, para uma média de 42%.

Quanto ao rácio Receita Própria sobre Despesa Total, os valores evidenciam uma autonomia financeira bastante limitada, com média de 11%, indicando que o volume da despesa total continua altamente influenciado pelos fluxos externos.

#### 8.2.2. Endividamento

Gráfico 35: Composição da Dívida-Mueda

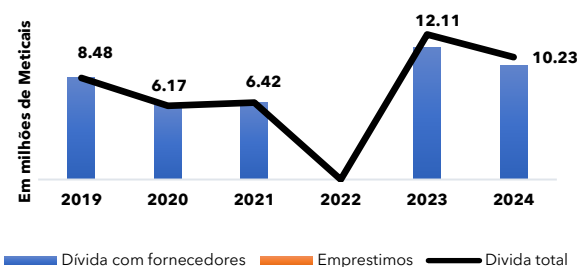
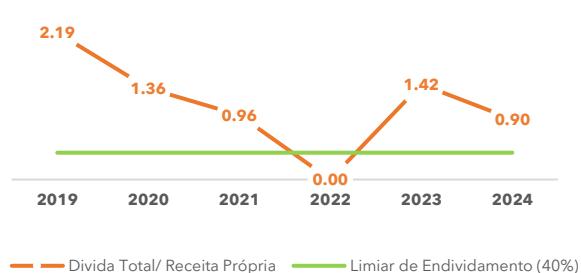


Gráfico 36: Evolução do Rácio da Dívida-Mueda



No que concerne ao endividamento, a Autarquia de Mueda apresenta um padrão oscilatório, sendo maioritariamente coberta pelas transferências do Estado. Ao longo do período analisado, a dívida foi impulsionada por obrigações associadas a serviços de limpeza urbana, manutenção de vias de acesso, fornecimento de materiais de escritório e de material diverso.

A falta de cobertura orçamental para esses compromissos, agravada por atrasos na execução dos fundos de investimento, levou a uma acumulação de passivos com fornecedores, tendo sido liquidada em 2022.

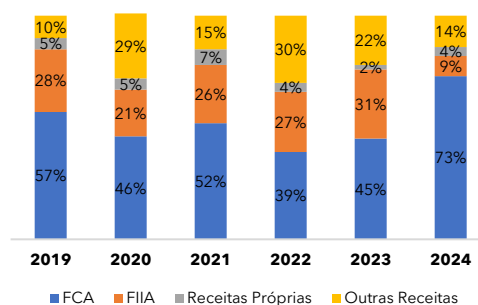
Em 2024, a dívida da autarquia representava quase toda a receita própria (90%). Este nível de exposição compromete gravemente a capacidade da autarquia em gerar margens operacionais para novos investimentos e, em última instância, afecta a solvência do município e o cumprimento das suas obrigações contratuais.

## 9. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE CHIÚRE

### 9.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total no período de 2019 a 2024 evidencia uma elevada dependência das transferências provenientes do Governo Central, com destaque para o Fundo de Compensação Autárquica (FCA) e o Fundo de Investimento de Iniciativas Autárquicas (FIIA). Ao longo do período em análise, estas transferências representaram, de forma consistente, mais de 65% da receita total municipal, configurando-se como a principal fonte de financiamento da autarquia.

Gráfico 37: Composição da Receita Total-Chiúre



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

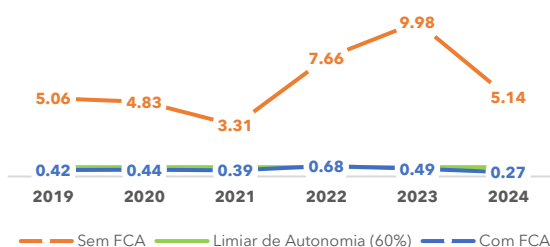
Em termos médios, cerca de 95% da receita total do município teve origem em fontes externas. Por sua vez, a receita própria apresentou um peso reduzido e estruturalmente limitado, correspondendo, em média, a aproximadamente 5% da receita total, sem evidenciar uma trajetória de crescimento sustentado ou de consolidação ao longo do período analisado.

Este desempenho da receita própria poderá estar associado a constrangimentos de natureza estrutural e conjuntural que afectam a base tributária local e a capacidade de arrecadação, incluindo factores relacionados com o contexto de insegurança e instabilidade, os quais têm impactos adversos sobre a actividade económica e, consequentemente, sobre a autonomia financeira municipal.

### 9.2. Análise de Riscos

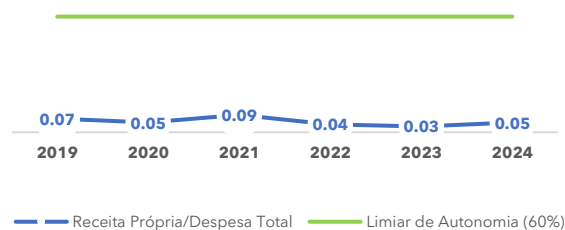
#### 9.2.1. Autonomia

Gráfico 38: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Chiúre



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 39: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Chiúre



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O peso da folha salarial sobre a Receita Própria é elevado, sendo mais de 3 vezes a receita própria em todos os anos, o que indica que a totalidade da receita arrecadada localmente é consumida com a manutenção da máquina administrativa. Mesmo quando adicionado o valor do FCA à Receita Própria, o peso dos salários continua significativo com uma média de 15 p.p abaixo do limiar.

No que respeita à sustentabilidade da despesa, os rácios salariais expõem uma rigidez orçamental considerável. Os Salários e Remunerações representam, em média 29% da

despesa total, percentual este explicado pelo forte contributo da estrutura orçamental por transferências, e não pela geração de receitas próprias.

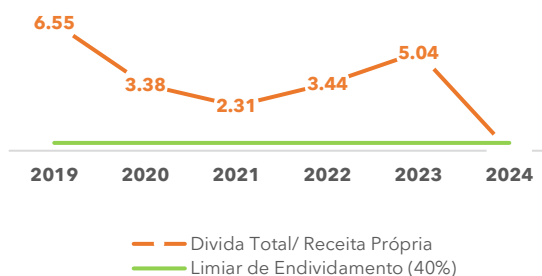
Do ponto de vista da sustentabilidade fiscal, a análise do rácio Receita Própria sobre Despesa Total mostra que a autonomia financeira da autarquia é praticamente nula. Em nenhum dos cinco anos analisados este rácio ultrapassou os 10%. Em média a Autarquia só tem capacidade de financiar, com recursos próprios, 6% da sua despesa total, o que configura um cenário de fragilidade fiscal severa.

## 9.2.2. Endividamento

Gráfico 40: Composição da Dívida-Chiúre



Gráfico 41: Evolução do Rácio da Dívida-Chiúre



Quanto ao endividamento, Chiúre apresentava um quadro crítico. Até 2023, a autarquia registava passivos com fornecedores, sobretudo relacionados com obras não liquidadas, como a vedação do edifício municipal, serviços de saneamento, compromissos financeiros com empresas contratadas para a manutenção de vias urbanas, abertura de furos de água e aquisição de bens correntes, sem garantia de cobertura orçamental.

Em 2024, o stock de dívida foi liquidado com recurso as transferências intergovernamentais, com particular destaque para o FCA, que registou um crescimento de cerca de 79% nesse exercício. Não obstante a regularização do passivo, este cenário evidencia a elevada exposição do município ao risco de endividamento e a sua dependência de fontes externas para o cumprimento de obrigações financeiras. Esta situação tende a limitar a capacidade de execução orçamental da autarquia, sobretudo num contexto de reduzida margem de manobra financeira, resultante da fraca capacidade de geração e arrecadação de receitas próprias.

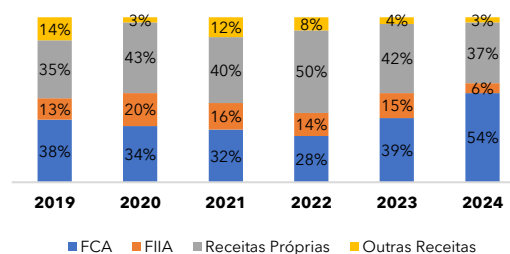
## 10. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NAMPULA

### 10.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A Autarquia de Nampula apresenta um dos maiores volumes orçamentais entre os municípios, com uma estrutura de receitas caracterizada, em termos médios, por 52% de transferências do Governo, 41% de receitas próprias e 7% provenientes de outras fontes..

No período em análise, as Receitas Próprias registaram um crescimento acumulado de cerca de 20%, atingindo o seu pico em 2022, ano em que se observou um alargamento da base tributária e um reforço da capacidade de arrecadação municipal.

Gráfico 42: Composição da Receita Total-Nampula

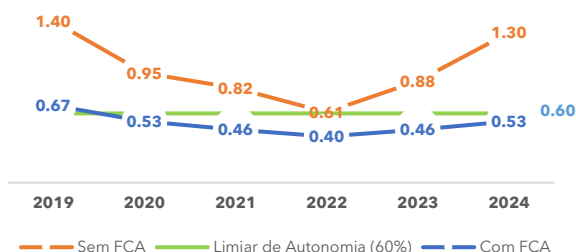


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 10.2. Análise de Riscos

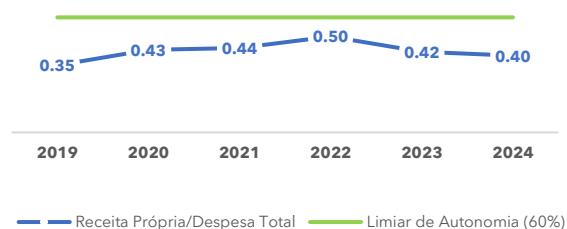
#### 10.2.1. Autonomia

Gráfico 43: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Nampula



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 44: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Nampula



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

A análise da estrutura da despesa evidencia um elevado grau de rigidez orçamental. Os encargos com pessoal absorveram mais de 90% da receita própria e cerca de 50% do agregado constituído pela receita própria e pelo FCA, o que limita significativamente a flexibilidade orçamental da autarquia. Este padrão de despesa compromete a sustentabilidade financeira local, reflectindo fragilidades na cobertura orçamental e uma dependência acentuada de fontes externas de financiamento para assegurar o funcionamento corrente e a execução das políticas municipais

O rácio Receita Própria / Despesa Total oscilou entre 35% (2019) e 40% (2024), indicando alguma melhoria da sua autonomia financeira, porém ainda abaixo do limiar ideal, o que pode comprometer a execução de serviços essenciais.

## 10.2.2. Endividamento

Gráfico 45: Composição da Dívida-Nampula

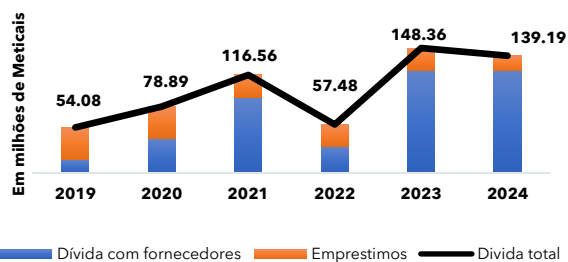
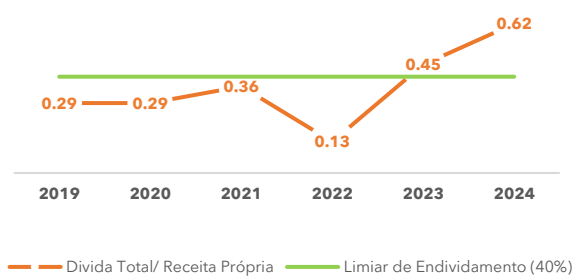


Gráfico 46: Evolução do Rácio da Dívida-Nampula



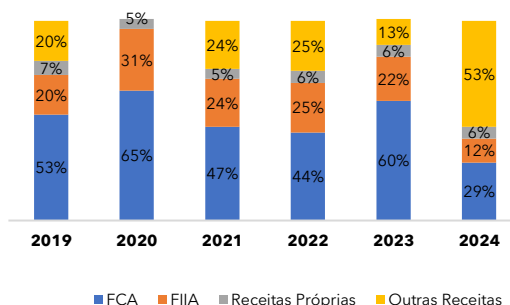
Em 2023, a dívida total cresceu em mais de 100%, influenciada pela aquisição de equipamentos para os serviços de saneamento e por conta da actualização dos juros da dívida comercial.

## 11. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

### 11.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A Autarquia da Ilha de Moçambique apresenta uma evolução orçamental marcada por elevadas volatilidades e riscos significativos à sustentabilidade financeira. No período em análise, a Receita Própria e as Transferências do Estado (FCA e FIIA) representaram em média 6% e 72% da receita total, respectivamente, um nível considerado insuficiente para assegurar de forma adequada as necessidades básicas de funcionamento da autarquia. Em 2024, os dados disponíveis indicam uma recuperação parcial do desempenho orçamental. Contudo, persistem fragilidades estruturais na mobilização de recursos próprios, o que continua a limitar a autonomia financeira e a resiliência fiscal do município.

Gráfico 47: Composição da Receita Total-Ilha de Moç.



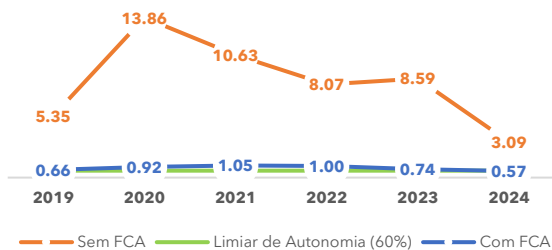
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

A Receita Própria registou um crescimento de 46% ao longo do período em análise, resultante do alargamento da sua base tributária, organização do seu cadastro fiscal e melhorias na cobrança, porém ainda insuficiente para garantir autonomia orçamental do município.

### 11.2. Análise de Riscos

#### 11.2.1. Autonomia

Gráfico 48: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Ilha de Moç.



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 49: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Ilha de Moç.



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Entre 2019 e 2024, as despesas com pessoal excederam, em média, em cerca de oito vezes o montante da receita própria, evidenciando um desfasamento significativo entre a capacidade de arrecadação municipal e a dimensão da massa salarial. Mesmo quando consideradas as transferências do FCA, o rácio de cobertura permanece aproximadamente 27 pp acima do limiar de referência, o que reforça a existência de uma desconexão estrutural entre as receitas disponíveis e os compromissos permanentes com salários.

Paralelamente, a proporção das despesas com pessoal em relação à despesa total registou um crescimento acentuado no período de 2019 a 2023, passando de cerca de 36% para 49%, reflectindo desequilíbrios orçamentais e desafios relevantes na gestão operacional e na alocação de recursos.

De igual modo, o rácio entre a receita própria e a despesa total manteve-se, em média, cerca de 53 pp abaixo do limiar de referência, sinalizando uma perda acentuada de autonomia financeira e uma dependência estrutural de apoios externos para a cobertura das funções básicas do município.

### 11.2.2. Endividamento

Gráfico 50: Composição da Dívida-Ilha de Moç.

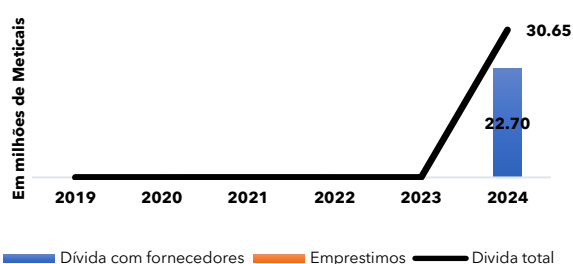
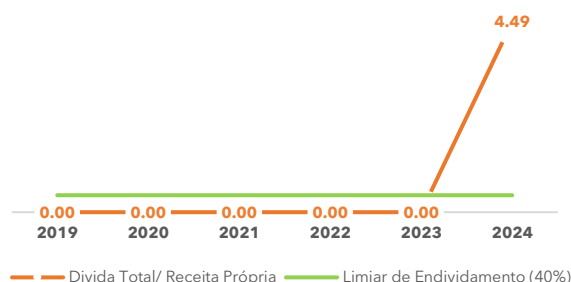


Gráfico 51: Evolução do Rácio da Dívida-Ilha de Moç.



Em 2024, o endividamento representava quatro vezes a capacidade da arrecadação da receita própria

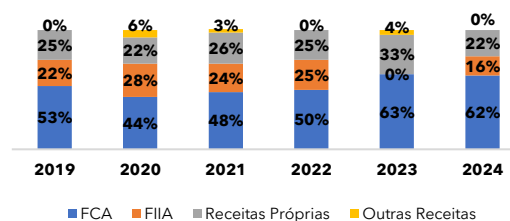
Este cenário, associado à limitada capacidade de arrecadação de receitas próprias e à elevada rigidez da estrutura de despesas, restringe significativamente a capacidade de investimento da autarquia, afecta negativamente o fluxo de pagamentos correntes e reduz o espaço fiscal disponível para a assunção de novos compromissos ou endividamento adicional.

## 12. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NACALA

### 12.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A Autarquia de Nacala apresenta um dos maiores volumes orçamentais entre as autarquias, evidenciando uma estrutura de financiamento dependente das transferências do Estado. No período em análise, a Receita Própria e as Transferências do Estado (FCA e FIIA) representaram em média 26% e 73% da receita total, respectivamente.

Gráfico 52: Composição da Receita Total-Nacala



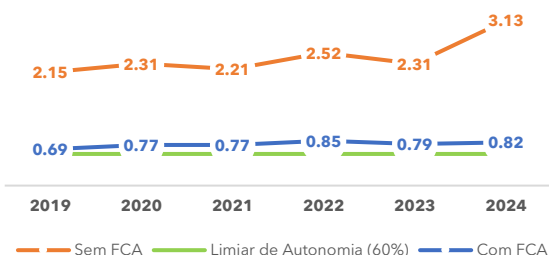
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Entre 2019 e 2024, a receita própria registou um crescimento acumulado de aproximadamente 40%, reflectindo alguma melhoria da flexibilidade orçamental. Este desempenho esteve associado a medidas de reforço da administração tributária local, incluindo campanhas de sensibilização fiscal, actualização do valor do Imposto Predial Autárquico (IPA), cadastro de imóveis para efeitos de cobrança do Imposto Predial sobre a Propriedade Autárquica (IPRA), persuasão da empresa pública Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) para o pagamento do IPRA e das taxas relativas a talhões sob a sua propriedade, bem como a intensificação de cobranças coercivas através do Tribunal Fiscal.

### 12.2. Análise de Riscos

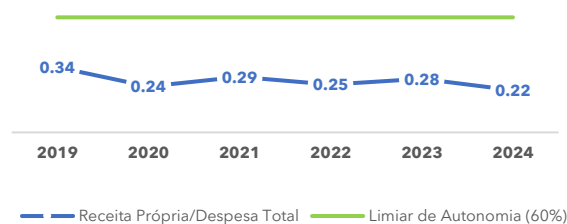
#### 12.2.1. Autonomia

Gráfico 53: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Nacala



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 54: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Nacala



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Apesar destes progressos, a massa salarial tem absorvido uma proporção crescente da receita própria, comprometendo a autonomia financeira municipal. Em média, o rácio das despesas com pessoal face à receita própria situou-se cerca de 184 pp acima do limiar de referência, evidenciando a incapacidade da autarquia em sustentar a folha salarial exclusivamente com recursos próprios. Mesmo quando considerado o reforço proporcionado pelo FCA, o rácio mantém-se acima dos níveis prudenciais, com uma média de aproximadamente 48 pp.

Adicionalmente, o peso das despesas com pessoal na despesa total revela um desequilíbrio estrutural crescente, situando-se, em média, cerca de 35 pp acima do limiar de referência. Este padrão reflecte a predominância de despesas rígidas face ao orçamento disponível, condicionando a capacidade da autarquia para assegurar a prestação sustentável de

serviços públicos essenciais. Em linha com este quadro, o rácio entre a receita própria e a despesa total apresentou uma evolução desfavorável ao longo do período, decrescendo de cerca de 34% em 2019 para aproximadamente 22% em 2024, sinalizando uma perda substancial de autonomia financeira.

## 12.2.2. Endividamento

Gráfico 55: Composição da Dívida-Nacala

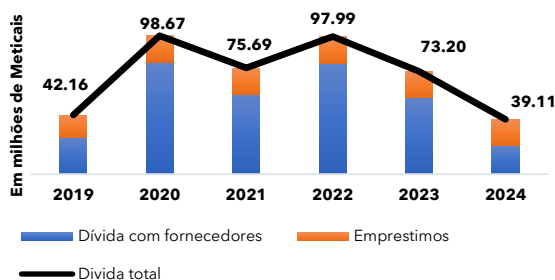
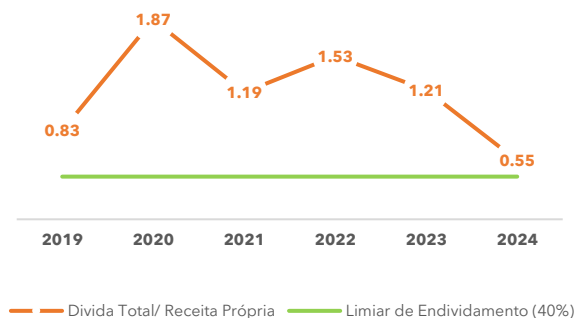


Gráfico 56: Evolução do Rácio da Dívida-Nacala



Em média, 71% da dívida total de Nacala é referente a dívida com fornecedores e 29% com a dívida comercial (contraída em 2015 para a aquisição de meios de recolha de resíduos sólidos na modalidade leasing).

Durante o período em análise, o rácio da Dívida Total em relação a Receita Própria, esteve em média 80pp acima do limiar de referência, evidenciando a necessidade de elevada prudência na gestão do endividamento municipal. Este resultado é particularmente relevante no que respeita à dívida comercial, a qual se encontra sujeita à acumulação de juros em virtude de incumprimentos recorrentes.

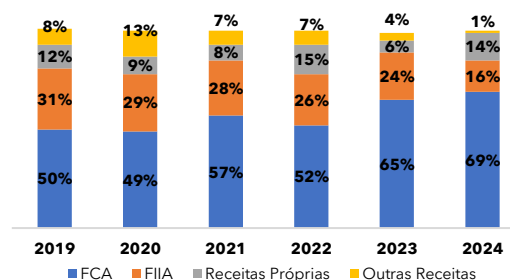
Neste contexto, a assunção de novo endividamento poderá agravar os riscos de solvência da autarquia, recomendando-se uma abordagem cautelosa e orientada para a regularização do passivo existente e o reforço da capacidade de geração de receitas próprias.

## 13. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE ANGOCHE

### 13.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total da Autarquia de Angoche evidencia uma estrutura orçamental fortemente dependente das transferências do Governo Central. No período em análise, as transferências provenientes do FCA e do FIIA representaram, em média, cerca de 83% da receita total municipal. A receita própria manteve um peso reduzido, com uma contribuição média de aproximadamente 11%. Não obstante, registou um crescimento acumulado de cerca de 35% entre 2019 e 2024, atingindo o seu pico em 2024, impulsionado por campanhas de sensibilização dirigidas aos agentes económicos para o cumprimento das obrigações fiscais e pelo alargamento da base tributária da base tributária.

Gráfico 57: Composição da Receita Total-Angoche

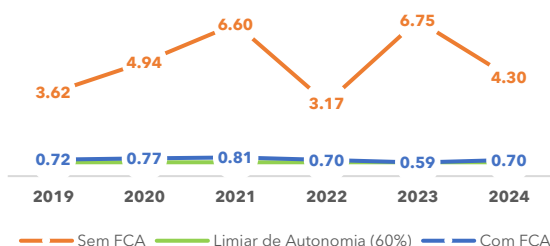


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 13.2. Análise de Riscos

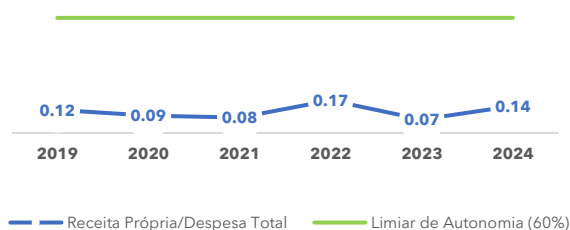
#### 13.2.1. Autonomia

Gráfico 58: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Angoche



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 59: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Angoche



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O peso da massa salarial em relação à receita própria permanece elevado, situando-se, em média, cerca de 430 pp acima do limiar de referência. Mesmo quando considerada a combinação da receita própria com o FCA, o rácio mantém-se acima dos níveis prudenciais, com uma média de aproximadamente 70%, restringindo de forma substancial a margem de espaço fiscal da autarquia.

A estrutura da despesa tem sido fortemente condicionada pela rigidez da folha salarial, que representou entre 45% e 59% da despesa total ao longo do período analisado. Em paralelo, o rácio entre a receita própria e a despesa total manteve-se persistentemente baixo, variando entre cerca de 7% e 14%, o que evidencia a fragilidade fiscal da autarquia em financiar a maior parte das suas despesas com recurso a receitas geradas localmente.

## 13.2.2. Endividamento

Gráfico 60: Composição da Dívida-Angoche

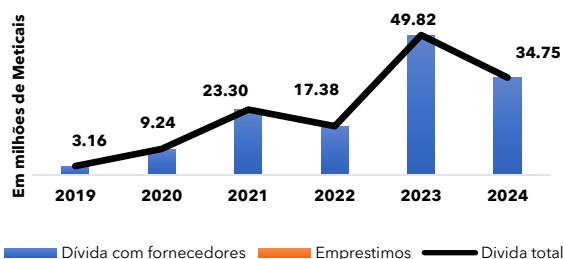
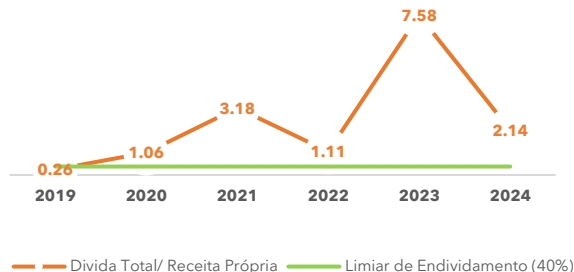


Gráfico 61: Evolução do Rácio da Dívida-Angoche



Ao longo do período em análise, a Autarquia de Angoche registou a acumulação de atrasados, sobretudo sob a forma de dívida a fornecedores, acompanhada por um crescimento muito significativo do endividamento. O pico do endividamento foi observado em 2023, reflectindo, essencialmente, a contratação de serviços destinados à melhoria das vias de acesso.

Em 2024, com uma Receita Própria estimada em 16,2 milhões MT, o stock da dívida representava mais de 200% da receita própria, situando-se aproximadamente 160 pp acima do limiar de referência. Este nível de endividamento configura um risco fiscal elevado, uma vez que, face à actual capacidade de geração de receitas, qualquer endividamento igual ou superior a 5 milhões de meticais traduz-se numa carga financeira superior a 30% da receita própria.

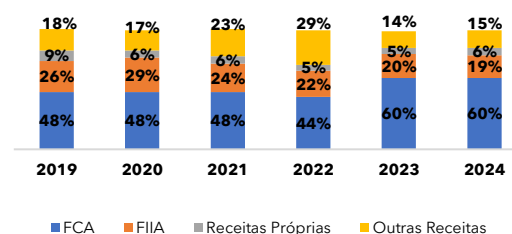
Tal cenário compromete a sustentabilidade operacional da autarquia, sobretudo num contexto em que persistem atrasos nos desembolsos de transferências do FIIA e d FE, aumentando a pressão sobre a liquidez e a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras correntes.

## 14. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MONAPO

### 14.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A estrutura da receita da Autarquia de Monapo revela uma forte concentração em fontes externas, com as transferências (FCA e FIIA) a representarem em média, 75% da receita total. A Receita Própria manteve-se em níveis extremamente baixos, com uma média de apenas 6% da receita total, revelando uma capacidade muito limitada de arrecadação interna e indicando um cenário de baixa autonomia fiscal.

Gráfico 62: Composição da Receita Total-Monapo

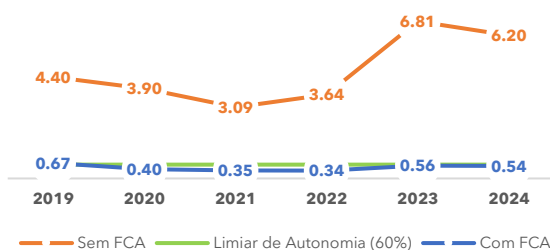


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 14.2. Análise de Riscos

#### 14.2.1. Autonomia

Gráfico 63: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Monapo



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 64: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Monapo



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O peso da folha salarial sobre a Receita Própria é superior ao limiar em 407p.p, em média, o que reflecte incapacidade da Autarquia em manter os encargos com o pessoal sem apoio externo. Ao adicionar o FCA à Receita Própria, os rácios melhoram, mas permanecem elevados (56% em 2023, 54% em 2024).

A relação entre salários e despesa total, varia entre 23% e 45%, indicando que a massa salarial representa uma pressão sobre o orçamento, podendo limitar o espaço fiscal da autarquia.

## 14.2.2. Endividamento

Gráfico 65: Composição da Dívida-Monapo

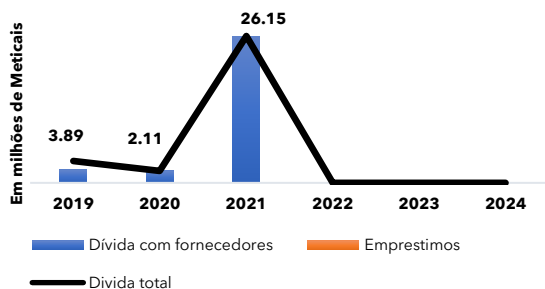
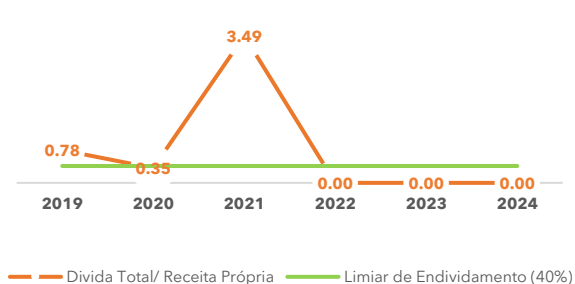


Gráfico 66: Evolução do Rácio da Dívida-Monapo



Em 2021 foi contraída uma dívida para aquisição de equipamentos e serviços para funcionamento do Município e execução de pequenas obras não previstas no orçamento.

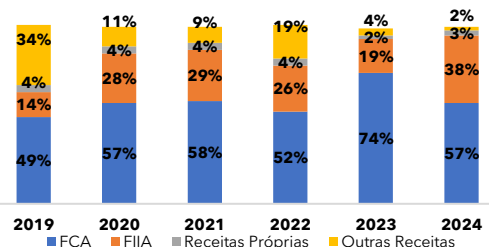
O rácio Dívida/Receita Própria do Município de Monapo manteve-se abaixo do limiar prudencial na maioria do período, tendo registado um pico significativo em 2021, indicando elevado risco fiscal. A partir de 2022, a dívida foi regularizada, reduzindo o rácio a zero. Apesar da melhoria nos anos subsequentes, o comportamento observado em 2021 revela fragilidades na gestão do endividamento reflectindo a regularização do passivo e uma postura mais prudente na gestão da dívida.

## 15. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE RIBÁUÈ

### 15.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A estrutura da receita da Autarquia de Ribáuè caracteriza-se por uma das mais baixas do universo autárquico analisado. As transferências do Estado (FCA e FIIA) responderam por 84% (em média) da receita total, com destaque para os anos de 2023 e 2024, quando estas atingiram 93% e 95% da receita total, respectivamente. A Receita Própria manteve-se extremamente reduzida, oscilando entre 2% e 4%, representando uma das mais baixas capacidades de arrecadação do país.

Gráfico 67: Composição da Receita Total-Ribáuè



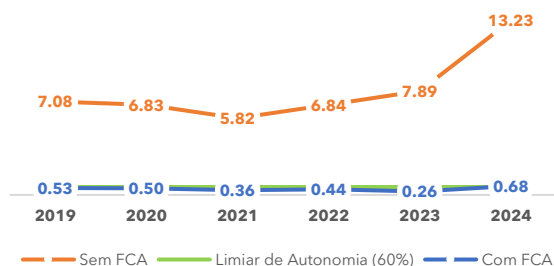
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Em termos absolutos, a Receita Própria manteve-se abaixo de 4 milhões MT anuais, incapaz de financiar qualquer função pública de forma autónoma. A fraca arrecadação de receitas é resultado directo de uma base tributária informal e reduzida, frágil capacidade de cobrança institucional e interferências administrativas nas funções municipais, segundo apontado nos relatórios locais.

### 15.2. Análise de Riscos

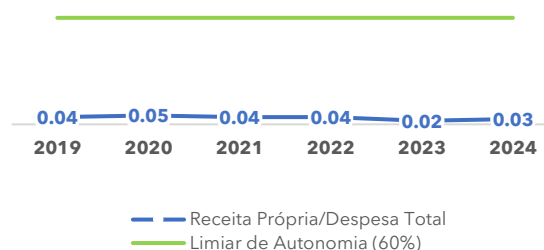
#### 15.2.1. Autonomia

Gráfico 68: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Ribáuè



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 69: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Ribáuè



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

A sustentabilidade orçamental da autarquia apresenta-se estruturalmente fragilizada. Ao longo do período em análise, o peso das despesas com pessoal em relação à receita própria ultrapassou os 500%, evidenciando uma dependência quase total das transferências do Estado para assegurar o funcionamento mínimo da administração municipal. Mesmo quando considerado o reforço proporcionado pelo FCA, o rácio salário/(RP+FCA) manteve-se elevado, situando-se, em média, em torno de 46%, absorvendo uma parcela significativa dos recursos disponíveis.

Em termos da despesa total, os encargos com pessoal representaram entre 18% e 41%, o que tende a atenuar, de forma aparente, a rigidez da estrutura de despesa, em grande medida devido à magnitude das transferências intergovernamentais. Paralelamente, o rácio entre a receita própria e a despesa total revelou-se particularmente crítico, mantendo-se, em média, cerca de 54 pp abaixo do limiar de referência, confirmando a inexistência prática

de autonomia fiscal e a elevada vulnerabilidade da autarquia em termos de sustentabilidade financeira.

## 15.2.2. Endividamento

Gráfico 70: Composição da Dívida-Ribáuè

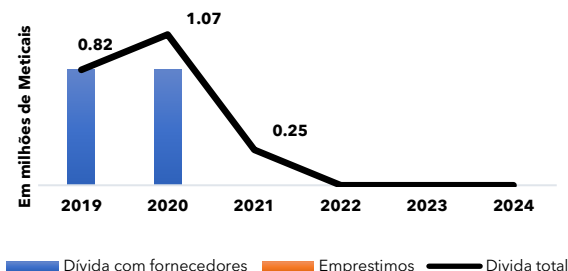
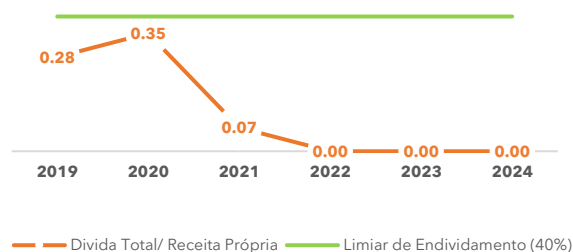


Gráfico 71: Evolução do Rácio da Dívida-Ribáuè



No que se refere ao endividamento, a Autarquia de Ribáuè apresenta um perfil de risco elevado. Embora não se tenha registado stock de dívida em 2024, a capacidade de geração de receitas próprias manteve-se extremamente limitada, estimada em cerca de 3,0 milhões de meticals nesse exercício. Neste contexto, qualquer nível de endividamento superior a 3 milhões de meticals corresponderia a mais de 100% da arrecadação anual de receita própria, configurando um cenário de elevada vulnerabilidade fiscal. Tal situação restringiria a capacidade de investimento da autarquia, afectaria negativamente o fluxo de pagamentos correntes e poderia acarretar riscos adicionais, incluindo impactos reputacionais<sup>4</sup> e dificuldades no cumprimento das obrigações financeiras

<sup>4</sup> O risco reputacional, no contexto do endividamento da Autarquia de Ribáuè, refere-se às consequências negativas que podem surgir para a imagem institucional e credibilidade do município, perante diferentes entes (fornecedores, parceiros de cooperação, cidadãos e órgãos do Estado), em função da sua incapacidade persistente de honrar compromissos financeiros, podendo manifestar-se em três dimensões principais: perda de confiança por parte de fornecedores, dificuldade no acesso a fundos externos e de cooperação e perda de legitimidade perante os municípios.

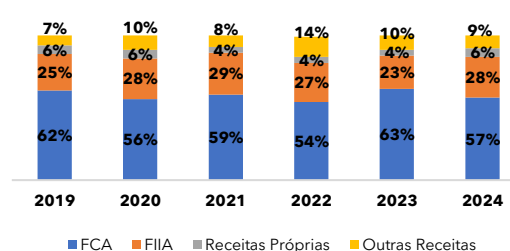
## 16. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MALEMA

### 16.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A receita total da Autarquia de Malema apresenta dependência, em média de 85%, das transferências do Governo (FCA e FIIA). A Receita Própria permaneceu em níveis muito baixos, representando entre 4% (2021) e 6% (2024) da receita total

O comportamento da Receita Própria ao longo do período revela limitações estruturais na capacidade de arrecadação, atribuíveis a uma base tributária pouco diversificada, reduzida densidade urbana e informalidade elevada. Mesmo com registo de um crescimento de 75% deste agregado, durante o período em análise, incluindo iniciativas pontuais de sensibilização e cobrança coerciva, a autarquia não conseguiu consolidar um modelo fiscal robusto, mantendo-se altamente exposta a atrasos nas transferências do Estado e a variações nos fluxos de donativos.

Gráfico 72: Composição da Receita Total-Malema

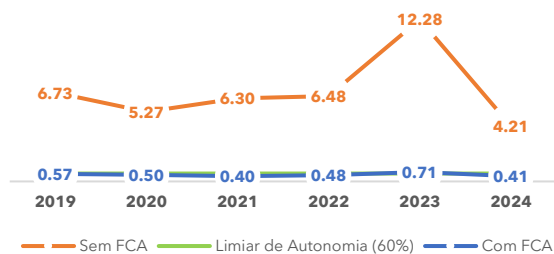


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 16.2. Análise de Riscos

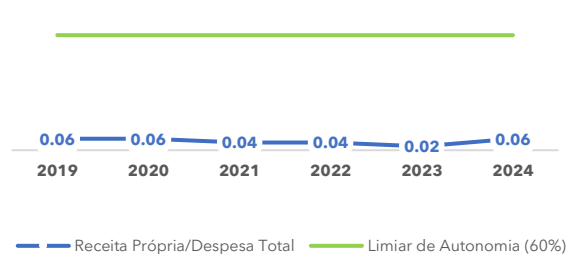
#### 16.2.1. Autonomia

Gráfico 73: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Malema



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 74: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Malema



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Ao longo dos anos, a rubrica de salários tem representado uma fatura muito significativa (cerca de 5 vezes) da Receita Própria, o que significa que o município não tem capacidade de manter a máquina administrativa sustentável, sobretudo para financiar a folha salarial com recursos internos. Quando se considera a soma da Receita Própria e do FCA, os rácios melhoram, variando entre 40% e 70%, aliviando assim a pressão orçamental.

A proporção da despesa com salários face a despesa total variou entre 39% e 22%, enquanto o rácio receita própria sobre a despesa total registou uma média de apenas 5%. Este desempenho evidencia uma capacidade de auto financiamento extremamente limitado, posicionando o Município entre as Autarquias mais dependentes das transferências do governo.

## 16.2.2. Endividamento

Gráfico 75: Composição da Dívida-Malema

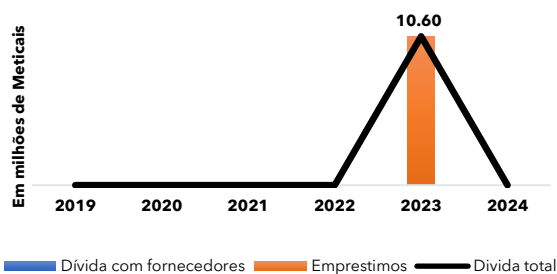
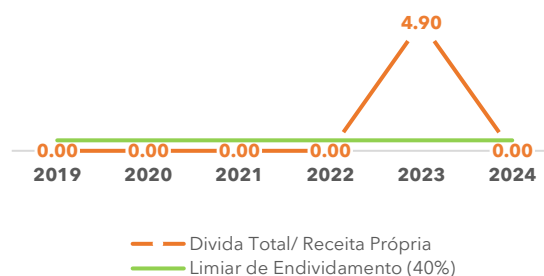


Gráfico 76: Evolução do Rácio da Dívida-Malema



A análise do endividamento sugere uma situação de fragilidade da autarquia. A escassa receita própria arrecadada tem limitado a capacidade de pagamento aos fornecedores. Paralelamente, com vista a honrar os compromissos com as empresas prestadoras de serviços e pequenas obras, a autarquia tem primado, em parte, por negociação de prazos e adiantamentos parcelados (prestações).

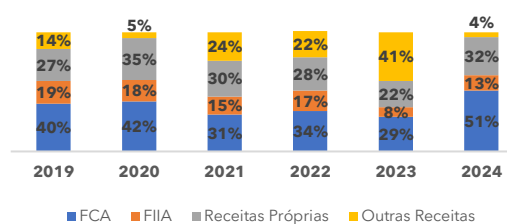
O município apresenta baixa capacidade de geração de receitas próprias, sendo que em 2024 foi estimada em cerca de 5,0 milhões MT. Portanto, qualquer stock da dívida superior a esse valor pode comprometer a solvência fiscal e aumentar significativamente o risco de insustentabilidade financeira no médio prazo.

## 17. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE QUELIMANE

### 17.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total do Município de Quelimane no período de 2019 a 2024 evidencia uma forte dependência das transferências intergovernamentais, com destaque para o FCA, que variou de 29% e 51% da receita total. As receitas próprias mantiveram um peso relativamente estável, situando-se entre 22% e 35%, enquanto o FIIA apresentou uma tendência decrescente, particularmente a partir de 2023.

Gráfico 77: Composição da Receita Total-Quelimane



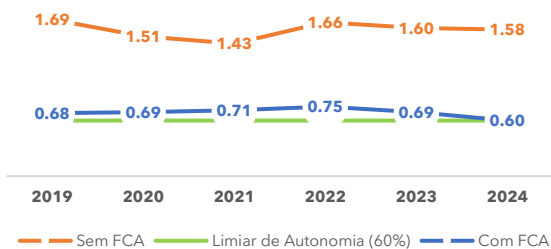
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

As outras receitas registaram elevada volatilidade, com picos pontuais, indicando uma estrutura de financiamento pouco previsível. Em termos gerais, o perfil de receitas revela dependência estrutural de transferências e limitações à autonomia financeira municipal.

### 17.2. Análise de Riscos

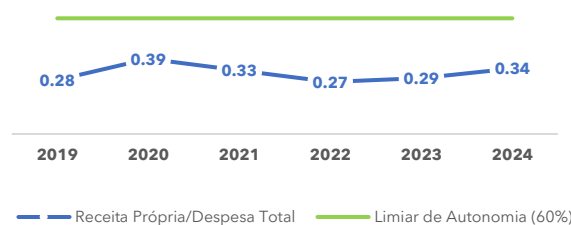
#### 17.2.1. Autonomia

Gráfico 78: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Quelimane



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 79: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Quelimane



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O gráfico evidencia que, ao longo do período de 2019 a 2024, o rácio salários e remunerações sobre a receita própria do Município manteve-se sistematicamente acima do limiar de autonomia quando considerada apenas a receita própria. Este comportamento indica que a autarquia não dispõe de capacidade para financiar a massa salarial exclusivamente com recursos próprios, revelando dependência estrutural de transferências intergovernamentais para suportar despesas correntes essenciais. Quando incorporado o FCA, o rácio reduz-se, variando entre aproximadamente 60% e 75%, mantendo-se, ainda assim, próximo ou acima do limiar prudencial na maior parte do período. Este padrão evidencia uma margem fiscal limitada e rigidez significativa da despesa com pessoal.

O rácio Receita Própria/Despesa Total manteve-se persistentemente abaixo do limiar de autonomia de sustentabilidade, implicando que a Receita Própria cobre em média apenas 32% da Despesa Total, reflectindo uma dependência das transferências do Governo Central para suprir com as suas necessidades, comprometendo a sua autonomia financeira.

Este desempenho evidencia uma fraca capacidade de financiamento das despesas com recursos próprios e uma elevada dependência de transferências intergovernamentais.

A persistência destes rácios indica riscos fiscais relevantes, nomeadamente vulnerabilidade a choques nas transferências, limitação do espaço fiscal e restrições à sustentabilidade orçamental no médio prazo. Deste modo, é crucial explorar as potencialidades locais para alargar a base tributária e implementar medidas de contenção de despesas.

## 17.2.2. Endividamento

Gráfico 80: Composição da Dívida-Quelimane

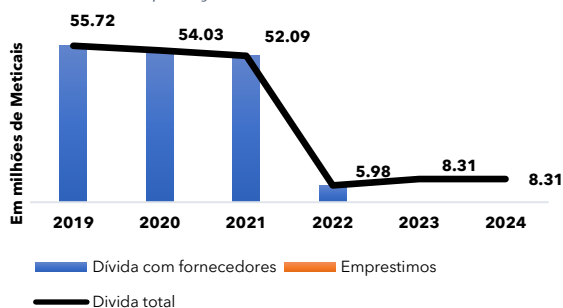
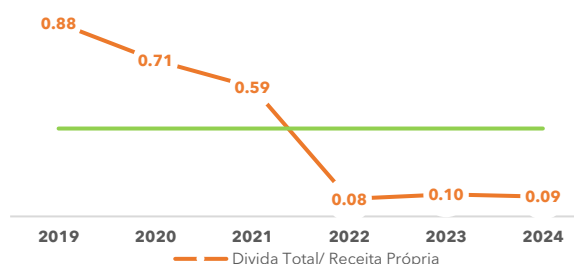


Gráfico 81: Evolução do Rácio da Dívida-Quelimane



A partir de 2022 observa-se uma melhoria no rácio da dívida, evidenciando um fortalecimento da posição financeira da autarquia. Esta evolução permitiu atingir o limiar sustentável, reforçando a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras de médio e longo prazos.

Apesar do crescimento tímido da receita própria, o município não recorreu a empréstimos bancários para cobrir despesas de financiamento ou financiar investimentos. Em 2024, a dívida total correspondeu a obrigações, resultantes de atraso no pagamento das cotas de participação na carteira da ANAMM.

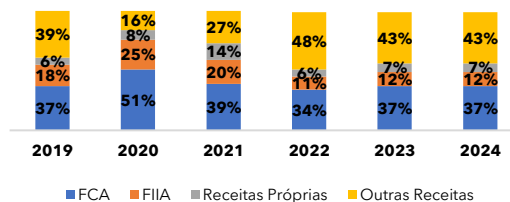
## 18. CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MAGANJA DA COSTA

### 18.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Entre 2019-2024 a Receita Própria e as Transferências do Estado (FCA e FIIA) corresponderam, em média, a 8% e 56% da estrutura de financiamento, respectivamente.

No período 2019-2024, a Receita Própria registou um crescimento acumulado de 73%, reflectindo o reforço da capacidade de mobilização de recursos internos, decorrente da implementação de programas de sensibilização e educação fiscal, da actualização dos Códigos de Postura, da realização de campanhas de regularização de terras, da criação de um cadastro de contribuintes regulares e da actualização sistemática da base de dados do IPRA

Gráfico 82: Composição da Receita Total-Mgja. da Costa

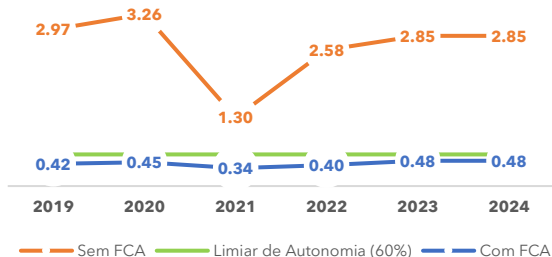


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 18.2. Análise de Riscos

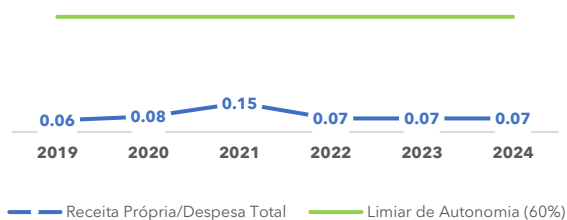
#### 18.2.1. Autonomia

Gráfico 83: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Mgja da Costa



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 84: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Mgja da Costa



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Desta forma, no período em análise, o rácio Salários e Remunerações / Receita Própria manteve-se sistematicamente acima do limiar de referência, registando uma média de 264%. A partir de 2022, verificou-se um agravamento deste indicador, explicado pelo crescimento da despesa com salários decorrente da contratação de novos funcionários. Contudo, quando se considera a Receita Própria acrescida do FCA, o rácio melhora ao longo de todo o período analisado, situando-se, em média, 17 pontos percentuais abaixo do limiar, o que evidencia alguma capacidade financeira para acomodar outras categorias de despesa.

Por sua vez, no mesmo período em análise, o rácio Receita Própria / Despesa Total apresentou-se, em média, 51 pontos percentuais abaixo do limiar esperado, indicando que a Receita Própria da Autarquia cobre apenas cerca de 9% da despesa total. Este resultado evidencia uma dependência da Autarquia face às transferências do Estado e aos donativos, que se revelam determinantes para a sustentabilidade das suas operações.

## 18.2.2. Endividamento

Gráfico 85: Composição da Dívida-Mgja. da Costa

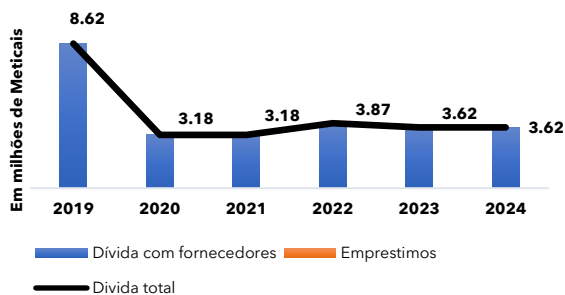
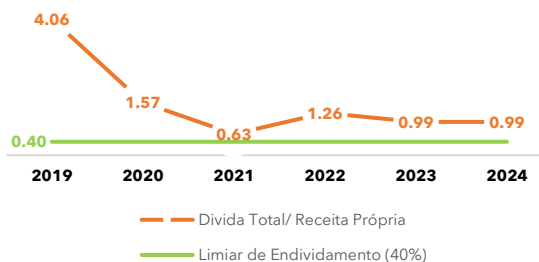


Gráfico 86: Evolução do Rácio da Dívida-Mgja. da Costa



A dívida da Autarquia registou uma redução acumulada de 58% entre 2019 e 2024, resultado do cumprimento parcial das obrigações financeiras junto dos fornecedores.

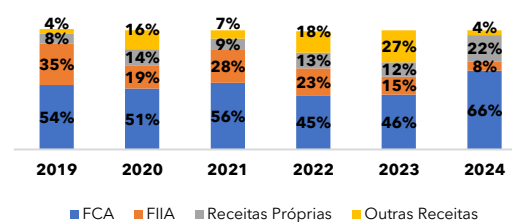
O rácio Dívida Total/Receita Própria de Maganja manteve-se persistentemente acima do limiar prudencial de 40%, atingindo níveis críticos no início do período, dado que a dívida total foi 4 vezes superior a receita própria. Este rácio evoluiu favoravelmente ao longo do período em análise, situando-se em torno de uma vez a Receita Própria em 2024, o que reflecte uma melhoria significativa da posição financeira e do grau de endividamento da Autarquia. Apesar desta redução, os valores sinalizam riscos fiscais, associados à sustentabilidade da dívida e à limitada capacidade de geração de receitas próprias.

## 19. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE GURUÉ

### 19.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Entre 2019-2024, as Receitas Próprias mantiveram um peso reduzido na estrutura da receita, representando, em média, 13% da receita total. Em contrapartida, as Transferências do Estado, designadamente o FCA e o FIAA, assumiram um papel predominante no financiamento da Autarquia, correspondendo, em média, a 53% e 21% da receita total, respectivamente, o que confirma a elevada dependência das transferências intergovernamentais

Gráfico 87: Composição da Receita Total-Gurué

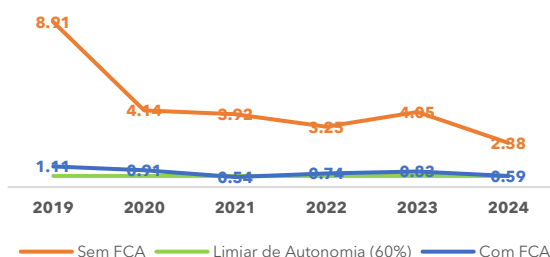


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 19.2. Análise de Riscos

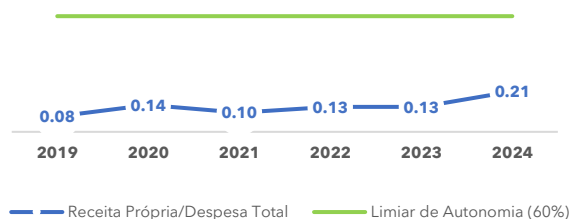
#### 19.2.1. Autonomia

Gráfico 88: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Gurué



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 89: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Gurué



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Desta forma, no período em análise, a avaliação dos rácios Salários e Remunerações evidencia que, sem a inclusão do FCA, o município não dispõe de capacidade financeira para suportar as despesas com salários e remunerações, apresentando valores sistematicamente superiores ao limiar de sustentabilidade, em média 3,8 pontos percentuais. Com a incorporação do FCA, observa-se uma melhoria significativa do rácio, demonstrando que o equilíbrio orçamental do município depende, de forma determinante, das transferências do Estado.

Por sua vez, no mesmo período, o peso dos Salários e Remunerações na Despesa Total manteve-se de forma consistente acima do limiar de autonomia fixado em 30%, registando uma média de 52%. Este nível de rigidez da despesa corrente indica que mais de metade da despesa municipal é absorvida por encargos salariais, limitando significativamente a capacidade do município para realizar investimentos em infra-estruturas e na prestação de serviços públicos.

Finalmente, no período em análise, o rácio Receita Própria / Despesa Total posicionou-se, em média, 47pp abaixo do limiar de autonomia, evidenciando que o município não consegue financiar sequer um terço da sua despesa total com recursos próprios. Este resultado confirma uma elevada dependência estrutural face às transferências do Estado para assegurar o funcionamento e a sustentabilidade financeira da administração municipal.

## 19.2.2. Endividamento

Gráfico 90: Composição da Dívida-Gurué

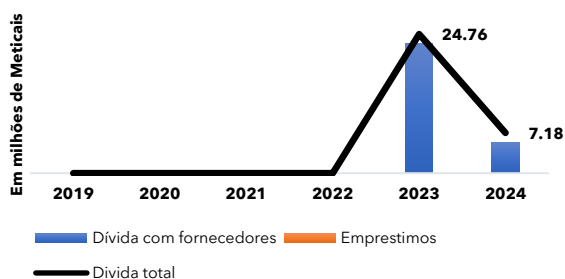
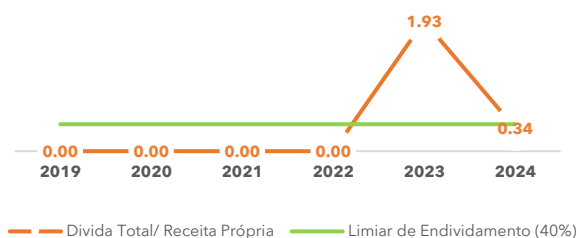


Gráfico 91 : Evolução do Rácio da Dívida-Gurué



A dívida municipal registou um pico em 2023, atingindo 24,8%, com o rácio dívida/receita própria a situar-se em 1,53, muito acima do limite prudencial de 40%. A dívida municipal registou um pico em 2023, atingindo 24,8%, com o rácio Dívida / Receita Própria a situar-se em 1,53, valor significativamente superior ao limite prudencial de 40%.

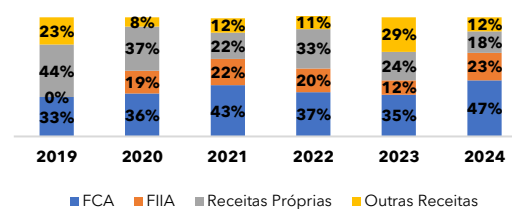
Embora em 2024 se tenha verificado uma redução deste indicador para 63%, a trajectória observada nos anos anteriores evidencia riscos de insustentabilidade financeira, particularmente associados à limitada capacidade de geração de receitas próprias, o que fragiliza a posição financeira do município no médio prazo

## 20. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MOCUBA

### 20.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Durante o período em análise, a carteira da receita total era composta maioritariamente pelas transferências do Estado, onde o FCA e FIIA representam 39% e 16% respectivamente. As receitas próprias assumem um peso de 30% na receita total indicando que, embora exista algum contributo das receitas próprias, a sustentabilidade financeira do município está condicionada às transferências do Estado,

Gráfico 92: Composição da Receita Total-Mocuba

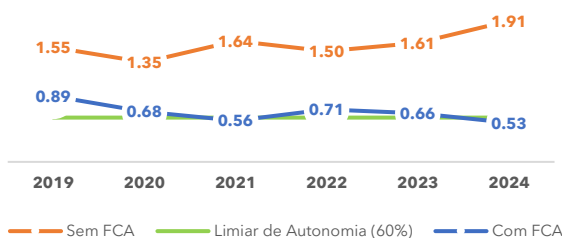


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 20.2. Análise de Riscos

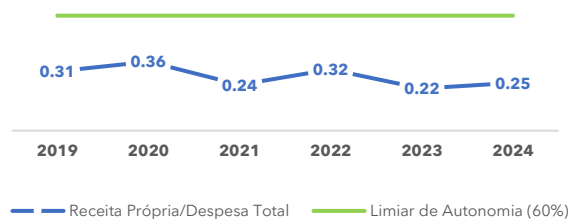
#### 20.2.1. Autonomia

Gráfico 93 : Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria - Mocuba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 94: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total - Mocuba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Desta forma, no período em análise, os Salários e Remunerações representaram, em média, 44% da despesa total, situando-se 14 pp acima do limiar de referência, o que limita de forma expressiva a margem orçamental do município para a afectação de recursos a investimentos e reduz a sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento económico e social local. Em consonância com este quadro, o rácio Receita Própria / Despesa Total manteve-se 32 pp abaixo do limiar de autonomia financeira, evidenciando que o município não consegue financiar as suas despesas correntes com recursos próprios. Este papel estrutural evidencia baixa autonomia financeira e compromete a resiliência fiscal tornando o município vulnerável a flutuações e atrasos nas transferências do Estado.

## 20.2.2. Endividamento

Gráfico 95: Composição da Dívida-Mocuba

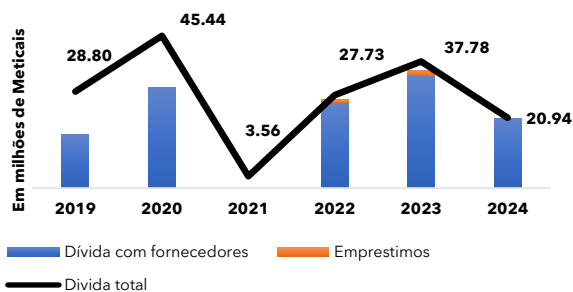
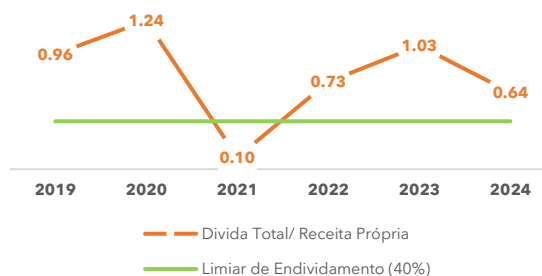


Gráfico 96: Evolução do Rácio da Dívida-Mocuba



A dívida do município manteve-se em níveis elevados ao longo do período em análise. A dívida registada em 2024 resulta, essencialmente, de atrasos no pagamento de facturas associadas à construção de infra-estruturas públicas, nomeadamente abertura de estradas, mercados e sanitários públicos, no âmbito dos projectos PDUL e FE

Em 2024, o rácio Dívida / Receita Própria situou-se 24 pontos percentuais acima do limiar de referência, sinalizando riscos relevantes para a sustentabilidade fiscal do município. Este quadro é agravado pelos atrasos no desembolso dos fundos FE e PDUL, que acentuam a vulnerabilidade financeira e limitam a capacidade do município para honrar atempadamente os seus compromissos.

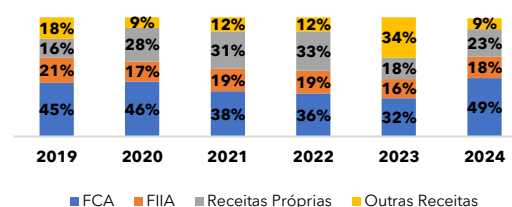
## 21. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MILANGE

### 21.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A análise da carteira da receita total revela que a principal fonte de financiamento do município são as transferências do Governo Central, sendo o FCA e o FIIA responsáveis, em média, por 48% e 22% da receita total, respectivamente.

Em contraste, as Receitas Próprias representaram, em média, 14% do total das receitas, evidenciando que a sustentabilidade financeira do município se encontra fortemente dependente das transferências do Governo Central, o que traduz uma limitada autonomia financeira.

Gráfico 97: Composição da Receita Total-Milange

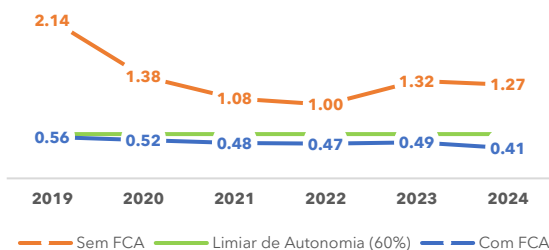


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 21.2. Análise de Riscos

#### 21.2.1. Autonomia

Gráfico 98: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Milange



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 99: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Milange



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

A análise do rácio de Salários e Remunerações evidencia dois cenários distintos ao longo do período em análise. Na ausência do FCA, o município apresentou rácios sistematicamente acima do limiar de sustentabilidade, demonstrando que as receitas próprias são insuficientes para suportar as despesas com o pessoal. Com a inclusão do FCA, observa-se uma melhoria do indicador, passando a situar-se, em média, 11 pontos percentuais abaixo do limiar; contudo, este desempenho permanece fortemente dependente das transferências do Governo Central, o que revela uma fragilidade estrutural da sustentabilidade financeira do município.

Paralelamente, os Salários e Remunerações assumem um peso excessivo na despesa total, representando, em média, 34% ao longo do período em análise. Esta elevada rigidez da despesa corrente limita de forma significativa a capacidade do município para canalizar recursos para investimentos em áreas estratégicas, essenciais ao desenvolvimento socioeconómico local.

Por sua vez, o rácio Receita Própria / Despesa Total encontra-se, em média, 34 pontos percentuais abaixo do limiar de autonomia, sinalizando que o município não consegue

financiar as suas despesas de forma autónoma. Este quadro confirma a forte dependência das transferências do Estado.

## 21.2.2. Endividamento

Gráfico 100: Composição da Dívida-Milange

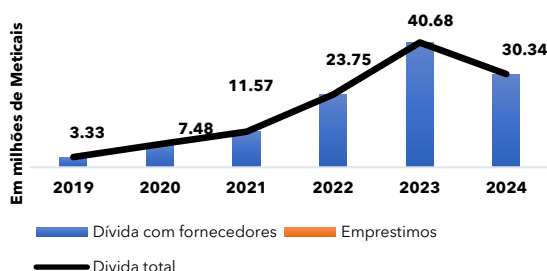


Gráfico101: Evolução do Rácio da Dívida-Milange



A dívida municipal apresenta níveis elevados, com rácios dívida/receita própria a ultrapassar os limites prudenciais em todos os períodos, chegando a valores acima de 2 vezes a receita própria em determinados anos.

Este cenário traduz uma situação de sobre-endividamento, colocando em risco a sua sustentabilidade financeira. Embora se verifique uma ligeira redução em anos mais recentes, a dependência do recurso ao endividamento para financiar défices correntes é preocupante, pois compromete a capacidade de investimento futuro e a estabilidade fiscal do município.

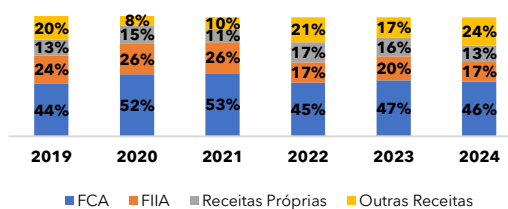
## 22. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE ALTO MOLOCUÉ

### 22.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Observa-se que, ao longo do período 2019-2024, o FCA tem assegurado em média 48% e o FIIA 22% da Receita Total. A Receita Própria, situa-se em média 14% da receita Total.

A receita própria aumentou 117% entre 2020 a 2024, reflectindo medidas adoptadas para elevar arrecadação de receitas.

Gráfico 102: Composição da Receita Total-Alto Molocué

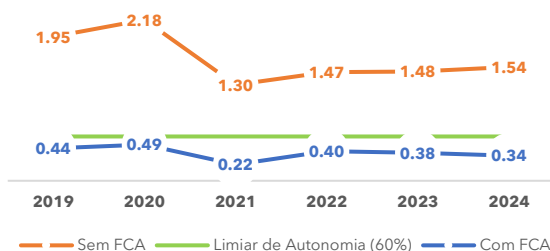


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 22.2. Análise de Riscos

#### 22.2.1. Autonomia

Gráfico 103: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Alto Molocué



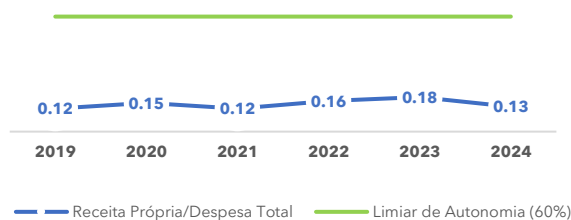
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Ao longo do período em análise, sem o FCA, o município não dispõe de receitas próprias suficientes para suportar os encargos salariais, sendo necessário, em média 165% da receita própria. Contudo, com a inclusão do FCA, o rácio mantém-se 22pp abaixo do limiar de autonomia, o que reflecte a relevância deste fundo para a sustentabilidade da despesa com pessoal.

O rácio salários e remunerações em função da despesa total, esteve em média 6pp abaixo do limiar de sustentabilidade. Este resultado demonstra que, apesar da fraca capacidade de geração de receitas próprias, a estrutura da despesa encontra-se relativamente equilibrada, garantindo controlo sobre a massa salarial. Contudo, este equilíbrio depende fortemente do FCA.

A relação da receita própria com a despesa total, situa-se 46% muito abaixo do limiar de autonomia financeira. Isto confirma a baixa capacidade de autofinanciamento da autarquia, limitando a sua autonomia financeira e reforçando a dependência das transferências do Estado.

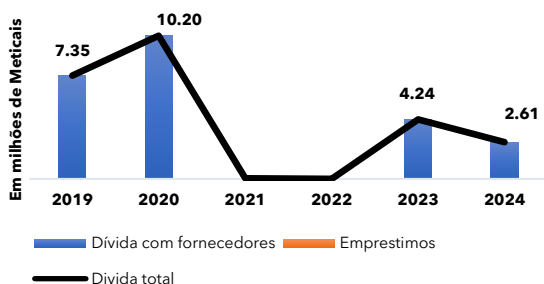
Gráfico 104: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Alto Molocué



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

## 22.2.2. Endividamento

Gráfico 105: Composição da Dívida-Alto Molocué



A composição da dívida da Autarquia, é maioritariamente composta pela dívida com fornecedores e ao longo do período em análise demonstra variações, com destaque para 2020, em que a dívida total atingiu valores elevados (superiores a 10 milhões de Metcais).

Gráfico 106: Evolução do Rácio da Dívida-Alto Molocué



O rácio da dívida em relação à Receita Total indica que, em 2024, o indicador se posiciona cerca de 20% abaixo do limite de sustentabilidade definido. Este desempenho reflecte um esforço consistente de consolidação orçamental e uma gestão prudente e responsável do endividamento, contribuindo para a melhoria gradual da posição financeira do município.

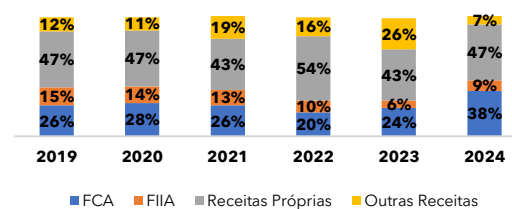
## 23. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE TETE

### 23.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

No período em análise, as Receitas Próprias e as Transferências do Estado (FCA e FIIA) representaram em média 47% e 38%, respectivamente.

Entre 2019 e 2024, a receita própria cresceu, em termos nominais 108%, tendo se verificado um pico em 2022, resultante do pagamento de taxas de terra e propriedade no valor de cerca de 130 milhões de meticais pela empresa International Coal Ventures Limited (ICVL).

Gráfico 107: Composição da Receita Total-Tete

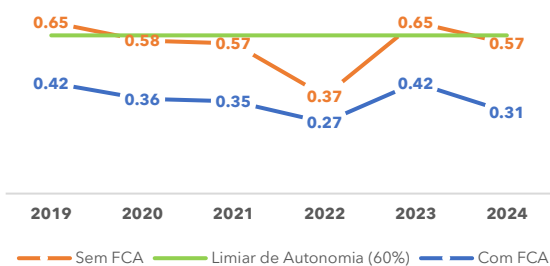


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 23.2. Análise de Riscos

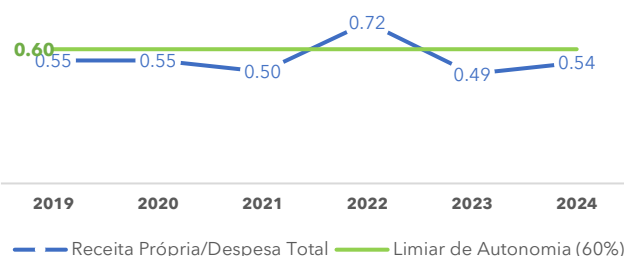
#### 23.2.1. Autonomia

Gráfico 108: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Tete



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 109: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Tete



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

De 2019 a 2024 o rácio Salários e Remunerações sobre a Receita Própria esteve em média 3pp abaixo do limiar, indicando autonomia para o pagamento da folha salarial com a receita própria.

O rácio Salários e Remunerações sobre a Despesa Total, em média, esteve 1pp acima do limiar, durante o período em análise, com melhoria significativa nos anos de 2021 e 2022.

O rácio Receita Própria sobre Despesa Total, mostra que esta Autarquia consegue cobrir mais de 56% das suas despesas com a Receita Própria sem comprometer outras actividades.

#### 23.2.2. Endividamento

No período em análise, a Autarquia não apresentou dívidas com fornecedores nem com a banca comercial, explicado pela robustez na arrecadação da receita própria.

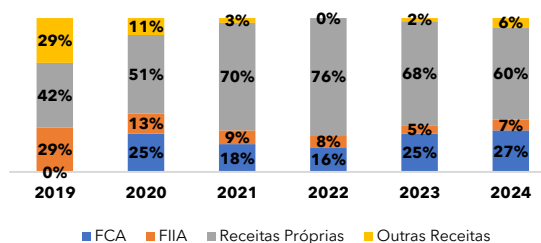
## 24. CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MOATIZE

### 24.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Entre 2019 e 2024, a carteira da receita total era composta em média, por 61,4% das Receitas Próprias, 29,6% das Transferências Governamentais e 9% por outras receitas.

Durante o período em análise, a receita própria cresceu 179% tendo se registado em 2022, um crescimento extraordinário resultante de prestação de serviços para transferência de um cemitério da área de exploração mineira, para área municipal.

Gráfico 110: Composição da Receita Total-Moatize

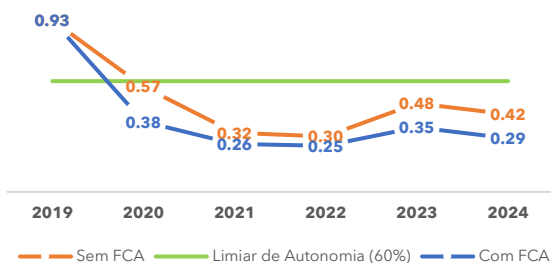


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 24.2. Análise de Riscos

#### 24.2.1. Autonomia

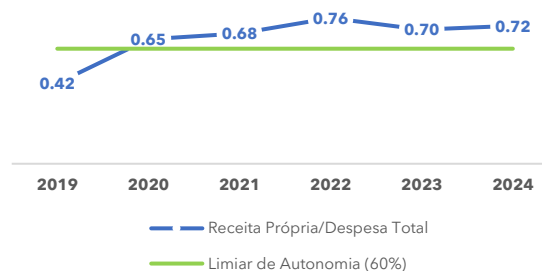
Gráfico 111: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Moatize



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

No período em análise, o rácio Salários e Remunerações sobre a Receita Própria esteve em média 8pp abaixo do limiar, o que sugere autonomia para cobrir a folha salarial. Com adição de FCA às receitas próprias, o rácio regista uma melhoria para uma média de 19pp abaixo do limiar.

Gráfico 112: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Moatize

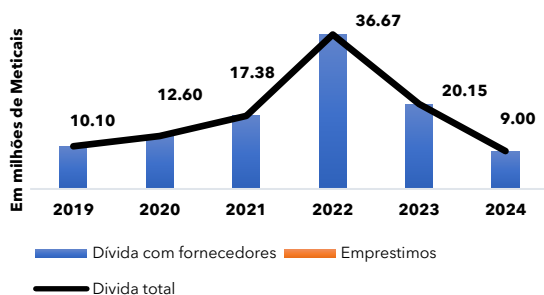


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio Receita Própria sobre Despesa Total, mostra que esta Autarquia possui autonomia financeira para cobrir 66% das suas despesas com a Receita Própria.

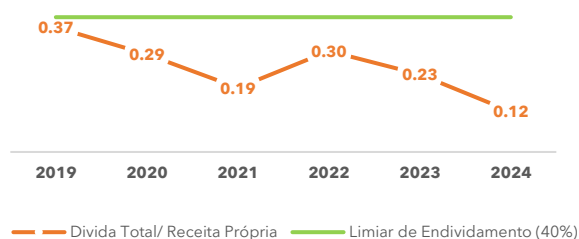
## 24.2.2. Endividamento

Gráfico 113: Composição da Dívida-Moatize



De 2019 a 2022, a dívida com fornecedores cresceu em cerca de 263%, como resultado da expectativa de recebimento de receitas provenientes da prestação de serviços às mineradoras, entretanto, em 2024, esta registou um decréscimo de 55%, resultante do pagamento parcial destas.

Gráfico 114: Evolução do Rácio da Dívida-Moatize



O rácio Dívida sobre as Receitas Próprias, mostrou-se sustentável em todo período de análise, não possuindo nenhum empréstimo com os bancos comerciais.

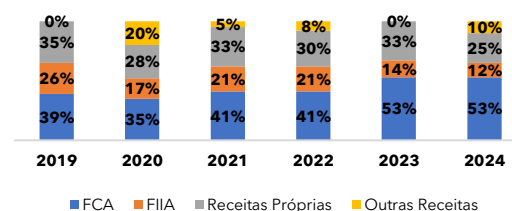
Entretanto, o município de Tete tem sempre contraído dívida recorrente nos últimos 5 anos, fazendo com que o Município transite para o exercício económico seguinte com despesas não pagas, acumulando dívidas com fornecedores.

## 25. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE ULONGOE

### 25.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Durante o período em análise, a carteira da receita total era composta maioritariamente pelas transferências do Governo (FCA e FIIA) e Receitas Próprias, sendo que esta última apresentou um crescimento de 59% entre 2019 e 2021, impulsionada por reformas no IPRA, digitalização da cobrança via POS e pagamento de receitas por depósitos bancários. No entanto, a tendência reverteu-se com a desaceleração em 2022 e 2023, por conta dos efeitos prolongados da pandemia e a informalidade persistente.

Gráfico 115: Composição da Receita Total-Ulongoe

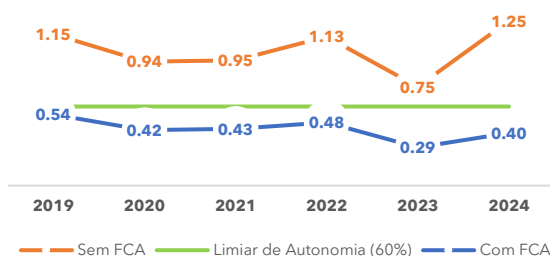


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 25.2. Análise de Riscos

#### 25.2.1. Autonomia

Gráfico 116: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Ulongoe



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 117: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Ulongoe



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salários/receita própria de Pemba ao longo do período em análise, manteve-se acima de 75% sem FCA, ultrapassando o limiar prudencial na maioria dos anos, apresentando assim fraca autonomia financeira, na medida em que praticamente toda receita própria foi usada para pagamento de salários. Com o FCA, o rácio aproxima-se do limiar, mas evidencia rigidez orçamental e riscos fiscais moderados associados à dependência de transferências

O rácio Receita Própria/Despesa Total de Pemba apresentou volatilidade, situando-se entre 47% e 87%, oscilando em torno do limiar de autonomia de 60%. A variabilidade indica autonomia financeira instável e riscos fiscais moderados, associados à dependência parcial de transferências para financiamento da despesa. Este cenário restringe a capacidade de investimento e implementação de políticas e projectos públicos locais

## 25.2.2. Endividamento

Gráfico 118: Composição da Dívida-Ulongoe

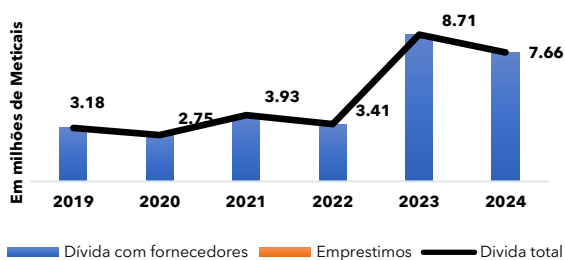
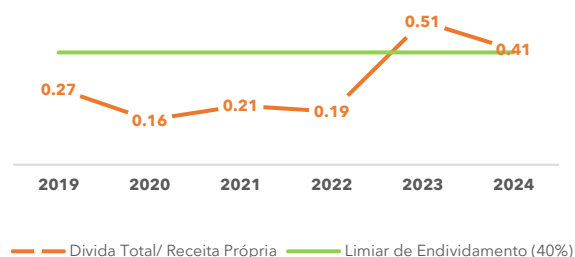


Gráfico 119: Evolução do Rácio da Dívida-Ulongoe



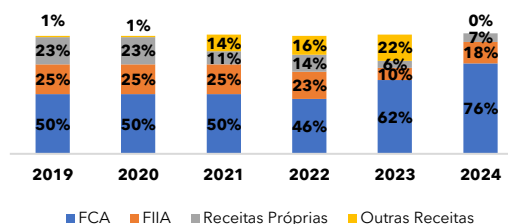
Apesar de não haver dívida formal com a banca, o município aumentou o passivo com fornecedores de 3,4 milhões MT para 8,7 milhões MT entre 2019 e 2023, justificado pelos atrasos na libertação do FIIA. As obras iniciadas com base em compromissos futuros com a asfaltagem da Rua Roberto Mugabe e construção de salas de aulas que agravaram o desequilíbrio fiscal, criando stock de dívida não liquidado. Em 2024, a dívida manteve-se em 7,6 milhões MT, pressionando o fluxo de caixa do município.

## 26. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE NHAMAYABUE

### 26.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Entre 2019 a 2024, a composição da receita esteve dominada pelas Transferências do Estado, com 56% para o FCA e 23% para o FIIA, por outro lado as receitas próprias representavam 14% do total da receita.

Gráfico 120: Composição da Receita Total-Nhamayabue

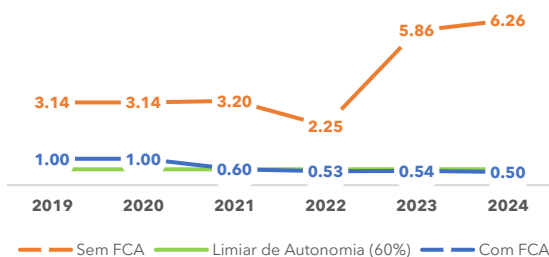


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 26.2. Análise de Riscos

#### 26.2.1. Autonomia

Gráfico 121: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Nhamayabue

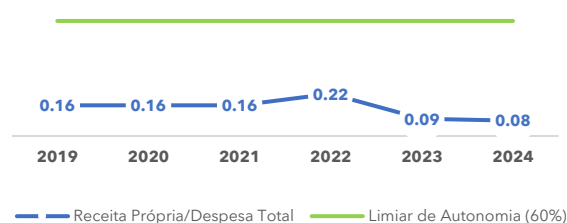


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Os encargos com salários equivalem a cerca de 314% da Receita Própria em 2019 e elevam-se para cerca de 626% em 2024, sinalizando forte compressão orçamental.

O rácio entre Receita Própria e Despesa Total nunca ultrapassou 23%, e manteve-se inferior a média de 13% entre 2021 e 2023, significando que, o município está quase totalmente dependente das transferências centrais para funcionamento mínimo.

Gráfico 122: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Nhamayabue



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

## 26.2.2. Endividamento

Gráfico 123: Composição da Dívida-Nhamayabue

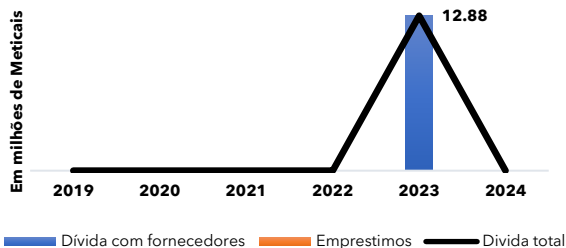
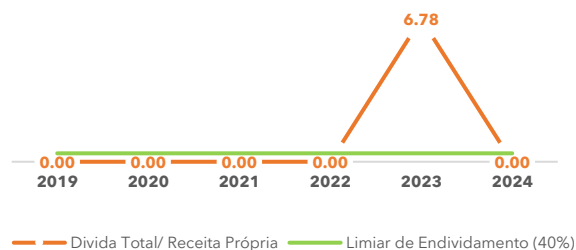


Gráfico 124: Evolução do Rácio da Dívida-Nhamayabue



Apesar de não haver dívidas registadas junto dos bancos comerciais, o município acumula dívidas elevadas com fornecedores, estimadas em mais de 12,8 milhões MT em 2023.

O rácio Dívida Total/Receita Própria de Nhamayabue manteve-se nulo até 2022, registando um pico excepcional em 2023 (678%), muito acima do limiar prudencial, devido a investimentos que o município contratou. O retorno a zero em 2024 indica regularização, mas o episódio evidencia fragilidades na gestão do endividamento

## 27. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE CHIMOIO

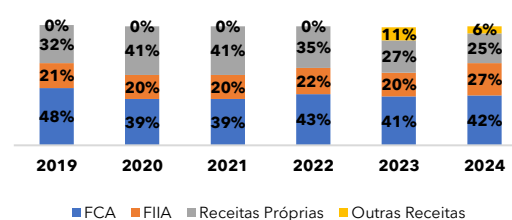
### 27.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

A composição média da receita total era predominantemente formada pelas transferências do Governo Central, que representavam 64%.

As receitas próprias contribuíram com 34%, enquanto as demais receitas correspondiam apenas 2%.

A partir de 2022 a receita própria registou um decréscimo de 17,8%, influenciado em grande medida pelas medidas de restrição imposta no âmbito da COVID-19, que afectou em grande medida a actividade económica.

Gráfico 125: Composição da Receita Total-Chimoio

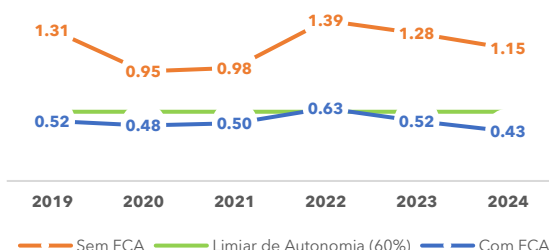


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 27.2. Análise de Riscos

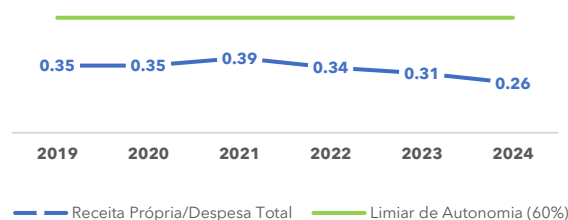
#### 27.2.1. Autonomia

Gráfico 126: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Chimoio



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 127: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Chimoio



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

De 2019 a 2024, o rácio Salários e Remunerações sobre a Receita Própria esteve em média 58pp acima do limiar, o que sugere que a Autarquia não possui autonomia para pagar salários com a receita própria. Como forma de melhorar o rácio, a Autarquia adoptou estratégias como: redução de pagamento de horas extras, redução de contratação de agentes de limpeza sazonais e optimização da mão de obra através da aquisição de equipamentos de recolha de resíduos sólidos. Com o incremento do FCA às receitas próprias, o rácio melhora, reduzindo para uma média de 7pp abaixo do limiar.

O rácio Receita Própria/Despesa Total de Chimoio manteve-se abaixo do limiar de autonomia prudencial, variando entre 26% e 39%. A tendência descendente dos últimos anos evidencia dependência elevada de transferências e riscos fiscais para a sustentabilidade orçamental

## 27.2.2. Endividamento

Gráfico 128: Composição da Dívida-Chimoio

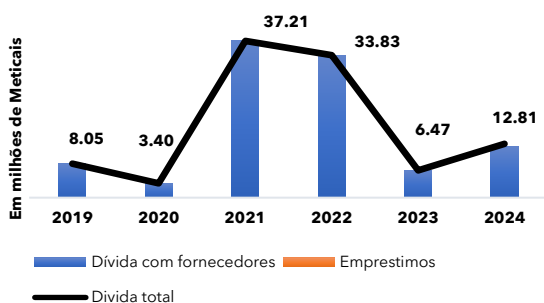
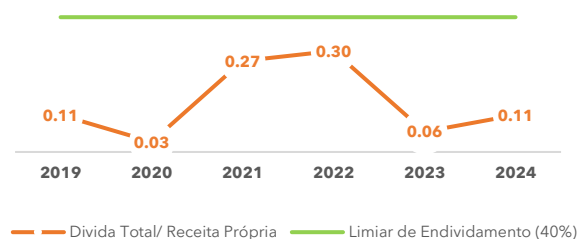


Gráfico 129: Evolução do Rácio da Dívida-Chimoio



A composição da dívida total do município é dominada por dívida com fornecedores, que evidencia elevada volatilidade, com picos significativos em alguns exercícios (2021 a 2022) e reduções subsequentes. Este padrão sugere fragilidades na gestão da dívida e expõe a autarquia a riscos fiscais, nomeadamente pressões sobre a liquidez e a previsibilidade orçamental.

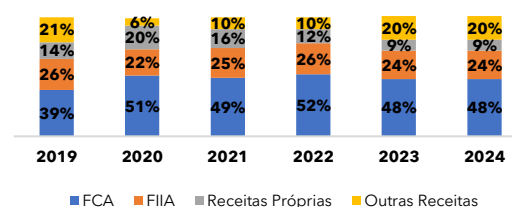
A dimensão da receita própria em todo período analisado, mostrou-se favorável para garantir acesso ao crédito com a banca e fornecedores, com uma média de 24,6%.

## 28. CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE GONDOLA

### 28.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

No período em análise, as receitas próprias e as Transferências do Estado (FCA e FIIA) representaram em média 13% e 72%, respectivamente. Entre 2019 e 2024, a receita própria registou um decréscimo de 17%, como consequência da reabilitação do mercado local que resultou em uma redução na captação de impostos e taxas pagas.

Gráfico 130 : Composição da Receita Total-Gondola

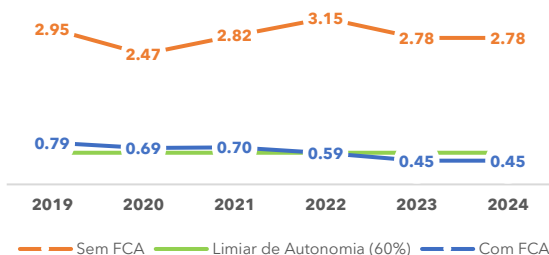


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 28.2. Análise de Riscos

#### 28.2.1. Autonomia

Gráfico 131: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Gondola



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio Salários e Remunerações sobre a Receita Própria indica que, durante o período em análise, a Autarquia não possuía autonomia para realizar outras despesas. Com a adição do FCA às Receitas Próprias, o rácio registou uma melhoria, com destaque para 2024, em que este esteve dentro dos limites de Autonomia (45%).

Da despesa total da Autarquia, em média 16% é coberta pelas receitas próprias, sugerindo que um atraso ou redução das transferências do Governo Central poderá agravar a sua situação financeira.

Gráfico 132: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Gondola



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

## 28.2.2. Endividamento

Gráfico 133: Composição da Dívida-Gondola

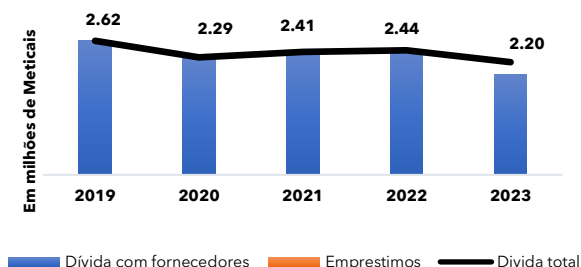
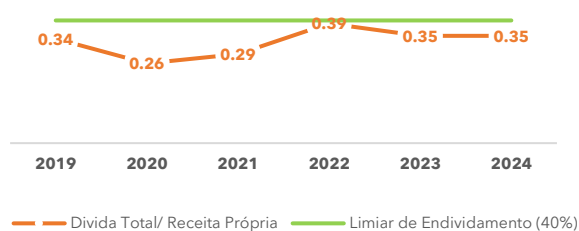


Gráfico 134: Evolução do Rácio da Dívida-Gondola



A dívida total da Autarquia é constituída maioritariamente pela dívida com fornecedores. Em 2024 esta representava 89% da dívida total, pese embora existirem outras dívidas.

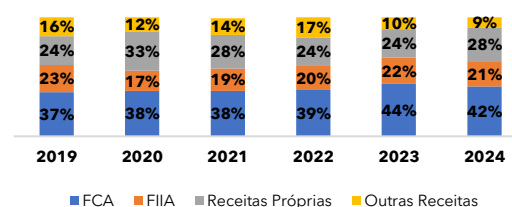
A dívida da Autarquia, embora tenha registado um crescimento em 2022, esta manteve-se abaixo do limite de sustentabilidade ao longo do período em análise, com uma média de 7pp abaixo do limiar, indicando que a autarquia, anualmente despende 33% da sua Receita Própria para o pagamento das dívidas com fornecedores.

## 29. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MANICA

### 29.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

No período em análise, as transferências do Estado predominavam na carteira da receita do município, com 39% para o FCA e 20% para o FIIA, sendo que as receitas próprias consumiam cerca de 26%.

Gráfico 135: Composição da Receita Total-Manica

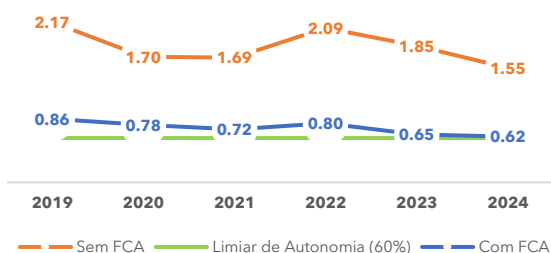


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 29.2. Análise de Riscos

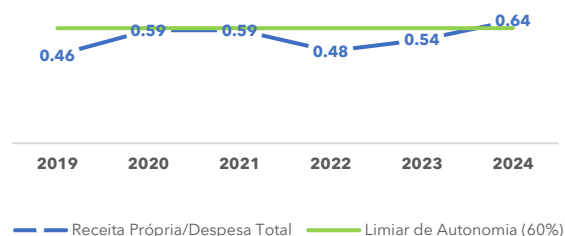
#### 29.2.1. Autonomia

Gráfico 136: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Manica



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 137: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Manica



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

No período de 2019-2024, o peso dos salários sobre a Receita Própria manteve-se elevado com uma média de 124pp acima do limiar sem o FCA e 44pp acima do limiar com o FCA.

A autonomia financeira relacionada ao rácio entre a Receita Própria sobre Despesa Total esteve, em média 5pp, abaixo do limiar, limitando a capacidade de investimento e resposta a choques fiscais.

## 29.2.2. Endividamento

Gráfico 138: Composição da Dívida-Manica

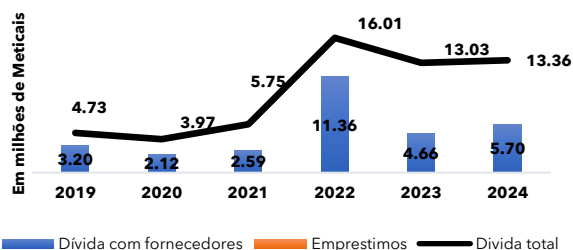
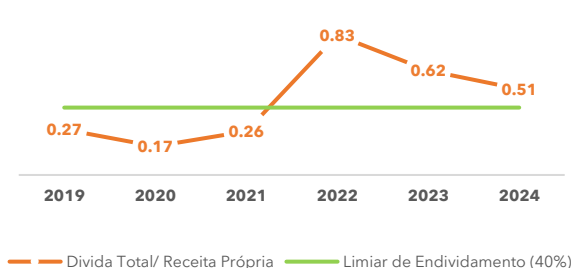


Gráfico 139: Evolução do Rácio da Dívida-Manica



O município enfrenta problemas estruturais de passivos acumulados, como contribuições obrigatórias (INSS e IRPS) não pagas ao longo de vários exercícios, dívida com fornecedores e incumprimentos no pagamento das quotas à ANAMM.

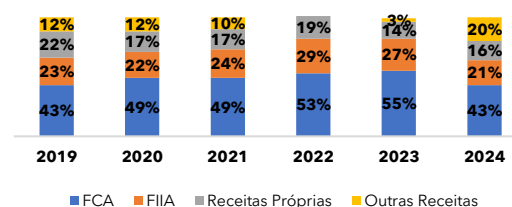
Estas dívidas comprometem a regularização fiscal da instituição, tendo apresentado um crescimento do endividamento de 2019 a 2024 de cerca de 180%. Porém, em 2024, foram iniciados esforços para saneamento financeiro e negociação de planos de reembolso.

## 30. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE CATANDICA

### 30.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total do Município de Catandica, durante o período em análise, evidencia elevada dependência das transferências intergovernamentais, com o FCA a representar maior proporção, em média, com cerca de 49% da receita, seguida do FIA com cerca de 25%.

Gráfico 140: Composição da Receita Total-Catandica



A receita própria da Autarquia registou uma tendência de decrescente (27%), como resultado de perda de receitas específicas, como a Taxa de Lixo anteriormente repassada pela EDM, contudo apesar desta tendência, a autarquia diversificou a sua base tributária através da concessão de licenças para moto-táxis, transporte público, novas taxas sobre empresas agro-industriais como ECA, LIFE TABAC, VALFUMAX e WIST FILI), aumento do número de bancas do mercado e melhorias administrativas internas.

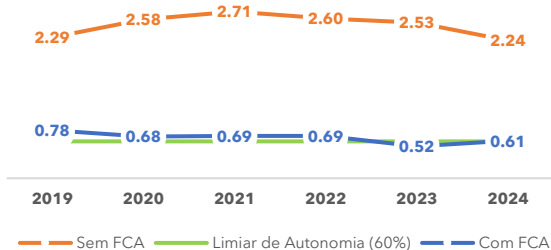
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Esta estrutura indica autonomia financeira limitada e riscos fiscais associados à dependência de transferências e à previsibilidade das receitas.

### 30.2. Análise de Riscos

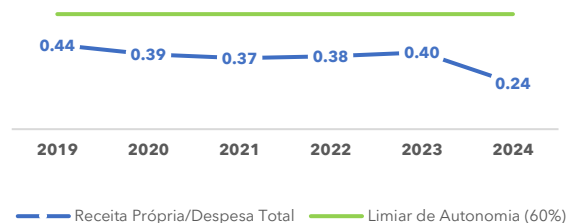
#### 30.2.1. Autonomia

Gráfico 141: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Catandica



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 142: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Catandica



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Entre 2019 e 2024, a métrica da receita própria, não garantiu a cobertura dos salários e remunerações, deste modo, o rácio situou-se 76pp acima do limiar de autonomia financeira. Contudo, com incremento do FCA às receitas próprias, foi possível realizar-se o pagamento da despesa com pessoal nos anos 2021 e 2023 embora tenha se observando défices orçamentais nos anos 2019 e 2024, num contexto de baixa receita própria e de desafios na racionalização das novas contratações.

A autonomia financeira de Catandica é baixa, dado que apenas 34% da despesa total foi financiado com recurso as receitas próprias da autarquia, facto que gerou défices na despesa corrente e de investimento. Este défice levou com que o rácio da receita própria sobre a despesa deteriora-se, situando-se 26pp abaixo do limiar de autonomia financeira

Estes indicadores revelam uma compressão do espaço fiscal da autarquia, limitando a sua capacidade de financiar as despesas com recursos próprios.

### 30.2.2. Endividamento

Gráfico 143: Composição da Dívida-Catandica

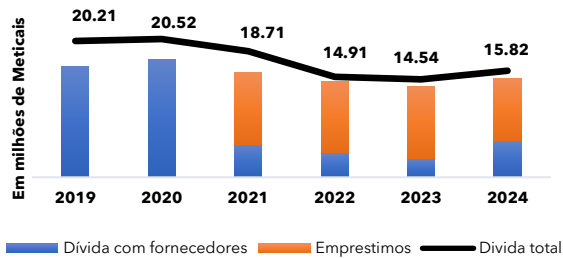
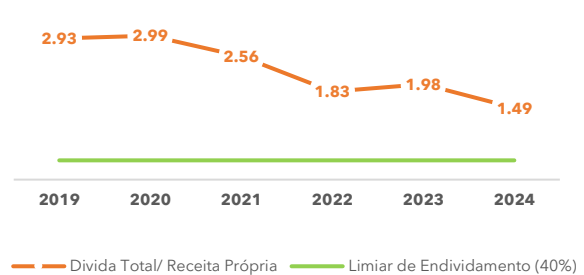


Gráfico 144: Evolução do Rácio da Dívida-Catandica



A composição da dívida do Município de Catandica evidencia predominância de dívida com fornecedores, embora com uma tendência decrescente, resultado de atrasos nas transferências do FCA e FIIA. Paralelamente, verifica-se um aumento relativo da dívida comercial (empréstimos bancários), nos anos recentes. Este perfil expõe a autarquia a riscos fiscais, nomeadamente pressão sobre a liquidez, acumulação de atrasados e maior vulnerabilidade ao incumprimento de compromissos financeiros.

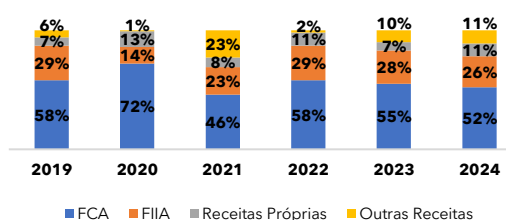
O endividamento da autarquia é preocupante, estando esta em média 1.8pp acima do limiar de sustentabilidade. Em 2024, a dívida representava cerca de 149% da receita própria. Esta dívida está em parte associado a existência de obrigações Financeiras históricas com a Fazenda e INSS ainda não regularizadas.

## 31. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE SUSSUNDENGA

### 31.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

Ao longo do período em análise, o FCA e FIIA representaram em média, cerca de 80% da receita total, sendo as principais fontes de financiamento do município. A Receita Própria teve uma participação baixa e volátil, representando apenas cerca de 10% da receita total. Isso evidencia uma incapacidade do município em mobilizar recursos próprios suficientes, comprometendo a sua autonomia financeira e aumentando a sua dependência por transferências externas.

Gráfico 145: Composição da Receita Total-Sussundenga



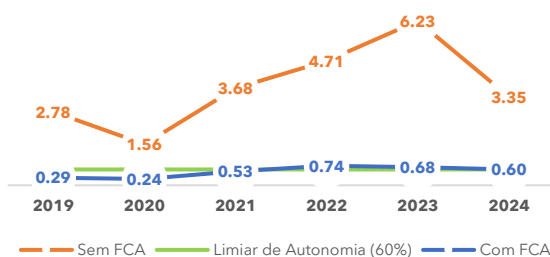
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

A Receita Própria cresceu entre 2019 e 2020, em 57%, influenciado pelo cadastro de novos contribuintes que impulsionou o IPRA. No entanto, de 2022 a 2023o cenário alterou, verificando uma redução destas receitas (36%), como resultado, em parte, da pandemia da COVID-19.

### 31.2. Análise de Riscos

#### 31.2.1. Autonomia

Gráfico : 146 Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Sussundenga

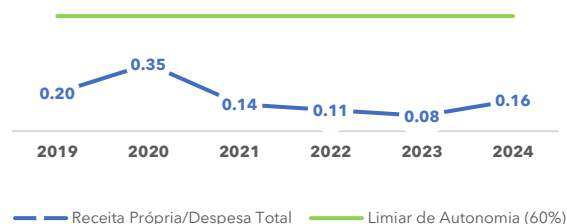


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O gráfico da evolução do rácio salário e Remunerações sobre a receita Própria ilustra que a despesa com pessoal situou-se 4 vezes acima da capacidade de arrecadação da receita própria da autarquia, sugerindo que a maior parte do orçamento é financiada por outras fontes.

Deste modo, em média, apenas 17% da receita próprias eram usadas para financiar a despesa total.

Gráfico 147: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Sussundenga



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 31.2.2. Endividamento

Gráfico 148: Composição da Dívida-Sussundenga

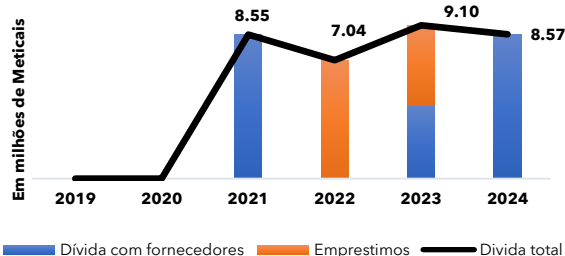
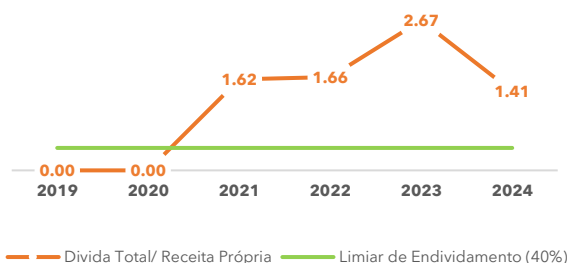


Gráfico 149: Evolução do Rácio da Dívida-Sussundenga



A composição da dívida do Município de Sussundenga revela predominância de dívida com fornecedores com aumento do stock nos últimos anos. O município contraiu dívidas com fornecedores em 2021 e 2023 para aquisição de bens e serviços, incluindo uma niveladora via contrato de leasing. Em 2023, optou por um empréstimo bancário para reduzir a dívida acumulada, deteriorando mais ainda o seu endividamento.

O rácio Dívida Total/Receita Própria do Município de Sussundenga manteve-se nulo até 2020, mas aumentou significativamente a partir de 2021, atingindo um pico de 267% em 2023, muito acima do limiar prudencial de 40%, representando cerca do dobro da receita própria da autarquia. Apesar da redução em 2024, o nível permanece elevado, sinalizando riscos fiscais elevados e pressão sobre a sustentabilidade financeira

Este perfil indica riscos fiscais associados a constrangimentos de liquidez, acumulação de atrasados e maior exposição a pressões sobre a sustentabilidade financeira no curto prazo

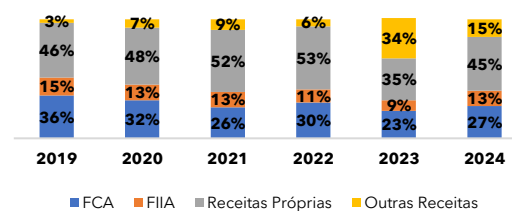
## 32. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA BEIRA

### 32.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Durante o período em análise, as receitas próprias constituíram as principais fontes de receitas (47% ao ano). Entre 2019 e 2023, a Receita Própria cresceu 15% ao ano, indicando uma melhoria na capacidade de arrecadação de impostos e taxas.

Por outro lado, apesar da autarquia ter uma fonte considerável de recursos próprios, esta continua dependente das transferências do Estado, nomeadamente o FCA e FILA que também evidenciaram uma contribuição modesta (41% em média) para garantir estabilidade orçamental e permitir a realização de investimentos.

Gráfico 150: Composição da Receita Total-Pemba

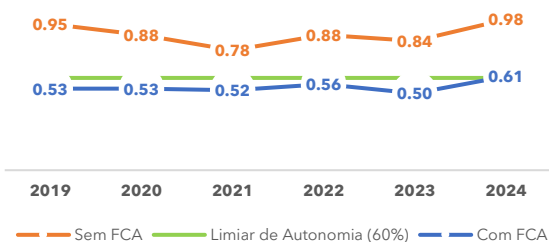


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 32.2. Análise de Riscos

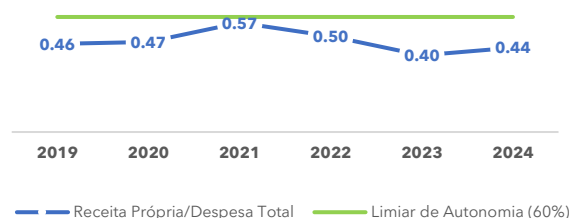
#### 32.2.1. Autonomia

Gráfico 151: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria (Pemba)



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 152: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total- Pemba



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salários e remunerações sobre a receita própria situou-se em média 29pp acima do limiar de Autonomia Financeira, evidenciando capacidade limitada da autarquia para suportar a despesa com salários e remunerações. Com a inclusão do FCA, o rácio melhor, contudo continua 6pp abaixo do limiar de sustentabilidade.

Relativamente a despesa total, 47% (em média) desta é financiada com recurso as receita próprias da autarquia, sendo que o indicador de sustentabilidade vislumbra que este, situa-se 13pp abaixo do limiar

#### 32.2.2. Endividamento

No âmbito da estratégia de recuperação e consolidação da situação financeira, a autarquia adoptou uma política de eliminação da contratação de dívida, tanto junto de fornecedores como de instituições bancárias. Esta opção de gestão teve como objectivo assegurar a sustentabilidade financeira e salvaguardar a disciplina fiscal da Autarquia.

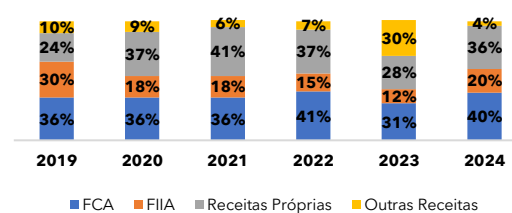
### 33. CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE DONDO

#### 33.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

A composição da receita total, mostra que esta é impulsionada pelas Transferências do Governo Central (55% em média), nomeadamente o FCA e o FIIA. Por outro lado, as receitas próprias agregaram um peso considerável à receita total, em média cerca de 34%.

Entre 2019 e 2024, a Receita Própria registou um crescimento de 50% como resultado da receita extraordinária arrecadada em 2023 no sector de energia.

Gráfico 153: Composição da Receita Total-Dondo

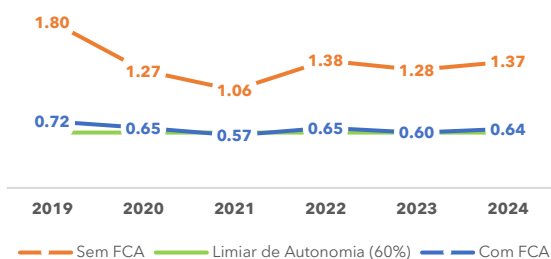


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

#### 33.2. Análise de Riscos

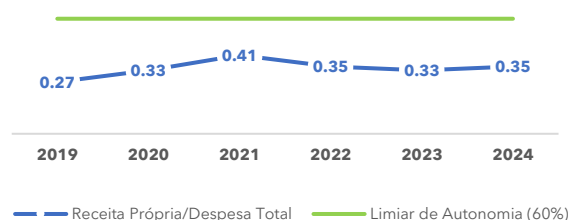
##### 33.2.1. Autonomia

Gráfico 154: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Dondo



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 155: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Dondo



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Entre 2019 e 2024, a métrica da receita própria, não garantiu a cobertura dos salários e remunerações, deste modo, o rácio situou-se 76pp acima do limiar de autonomia financeira. Contudo, com incremento do FCA às receitas próprias, foi possível realizar-se o pagamento da despesa com pessoal nos anos 2021 e 2023, embora tenha se observando défices orçamentais nos anos 2019 e 2024, num contexto de baixa arrecadação de receita própria e de desafios na racionalização das novas contratações.

Durante o período em análise, apenas 34% da despesa total foi financiado com recurso as receitas próprias da autarquia, facto que gerou défices na despesa corrente e de investimento. Este défice levou com que o rácio da receita própria sobre a despesa deteriora-se, situando-se 26pp abaixo do limiar de autonomia financeira

### 33.2.2. Endividamento

Gráfico 156: Composição da Dívida-Dondo

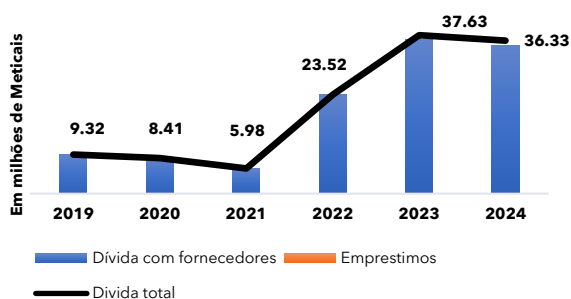
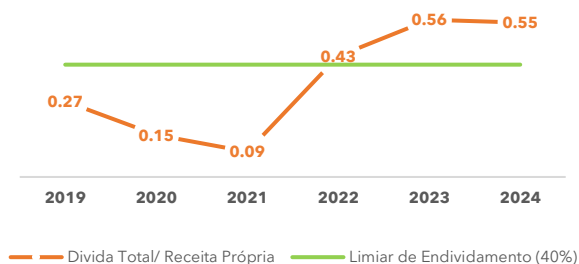


Gráfico 157: Evolução do Rácio da Dívida-Dondo



A dívida com fornecedores da Autarquia cresceu 54% entre 2021 e 2024, como resultado da necessidade de construção de várias obras, nomeadamente, aterros sanitários, centro de saúde, sanitário público e atrasos no desembolso do FIIA e FE.

Os atrasos no desembolso do FIIA e do FE resultaram na disponibilidade da receita, que se destinava à cobertura da dívida nos exercícios económicos de 2022 a 2024. Com os desembolsos assegurados, a autarquia perspectiva que o stock da dívida reduza, o que pode melhorar os indicadores de autonomia financeira e de sustentabilidade.

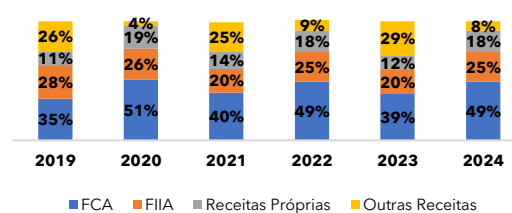
## 34. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE MARROMEU

### 34.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

A estrutura da receita total da Autarquia de Marromeu no período 2019-2024 demonstra dependência das transferências do Estado, com estas a representarem em média 68% da receita total.

Entretanto, a Receita Própria mostrou-se volátil variando de 11% em 2019 para 18% em 2024, resultando num crescimento de 15% ao ano. Este desempenho, demonstra o esforço da autarquia em melhorar a sua capacidade de arrecadar recursos próprios.

Gráfico 158: Composição da Receita Total-Marromeu

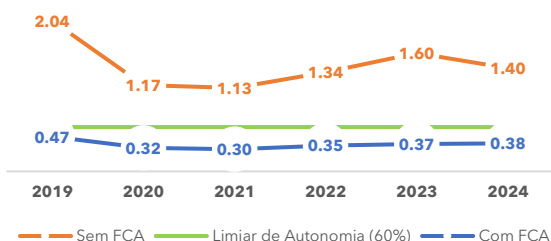


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 34.2. Análise de Riscos

#### 34.2.1. Autonomia

Gráfico 159: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Marromeu

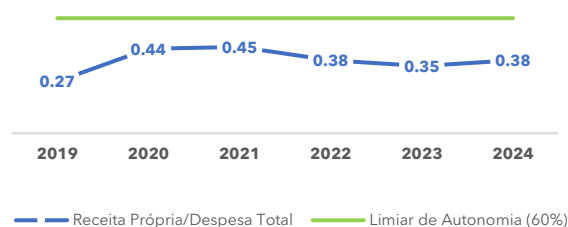


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Denota-se pelo gráfico da evolução do rácio salários e remunerações sobre a receita, que os salários absorveram mais de 60% da Receita Própria, fixando-se em 85p.p acima do limiar. Por outro lado, com a incorporação do FCA à receita própria, o rácio mostra-se menos crítico reduzindo em média para 7p.p abaixo do limiar.

Em contrapartida, a proporção da Receita Própria sobre a Despesa Total esteve abaixo do limiar ao longo do período em análise, sendo que em média 37%, da despesa total foi financiada com recurso as receitas próprias.

Gráfico 160: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Marromeu



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 34.2.2. Endividamento

Gráfico 161: Composição da Dívida-Marromeu

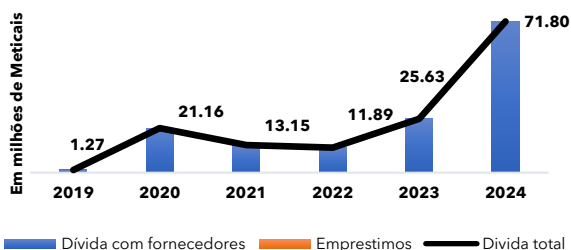


Gráfico 162: Evolução do Rácio da Dívida-Marromeu



No que diz respeito ao endividamento, a autarquia recorreu de forma sistemática à contratação de bens e serviços sem cobertura orçamental efectiva, o que gerou acumulação de passivos com fornecedores e prestação de serviços básicos, nomeadamente, saneamento, obras, combustível, transporte de lixo.

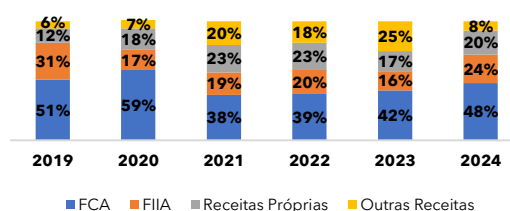
O não cumprimento dos termos acordados de amortização da dívida levou a um aumento progressivo desta, que em 2024 representava cerca de 6 vezes da Receita Própria.

## 35. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE GORONGOSA

### 35.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

A análise da composição da receita total da Autarquia de Gorongosa evidencia dependência de fontes externas de financiamento, com as transferências (FCA e FIIA) a representarem, em média, 67% da receita total no período em análise. A dependência pelas Transferências do FCA e do FIIA mostra vulnerabilidade financeira da autarquia sobretudo quando se verifica o atraso no desembolso destas.

Gráfico 163: Composição da Receita Total-Gorongosa



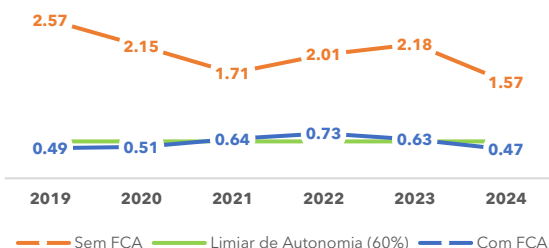
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Entre 2019 - 2024, a Receita Própria apresentou um crescimento de 18% ao ano. Contudo o seu peso nas receitas totais demonstra uma capacidade ainda limitada na mobilização interna de recursos, facto que expõe a autarquia a ser dependente das transferências do Estado.

### 35.2. Análise de Riscos

#### 35.2.1. Autonomia

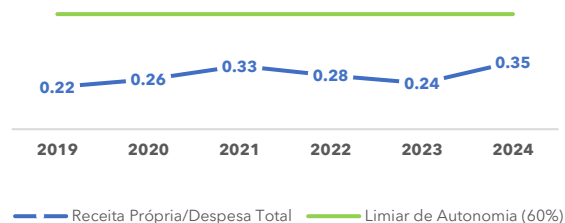
Gráfico 164: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Gorongosa



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Denota-se pelo gráfico da evolução do rácio salário e remunerações sobre a receita própria que a folha salarial representava em média, cerca de 200% da Receita Própria, o que indica que grande parte dos recursos próprios era exacerbada com despesas de pessoal. Contudo com a incorporação do FCA, observa-se melhoria do rácio, porém ainda elevado, 2p.p abaixo do limiar, limitando a espaço fiscal para investimentos ou serviços essenciais.

Gráfico 165: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Gorongosa



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Por outro lado, o rácio de Receita Própria sobre Despesa Total evidencia constrangimentos para financiar a despesa total, ou seja, apenas 28% da despesa total era financiada com recursos internos.

### 35.2.2. Endividamento

Gráfico 166: Composição da Dívida-Gorongosa

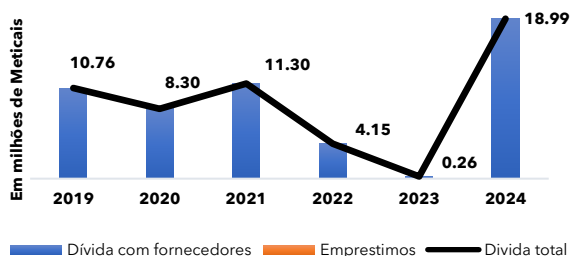


Gráfico 167: Evolução do Rácio da Dívida-Gorongosa



Em relação ao endividamento, a autarquia tem enfrentado pressões crescentes associadas à execução de obras e aquisição de bens e serviços em contexto de insuficiência de cobertura orçamental. As dívidas contraídas resultam, sobretudo, de contratos com prestadores de serviços locais para manutenção de estradas, reabilitação de infraestruturas públicas e fornecimento de equipamentos, tendo se acumulado ao longo dos anos sem amortização regular.

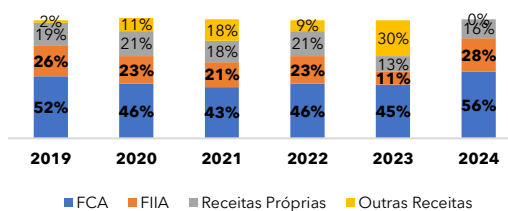
Na maioria do período analisado, o rácio da dívida por receita própria foi superior ao limiar de sustentabilidade, embora com uma tendência decrescente. Em 2024, o stock de dívida correspondeu a cerca de duas vezes a Receita Própria da autarquia, configurando um nível de endividamento elevado face à capacidade de geração de receitas próprias.

## 36. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE NHAMATANDA

### 36.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

A composição da receita total evidencia predominância das transferências do Governo, com o FCA e FIIA a representar em média cerca de 70% da receita total. A receita própria apresenta um peso reduzido e relativamente estável na estrutura de financiamento, variando entre aproximadamente 13% e 21% da receita total. Este desempenho limitado está, em parte, associado ao encerramento de empresas relevantes para a base de arrecadação fiscal, que anteriormente contribuíam de forma significativa através do Imposto Predial Autárquico (IPRA).

Gráfico 168: Composição da Receita Total-Nhamatanda



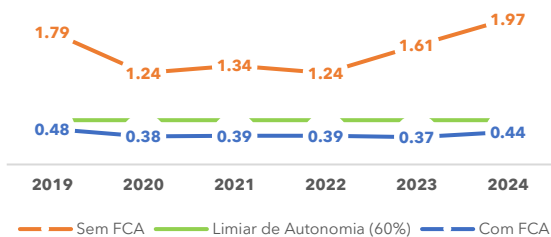
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Esta estrutura revela autonomia financeira limitada e riscos fiscais associados à dependência de transferências intergovernamentais.

### 36.2. Análise de Riscos

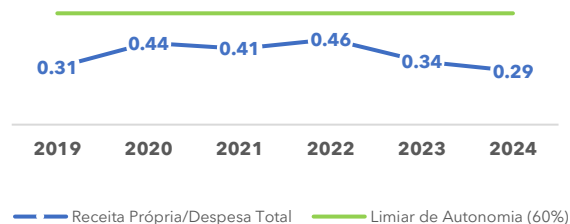
#### 36.2.1. Autonomia

Gráfico 169: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Nhamatanda



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 170: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Nhamatanda



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio dos salários sobre a Receita Própria da autarquia sem FCA manteve-se sistematicamente elevado, portanto 53pp acima da sua capacidade de geração da receita da autarquia, evidenciando incapacidade de financiar a massa salarial com recursos próprios. Com a inclusão do FCA, o rácio reduziu substancialmente, situando-se abaixo do limiar de 60%, mas continuando a revelar dependência estrutural de transferências e pouca margem disponível para o financiamento de investimentos e para a provisão de serviços públicos essenciais.

O rácio Receita Própria/Despesa Total da autarquia manteve-se consistentemente abaixo do limiar de autonomia de prudencial, variando entre 29% e 46%. Após ligeira melhoria até 2022, observa-se deterioração do rácio nos dois últimos, evidenciando dependência de transferências e riscos fiscais associados à limitada capacidade de financiamento das despesas com recursos próprios.

### **36.2.2. Endividamento**

O Município de Nhamatanda não regista passivos junto de fornecedores nem de instituições bancárias, o que contribui para a estabilidade e sustentabilidade orçamental no curto prazo. Esta situação decorre, por um lado, de uma gestão prudente dos compromissos financeiros, mas, por outro, reflecte a limitada capacidade de execução de projectos de investimento de maior dimensão.

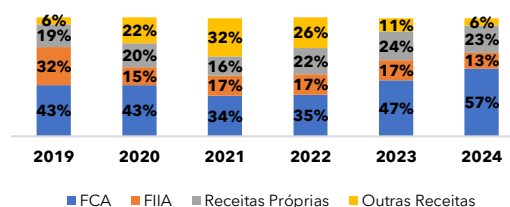
## 37. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE INHAMBANE

### 37.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Entre 2019 - 2024 as transferências do Estado FCA e FIIA, corresponderam a maioria da composição do total da receita da autarquia (cerca de 60%), enquanto as receitas próprias representaram em média 20% da receita total do município.

Esta estrutura revela autonomia financeira limitada e riscos fiscais associados à dependência de transferências intergovernamentais.

Gráfico 171: Composição da Receita Total-Inhambane

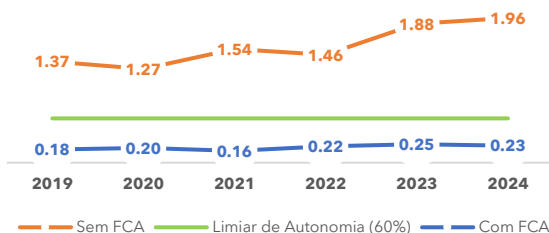


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 37.2. Análise de Riscos

#### 37.2.1. Autonomia

Gráfico 172: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Inhambane



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 173: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Inhambane



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Entre 2019 e 2024, o Município de Inhambane registou um rácio médio das despesas com pessoal em relação à receita própria de cerca de 156%, evidenciando que os encargos salariais excederam de forma significativa a capacidade de financiamento com recursos internos. Este indicador, amplamente superior ao limiar de sustentabilidade de 60%, reflecte um desequilíbrio estrutural na gestão orçamental da autarquia, com impactos negativos sobre a capacidade de realização de investimentos e a melhoria da prestação de serviços públicos. Não obstante, com a inclusão do Fundo de Compensação Autárquica (FCA) no agregado de receitas, o rácio reduz-se para aproximadamente 56%, sinalizando que a sustentabilidade orçamental do município depende, em larga medida, das transferências do Estado.

Adicionalmente, o rácio médio entre a receita própria e a despesa total, situado em cerca de 21%, confirma um nível reduzido de autonomia financeira da autarquia, evidenciando uma dependência estrutural das transferências intergovernamentais para o financiamento das despesas correntes e de investimento.

### 37.2.2. Endividamento

Gráfico 174: Composição da Dívida-Inhambane

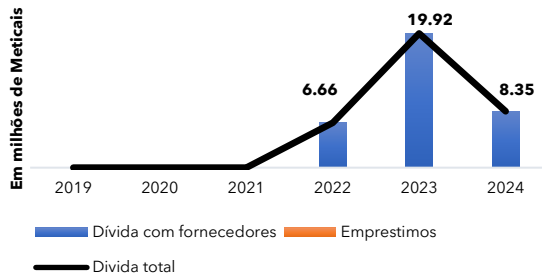
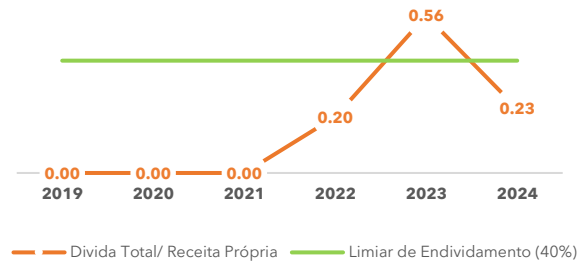


Gráfico 175: Evolução do Rácio da Dívida-Inhambane



Desde o ano 2022, a autarquia passou a acumular passivos junto de fornecedores, que atingiram um montante superior a 8 milhões de meticais até 2024, em resultado de atrasos na transferência de recursos provenientes do FCA e FIIA.

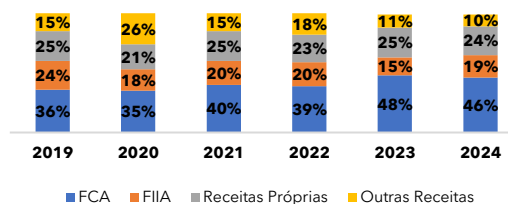
Em 2023, esta situação traduziu-se numa dívida correspondente a 56% da receita própria, facto que comprometeu a execução das actividades programadas e dos contractos assumidos pela autarquia.

## 38. CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MASSINGA

### 38.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

Entre 2019 e 2024, as receitas próprias e as transferências do Estado (FCA e FIIA) representaram, em média, 24% e 60% da receita total da autarquia, evidenciando uma dependência pelos recursos do governo central.

Gráfico 176: Composição da Receita Total-Massinga

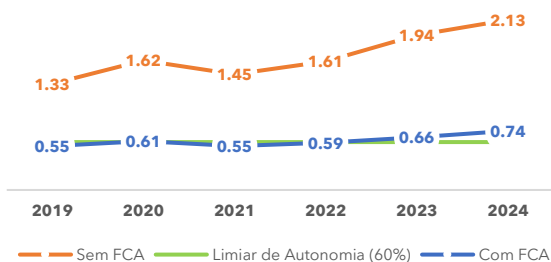


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 38.2. Análise de Riscos

#### 38.2.1. Autonomia

Gráfico 177: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Massinga



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

De 2019 a 2024, o rácio de salários sobre a receita própria foi em média, 108%, reflectindo deste modo uma baixa autonomia financeira. Contudo, com a inclusão do FCA, o indicador melhora, não obstante, permanecer 2pp acima do limiar de sustentabilidade.

Gráfico 178: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Massinga



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio de receita própria sobre a despesa total situou-se, em média, 38 pp abaixo do limiar de referência, com maior incidência em 2024, ano em que se registou um desvio de 46pp face ao limite indicativo.

### 38.2.2. Endividamento

Gráfico 179: Composição da Dívida-Massinga

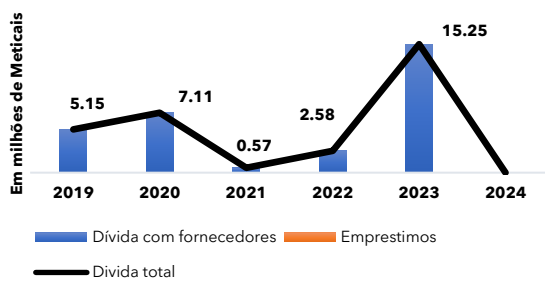
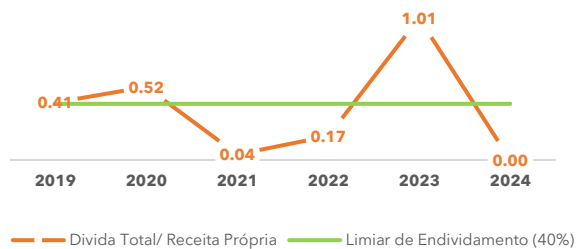


Gráfico 180: Evolução do Rácio da Dívida-Massinga



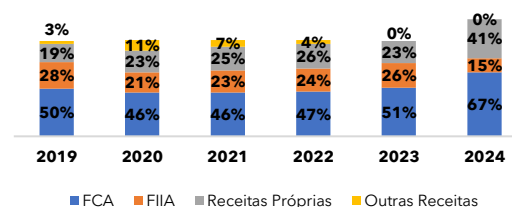
Entre 2019 e 2024, a dívida com fornecedores registou um aumento de 196%, impulsionada pelo investimento na requalificação dos mercados, resultando numa dívida acumulada de 12,67 milhões de meticais em 2023. Contudo, em 2024, esta dívida foi totalmente liquidada.

## 39. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MAXIXE

### 39.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

As receitas próprias e as transferências do Estado (FCA e FIIA) constituíram as principais fontes da receita total da autarquia, representando, em média, 74% do montante arrecadado no período de 2019 a 2024. Neste período, observou-se uma participação relativamente menor das receitas próprias, que corresponderam a aproximadamente 26% da receita total.

Gráfico 181: Composição da Receita Total-Maxixe

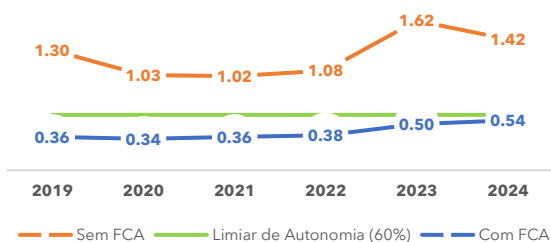


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 39.2. Análise de Riscos

#### 39.2.1. Autonomia

Gráfico 182: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Maxixe



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Entre 2019 e 2024, a autarquia de Maxixe apresentou um rácio médio de 125% de salários sobre receita própria, evidenciando uma dependência de recursos externos para fazer face a despesa com pessoal. Com a inclusão do Fundo de Compensação Autárquica (FCA), o rácio reduz para 41%, continuando abaixo do limiar de sustentabilidade, o que ressalta a relevância das transferências do Governo Central para o equilíbrio orçamental.

Por outro lado, o rácio médio de 23% entre receita própria e despesa total revela falta de autonomia financeira da autarquia, dado que as receitas próprias não conseguem suportar as despesas totais do município.

#### 39.2.2. Endividamento

A Autarquia de Maxixe não possui dívidas, como parte da sua estratégia para melhoria da sua situação fiscal, priorizando a melhoria da arrecadação de receitas próprias, como principal componente para o alcance da autonomia financeira.

Gráfico 183: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Maxixe



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

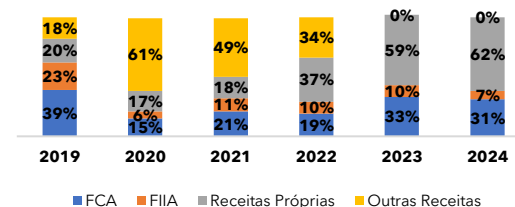
## 40. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE VILANKULOS

### 40.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

Entre 2019 e 2024, as receitas próprias e as transferências do Estado (FCA e FIIA) representaram, em média, 36% e 38% da receita total, respectivamente.

Em 2024 a participação das receitas próprias atingiu cerca de 62%, crescimento este mais elevado dos últimos 6 anos. Este desempenho reflecte um esforço da capacidade de arrecadação de receita, traduzido num crescimento acumulado superior a 300%. A evolução positiva resulta, em grande medida da melhoria dos mecanismos de cobrança, nomeadamente actualização das taxas municipais e da implementação de sistemas digitais.

Gráfico 184: Composição da Receita Total-Vilankulos

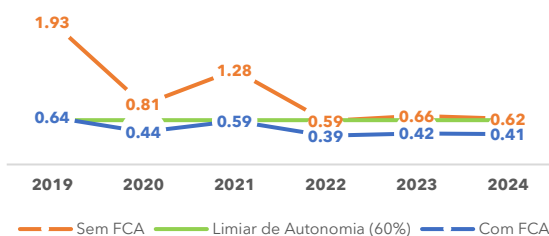


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 40.2. Análise de Riscos

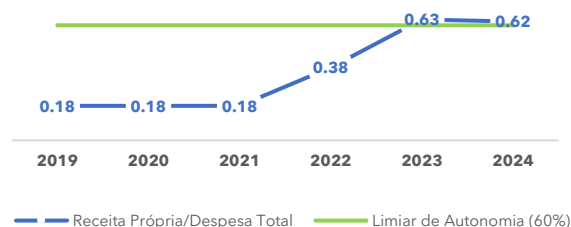
#### 40.2.1. Autonomia

Gráfico 185: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Vilankulos



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 186: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Vilankulos



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salários e remunerações sobre a receita própria registou uma melhoria entre 2022 e 2024, evidenciando maior capacidade da Autarquia para sustentar a folha salarial com recurso as receitas próprias. No período, o rácio situou-se em torno de 62% em média. Com a adição do FCA, o rácio reduz para 41%, abaixo do limiar, o que reforça a importância das transferências do Governo central para o equilíbrio orçamental da Autarquia.

A autonomia financeira da Autarquia registou melhoria sobretudo em 2023 e 2024, quando o rácio da receita própria sobre a despesa total ultrapassou o limiar de referência (62% e 63%). Este desempenho reflecte maior eficácia nos mecanismos de cobrança de receita, ampliando espaço fiscal e fortalecendo a capacidade de financiamento institucional.

## 40.2.2. Endividamento

Gráfico 187: Composição da Dívida-Vilankulos

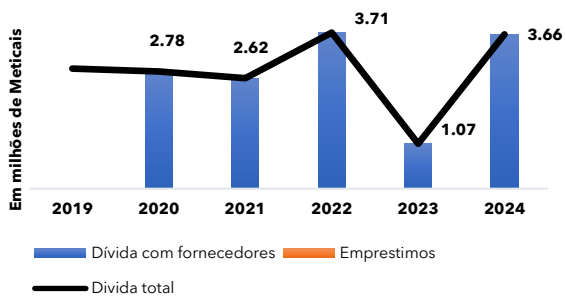
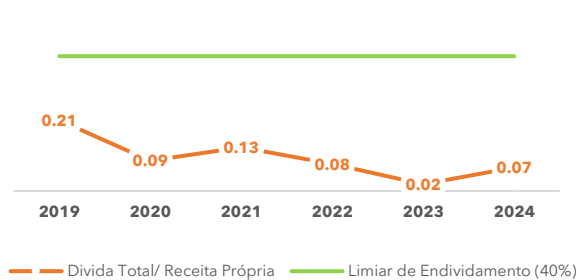


Gráfico 188: Evolução do Rácio da Dívida-Vilankulos



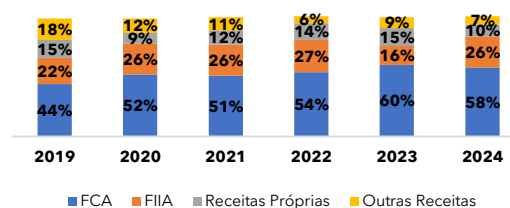
Até 2024, o Município acumulou uma dívida com fornecedores de menos de 4 milhões de metcais. Estes representaram em 2024, cerca de 7% da receita própria não constituindo um risco, dada a sua capacidade de arrecadação da receita própria.

## 41. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE QUISSICO

### 41.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

Entre 2019 e 2024, as receitas próprias e as transferências do Estado (FCA e FIIA) corresponderam em média 13% e 17% da receita respectivamente. A composição da receita total do Município de Quissico revela forte dependência das transferências intergovernamentais, com o FCA a representar a principal fonte de financiamento (44%-60%). A receita própria mantém um peso reduzido e volátil (12%-16%), enquanto o FIIA e outras receitas apresentam contributos complementares. Esta estrutura evidencia riscos fiscais, associados à limitada autonomia financeira e à vulnerabilidade a variações nas transferências do Estado.

Gráfico 189: Composição da Receita Total-Quissico

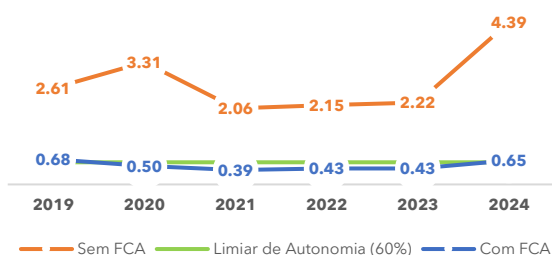


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 41.2. Análise de Riscos

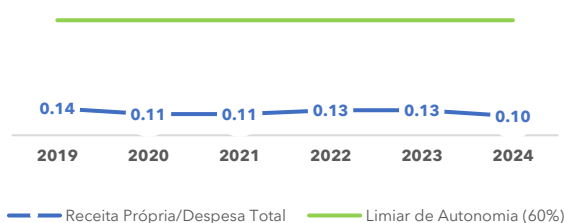
#### 41.2.1. Autonomia

Gráfico 190: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Quissico



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 191: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Quissico



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Entre 2019 e 2024, o Município de Quissico apresentou um rácio médio de 279% de salários sobre receita própria, evidenciando forte dependência de recursos externos para cobrir a despesa com pessoal. Com a inclusão do FCA, o rácio melhora para 51%, abaixo do limiar de sustentabilidade, reforçando a relevância das transferências do Governo Central para o equilíbrio orçamental.

Quanto ao rácio Receita Própria/Despesa Total do Município, este manteve-se persistentemente baixo (10%-14%) e muito abaixo do limiar de autonomia de 60%. Este desempenho evidencia elevada dependência de transferências e baixa autonomia financeira, para a cobertura das despesas com recursos próprios.

#### 41.2.2. Endividamento

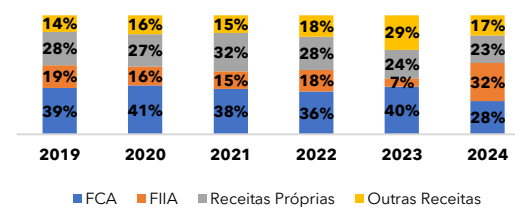
Durante o período analisado a Autarquia não contraiu dívidas com fornecedores e nem com a banca (empréstimos).

## 42. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE XAI-XAI

### 42.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total do Município de Xai-Xai evidencia dependência relevante de transferências intergovernamentais, com o FCA a representar a principal fonte (28%-41%). A receita própria apresenta peso moderado e volátil (23%-32%), enquanto o FIIA e outras receitas variam significativamente. Esta estrutura revela riscos fiscais associados à instabilidade das fontes e à autonomia financeira limitada.

Gráfico 192: Composição da Receita Total-Xai-xai

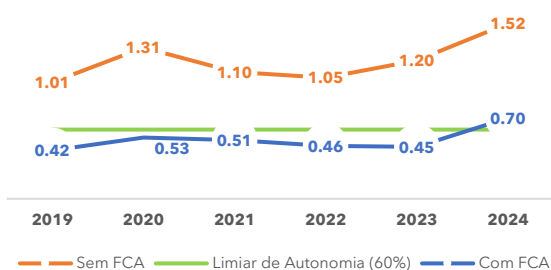


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 42.2. Análise de Riscos

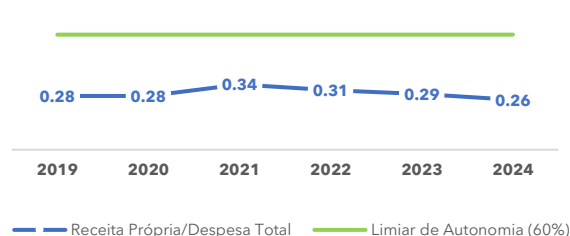
#### 42.2.1. Autonomia

Gráfico 193 : Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Xai-xai



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 194: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Xai-xai



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Ao longo do período em análise, sem recurso do FCA, o rácio salários/receita própria manteve-se acima do limiar de sustentabilidade, indicando incapacidade de financiar a massa salarial com recursos próprios. Com adição do FCA, o rácio melhora embora aproximando-se no limiar de 60%, sinalizando rigidez orçamental, dependência de transferências e riscos fiscais para a sustentabilidade financeira

Quanto a autonomia financeira, medida pela proporção da receita própria sobre a despesa total, o município permanece abaixo do limiar de 60% (34% - 26%), evidenciando que o município possui fraca capacidade de financiar as suas despesas, tendo que depender de transferências do governo, aumentando a vulnerabilidade orçamental.

## 42.2.2. Endividamento

Gráfico 195: Composição da Dívida-Xai-xai

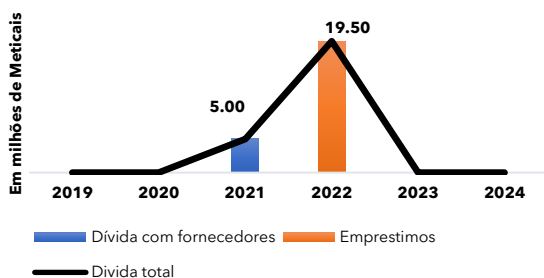
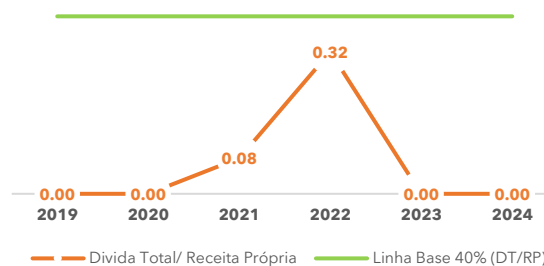


Gráfico 196: Evolução do Rácio da Dívida-Xai-xai



Os indicadores da dívida do município revelam um esforço de contenção e gestão prudente dos passivos, sendo que a partir de 2023, a Autarquia não possuía dívida com fornecedores nem com a banca, isto é, há ausências de novas obrigações.

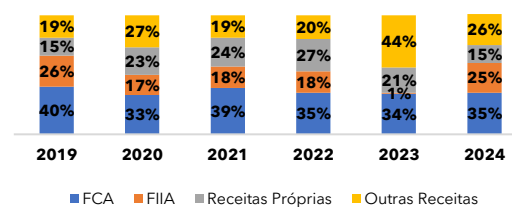
Excepcionalmente, a dívida comercial registada em 2022 é decorrente do atraso no desembolso do FCA para pagamento de salários e remunerações.

## 43. CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MACIA

### 43.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total do município, durante o período em análise, evidencia uma forte dependência do Estado, que representam 54% da receita total. A receita própria corresponde em termos médios apenas a 21% da carteira, revelando baixa capacidade de auto financiamento.

Gráfico 197: Composição da Receita Total-Macia

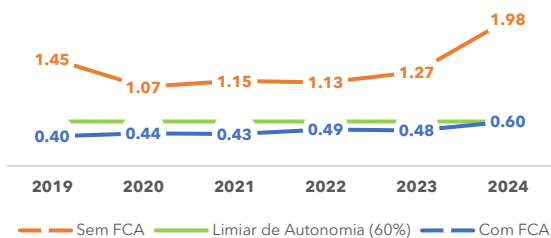


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 43.2. Análise de Riscos

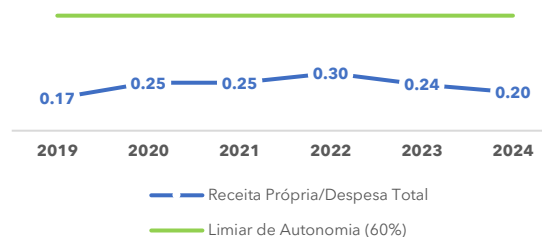
#### 43.2.1. Autonomia

Gráfico 198: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Macia



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 199: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Macia



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Os encargos com salários e remunerações representam um desafio para Autarquia, dado que sem FCA o rácio salários/receita própria do Município manteve-se sistematicamente acima do limiar de sustentabilidade (60%) atingindo cerca de 198% em 2024, evidenciando incapacidade de financiar a massa salarial com recursos próprios. Com o FCA, o rácio aproxima-se do limiar, sinalizando rigidez orçamental, forte dependência de transferências e riscos fiscais para a sustentabilidade financeira.

Relativamente ao rácio Receita Própria/Despesa Total do Município, este manteve-se persistentemente baixo durante o período, variando entre 17% e 30%, muito abaixo do limiar de autonomia de referência (60%). Este desempenho evidencia fraca capacidade de financiamento das despesas com recursos próprios, elevada dependência de transferências intergovernamentais e riscos fiscais significativos para a sustentabilidade orçamental.

### 43.2.2. Endividamento

Gráfico 200: Composição da Dívida-Macia

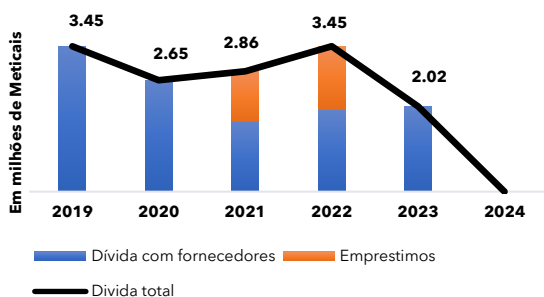
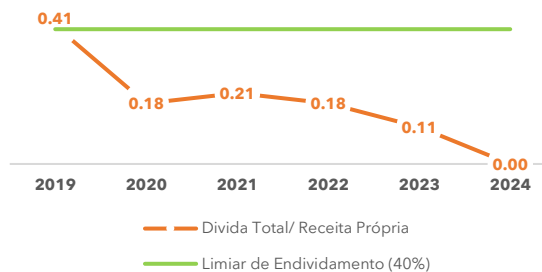


Gráfico 201: Evolução do Rácio da Dívida-Macia



A composição da dívida do Município da Macia evidencia predominância de dívida com fornecedores.

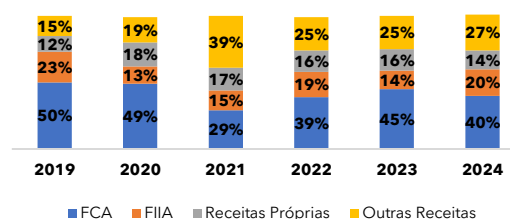
O rácio da dívida da Autarquia encontra-se dentro dos parâmetros sustentáveis, tendo reduzido de 41% em 2019 para 0% em 2024, mantendo-se abaixo do limiar de 40% na maior parte do período. A trajectória indica consolidação financeira e riscos fiscais actualmente reduzidos

## 44. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE CHIBUTO

### 44.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total ao longo do período analisado, mostra uma dependência de transferências do Governo e donativos, com o FCA a representar em termos médios 42% da receita total. A receita própria permanece limitada e volátil situando em média 15,5%. Esta estrutura revela riscos fiscais associados à baixa autonomia financeira e à vulnerabilidade a choques nas transferências.

Gráfico 202: Composição da Receita Total-

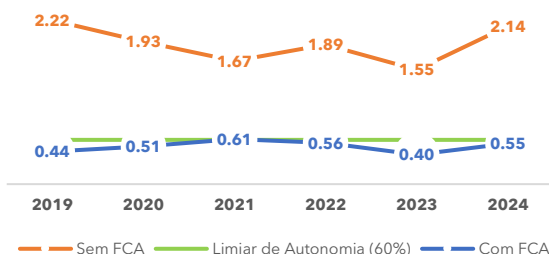


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 44.2. Análise de Riscos

#### 44.2.1. Autonomia

Gráfico 203: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Chibuto



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

A evolução dos salários no Município de Chibuto entre 2019 e 2024, sem recurso ao FCA, manteve-se elevado, variando entre 155% e 222%, indicando incapacidade do município de financiar a massa salarial com recursos próprios. Com o FCA, aproxima-se do limiar de 60%, sinalizando rigidez orçamental e riscos fiscais moderados. Durante este período, em média cerca de 76% das despesas totais do município foram cobertas pelas transferências do Estado, evidenciando ausência de autonomia financeira.

Gráfico 204: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Chibuto



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

## 44.2.2. Endividamento

Gráfico 205: Composição da Dívida-Chibuto

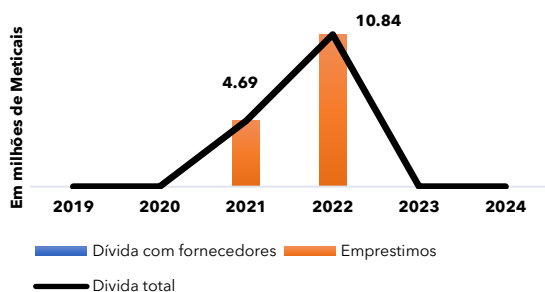
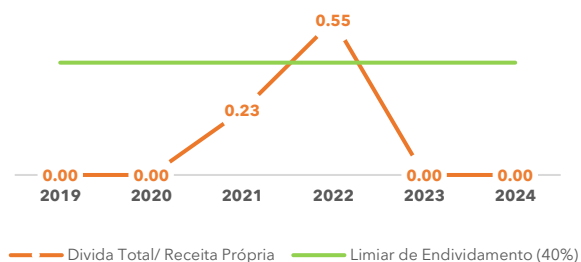


Gráfico 206: Evolução do Rácio da Dívida-Chibuto



A dívida do município com instituições bancárias mostra um crescimento acentuado em 2022 decorrente de empréstimos contraídos para o pagamento de salários e remunerações aos funcionários, mostrando que o rácio está acima do limite de sustentabilidade, porém, para os anos 2023 e 2024, o município não contraiu dívidas.

O rácio Dívida/Receita Própria de Chibuto manteve-se nulo na maior parte do período, com um pico temporário em 2022 (55%), acima do limiar prudencial. A posterior redução para zero indica consolidação financeira, embora o episódio sinalize risco pontual de endividamento.

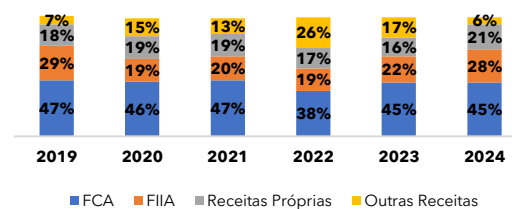
## 45. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE CHOKWE

### 45.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

Entre 2019-2024, a composição da receita total, evidencia uma forte dependência das transferências governamentais, que representam mais de 80% do total. A receita própria mante-se limitada com uma média de apenas 18% revelando baixa capacidade de autofinanciamento.

Em termos nominais a receita total registou um decréscimo em 2024 influenciado pela redução de donativos o que espelha a vulnerabilidade do município.

Gráfico 207: Composição da Receita Total-Chokwe

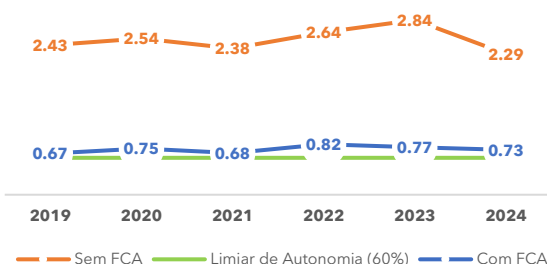


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 45.2. Análise de Riscos

#### 45.2.1. Autonomia

Gráfico 208: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Chokwe



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salários/receita própria de Chókwe manteve-se persistentemente elevado entre 2019 e 2024, variando entre 229% e 284% sem FCA, evidenciando incapacidade de financiar a massa salarial com recursos próprios, dependendo das transferências do governo central. Mesmo com o FCA, o rácio supera o limiar de sustentabilidade, indicando rigidez orçamental e riscos fiscais elevados.

A relação entre receitas próprias e despesa total mostra valores persistentemente abaixo do limiar de autonomia financeira, evidenciando baixa capacidade de financiar as despesas com receitas próprias, colocando o município numa posição de vulnerabilidade fiscal pois, mais de 60% da despesa municipal é coberta pelas transferências intergovernamentais.

Gráfico 209: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Chokwe



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

## 45.2.2. Endividamento

Gráfico 210: Composição da Dívida-Chokwe

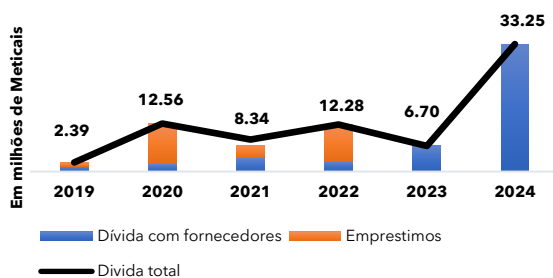
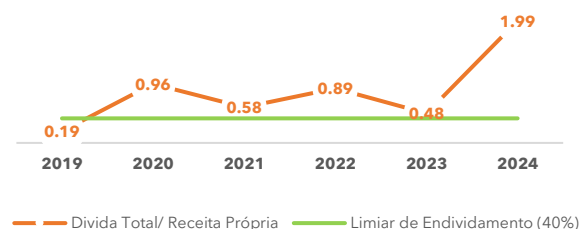


Gráfico 211: Evolução do Rácio da Dívida-Chokwe



A composição da dívida do Município de Chókwe evidencia predominância da dívida comercial (empréstimos bancários). Em 2024, a dívida com fornecedores registou um aumento significativo, como resultado da má classificação da dívida referente aos salários e remunerações dos funcionários nos meses de Novembro e Dezembro, tendo sido pagas no exercício económico seguinte.

O rácio Dívida/Receita Própria do Município de Chibuto apresentou elevada volatilidade, ultrapassando o limiar prudencial de 40% em vários anos, com pico em 2024. Este comportamento evidencia riscos fiscais elevados, associados à sustentabilidade da dívida e à limitada capacidade de geração de receitas próprias.

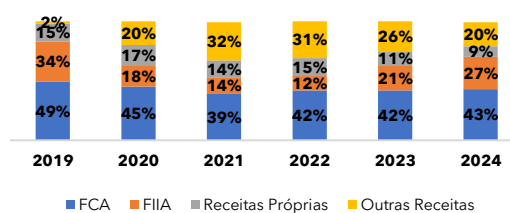
Referir que dado o fraco desempenho da arrecadação de receitas próprias, associado aos atrasos nas transferências do FCA, FIIA e FE, o município teve que recorrer à empréstimos bancários para financiar despesas de funcionamento

## 46. CONSELHO AUTÁRQUICO DA CIDADE DE MANDLAKAZE

### 46.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total mostra que a receita própria do município é rígida, situando-se em média 13,5% do total arrecadado ao longo dos anos. Mais de 80% da receita advém de fontes externas, com destaque para as transferências do Governo. A evolução da receita própria manteve-se baixa e com uma tendência decrescente ao longo do período.

Gráfico 212: Composição da Receita Total-Mandlakaze

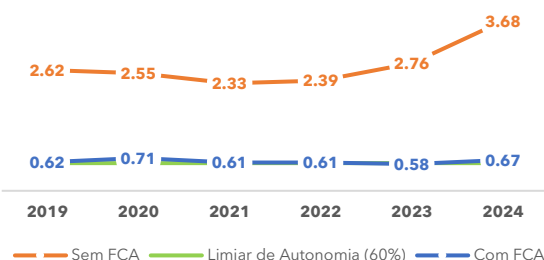


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 46.2. Análise de Riscos

#### 46.2.1. Autonomia

Gráfico 213: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Mandlakaze



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 214: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Mandlakaze



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salário e remuneração em relação a receita própria está acima do limiar de sustentabilidade, indicando que a Autarquia possui fraca capacidade para cobrir a sua folha salarial. Adicionando o FCA às receitas próprias, o rácio decresce para uma média de 3pp acima do limiar, melhorando a situação financeira da Autarquia.

Pode-se observar que, em média, 13% das despesas são suportadas pela receita própria, esta proporção revela uma reduzida capacidade de investimento em áreas fundamentais como infraestrutura, serviços urbanos e desenvolvimento socioeconómico da autarquia.

#### 46.2.2. Endividamento

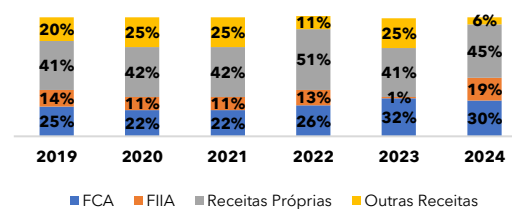
Este município não apresenta registo de endividamento ou obrigações pendentes, durante o período 2019 e 2024, demonstrando cautela fiscal na gestão das finanças autárquicas.

## 47. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DA PRAIA DE BILENE

### 47.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A composição da receita total do Município de Bilene evidencia predominância das receitas próprias tendo contribuído, em média, com cerca de 44%, indicando capacidade de mobilização local, enquanto as transferências do Estado (FCA e FIIA), corresponderam a aproximadamente 38% do total arrecadado. Os riscos fiscais são moderados, sobretudo pela variabilidade das transferências e de "outras receitas"

Gráfico 215: Composição da Receita Total-Bilene



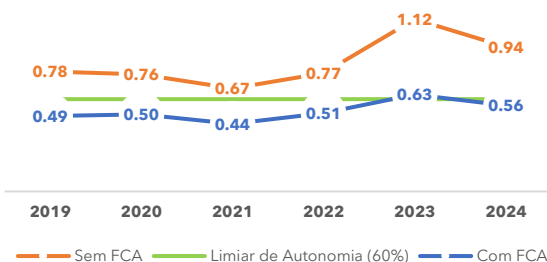
Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Esta análise sugere que o município detém alguma capacidade de mobilização de receita local, pese embora não seja suficientemente robusto para assegurar plena autonomia financeira, continuando a depender de recursos externos para suportar investimentos públicos para o desenvolvimento local.

### 47.2. Análise de Riscos

#### 47.2.1. Autonomia

Gráfico 216: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Bilene

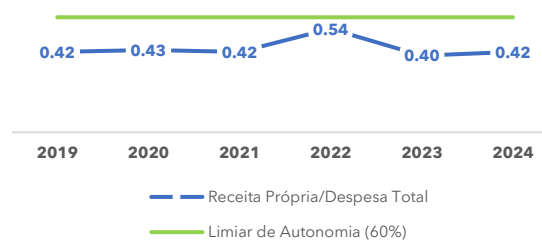


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salários e remunerações excluindo FCA, situa-se em níveis elevados, posicionando em média, 24pp acima do limiar de sustentabilidade. Com a inclusão do FCA, o rácio melhora, situando-se maioritariamente abaixo do limiar de sustentabilidade, indicando maior equilíbrio orçamental. Persistem, contudo, riscos fiscais moderados associados à pressão da massa salarial sobre a receita própria.

Por sua vez, o rácio Receita Própria sobre a Despesa Total manteve-se relativamente estável e sempre abaixo do limiar de autonomia de referência, indicando alguma autonomia financeira intermédia e riscos fiscais moderados, associados à dependência parcial de transferências para cobertura das despesas.

Gráfico 217: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Bilene



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

#### 47.2.2. Endividamento

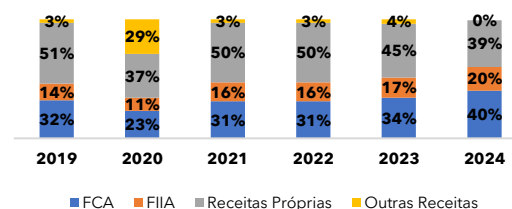
Não há registo de endividamento ou de obrigações pendentes entre 2019 e 2024, o que demonstra disciplina fiscal na gestão financeira da Autarquia de Bilene.

## 48. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA

### 48.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

As receitas próprias e as transferências do Estado representaram em média 45% e 24% da receita total, respectivamente. Esteve na origem do desempenho das receitas próprias, o alargamento da base tributária, com destaque para o aumento da arrecadação do imposto predial autárquico, das licenças e das taxas aplicadas ao exercício de actividades económicas.

Gráfico 218: Composição da Receita Total-Matola

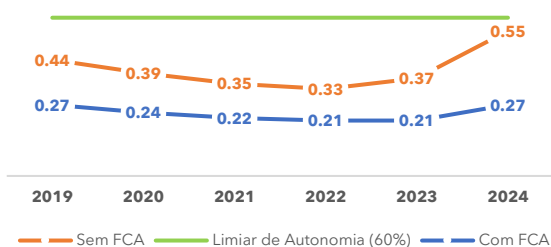


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 48.2. Análise de Riscos

#### 48.2.1. Autonomia

Gráfico 219: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Matola

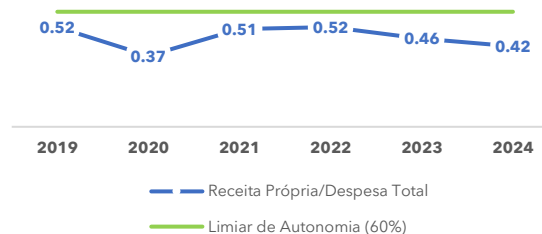


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salários/receita própria manteve-se abaixo do limiar prudencial de 60% ao longo do período, variando entre 33% e 55% sem FCA. Com adição do FCA, o rácio é ainda mais reduzido, indicando maior margem fiscal.

Por outro lado, o município demonstra também capacidade para suportar 47% das suas despesas com recurso a Receita Própria. Os riscos fiscais associados à massa salarial são, no geral, baixos a moderados.

Gráfico 220: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Matola



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

## 48.2.2. Endividamento

Gráfico 221: Composição da Dívida-Matola

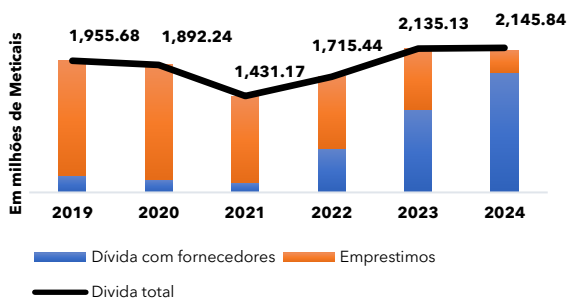


Gráfico 222: Evolução do Rácio da Dívida-Matola



A composição da dívida do Município da Matola evidencia predominância inicial de dívida comercial (banca), no entanto nos últimos anos teve um decréscimo de 80%, verificando-se uma mudança no comportamento da carteira da dívida, com o aumento progressivo da dívida com fornecedores nos últimos anos

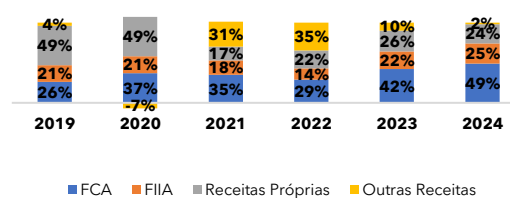
Embora o rácio da dívida total da Autarquia esteja acima do limiar de sustentabilidade, estes tem mostrado um esforço de reduzir o seu nível de endividamento, de 4 para 3 vezes a sua Receita Própria, fruto das amortizações do empréstimo contraído para a construção do edifício sede. Contudo, o município continua a representar riscos fiscais elevados, pressão sobre a solvência, havendo necessidade de gestão rigorosa do endividamento.

## 49. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DA MANHIÇA

### 49.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

Durante o período 2019 - 2024, as receitas provenientes das transferências do Estado (FCA e FIIA), representaram em média 36% e 20% respectivamente, em contrapartida as receitas próprias situaram-se em cerca de 31% o que evidencia uma forte dependência de recursos provenientes do Governo Central.

Gráfico 223: Composição da Receita Total-Manhiça

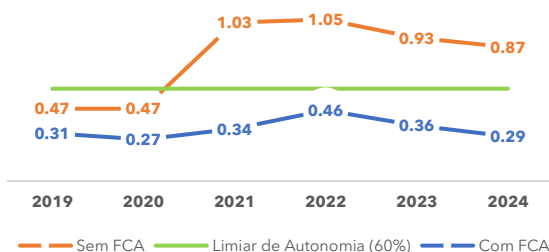


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 49.2. Análise de Riscos

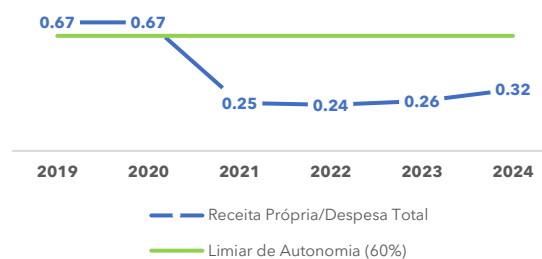
#### 49.2.1. Autonomia

Gráfico 224: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Manhiça



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 225: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Manhiça



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

No que se respeita ao rácio salários e remunerações em função da receita própria, sem a adição do FCA, os rácios, ao longo do período, atingiram níveis muito elevados, em média 20pp acima do limiar. Tal resultado indica que a despesa com pessoal consome praticamente a totalidade da receita própria, revelando pressão orçamental e clara dependência de recursos externos para assegurar a cobertura desta rubrica. Com adição do FCA às receitas próprias, o rácio melhora para uma média de 26pp abaixo do limiar.

Entre 2019 a 2020, o rácio receita própria sobre despesa total situa-se 7pp acima do limiar de sustentabilidade, facto que mostra que a receita própria não era suficiente para financiar a despesa total. Apartir de 2021 - 2024 o rácio melhora para 3pp abaixo do limiar possibilitando que as receitas próprias possam financiar toda despesa.

#### 49.2.2. Endividamento

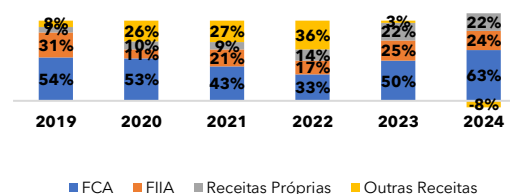
Em termos de sustentabilidade da dívida, os resultados entre 2019 e 2024, demonstram cautela fiscal e ausência de obrigações pendentes.

## 50. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE NAMAACHA

### 50.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

A estrutura da receita Municipal entre 2019-2024 evidencia uma forte predominância de receita externa. FCA contribui, em termos médios, cerca de 49% da receita total, FIIA representou 22%. A receita própria contribui apenas com 14%, revelando uma fraca capacidade de gerar recursos.

Gráfico 226: Composição da Receita Total-Namaacha

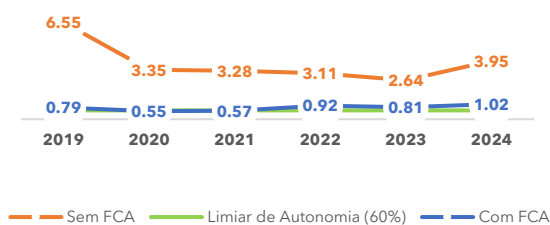


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 50.2. Análise de Riscos

#### 50.2.1. Autonomia

Gráfico 227: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Namaacha



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 228: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Namaacha



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

No que concerne ao rácio salários e remunerações em função da receita própria, este mostra que durante o período em análise o rácio esteve em níveis extremamente elevados sem o FCA, evidenciando incapacidade estrutural de financiar a massa salarial com recursos próprios. Mesmo com a adição do FCA, o rácio situou-se próximo ou acima do limiar de 60%, sinalizando rigidez orçamental, forte dependência de transferências e riscos fiscais elevados. Dado que parte significativa da receita disponível foi absorvida por despesas com pessoal, reduzindo a margem para investimentos e outras despesas estruturais do município

No que respeita à autonomia financeira, medida pelo rácio receita própria sobre despesa total, constata-se que o município permanece em média 47pp abaixo do limiar. Este resultado indica que a receita própria é insuficiente para sustentar as despesas globais do município, indicando uma dependência de transferências intergovernamentais para fazer face as suas despesas.

## 50.2.2. Endividamento

Gráfico 229: Composição da Dívida-Namaacha

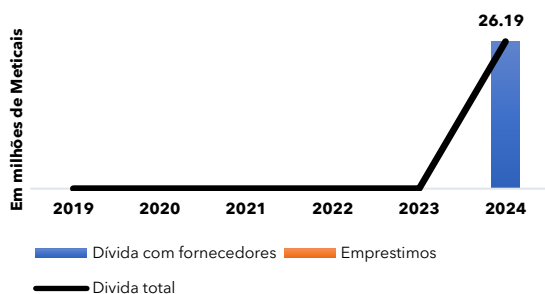
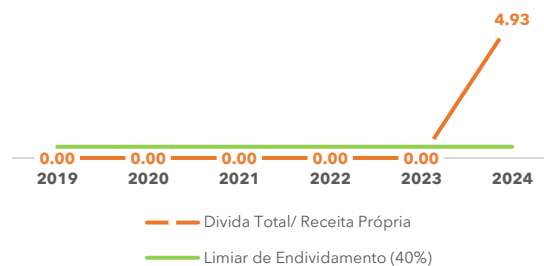


Gráfico 230: Evolução do Rácio da Dívida-Namaacha



Entre 2019 e 2023, a Autarquia não possuía dívidas, não representando riscos para o equilíbrio orçamental. Contudo, em 2024 registou-se uma contracção de dívida na ordem de 26 milhões de meticais, valor superior a receita total do período.

O rácio dívida total sobre a receita própria, em 2024, foi demasiadamente superior ao limiar de sustentabilidade, cerca de cinco vezes a capacidade de arrecadação de receita própria, comprometendo seriamente a sustentabilidade financeira do município e expondo-o a riscos de incumprimento das suas obrigações de médio e longo prazos.

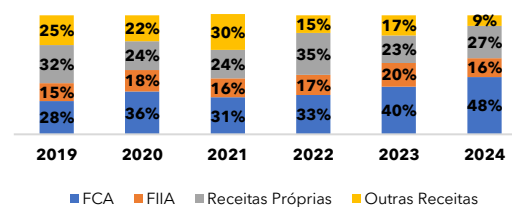
## 51. CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DE BOANE

### 51.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

A análise da carteira da receita total evidencia uma estrutura marcada em média pela predominância das transferências do Governo Central (FCA e FIIA) em 53%, embora se observe, ao longo do período de 2019 a 2024, uma participação da receita própria em média de 28%.

Em 2023, a receita própria registou um declínio assinalável, motivado pela não cobrança de algumas taxas, por conta do período eleitoral municipal.

Gráfico 231: Composição da Receita Total-Boane

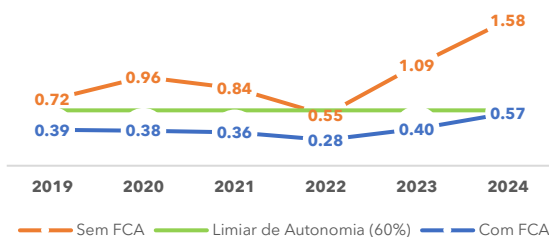


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 51.2. Análise de Riscos

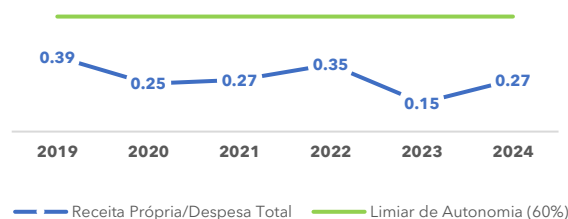
#### 51.2.1. Autonomia

Gráfico 232: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Boane



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

Gráfico 233: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Boane



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

No que se refere ao rácio das despesas com salários e remunerações em relação à receita própria, verifica-se que, ao longo do período em análise e sem considerar o FCA, o indicador manteve-se, em média, cerca de 36pp acima do limiar de sustentabilidade, evidenciando que os encargos com pessoal excederam de forma recorrente a capacidade de cobertura assegurada pela receita própria arrecadada. Com a inclusão do FCA, o rácio regista uma melhoria significativa, posicionando-se, em média, cerca de 20pp abaixo do limiar de referência. Não obstante esta redução do peso relativo da massa salarial, o indicador continua a sinalizar pressões relevantes sobre a receita disponível, reflectindo uma dependência persistente de transferências intergovernamentais para o financiamento das despesas correntes.

Em relação a autonomia financeira, medida pelo rácio da receita própria sobre a despesa total, constata-se que, durante o período em análise o rácio encontra-se 28pp abaixo do limiar, revelando fragilidades na sustentabilidade orçamental do município, apesar dos avanços verificados no processo da arrecadação de receita própria. Assim denota-se que, o município ainda depende, em grande medida, de transferências do Estado para assegurar o equilíbrio das suas finanças.

### **51.2.2. Endividamento**

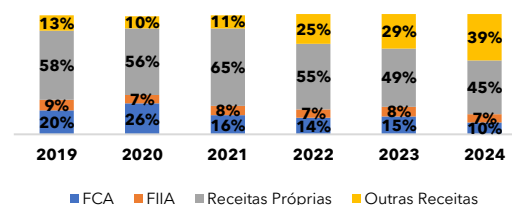
Não há registro de endividamento entre 2019 e 2024, o que demonstra cautela fiscal e ausência de obrigações pendentes.

## 52. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO

### 52.1. Evolução dos Principais indicadores fiscais

No período em análise, parte significativa da receita total é composta pelas receitas próprias (55% em média), demonstrando forte capacidade de arrecadação de receita. As Transferências do Governo Central representam em média 24% e outras receitas 21%.

Gráfico 234: Composição da Receita Total-Maputo

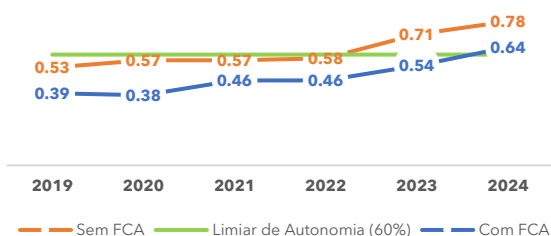


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

### 52.2. Análise de Riscos

#### 52.2.1. Autonomia

Gráfico 235: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria-Maputo

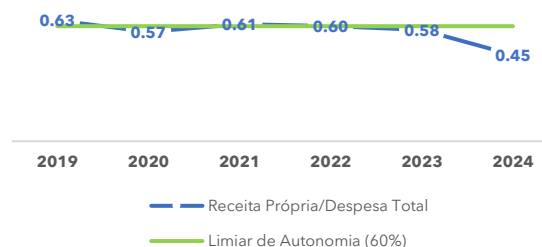


Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

O rácio salário e remuneração em relação a receita própria, mostra que a Autarquia, na sua maioria, tem capacidade suficiente para cobrir as despesas da folha salarial Adicionando o FCA às receitas próprias, o rácio melhora com uma média de 48%, fortalecendo a sua posição financeira.

Pode-se observar que, em média, 57% das despesas totais são suportadas pela receita própria, o que demonstra autonomia financeira da autarquia para realizar as suas despesas com recurso a receitas próprias.

Gráfico 236: Evolução do Rácio da Receita Própria sobre Despesa Total-Maputo



Fonte: Contas Gerência da Autarquia (2019 - 2024)

## 52.2.2. Endividamento

Gráfico 237: Composição da Dívida-Maputo

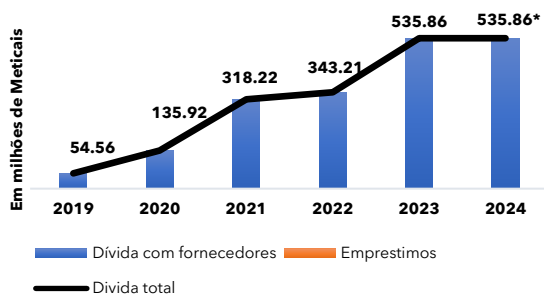
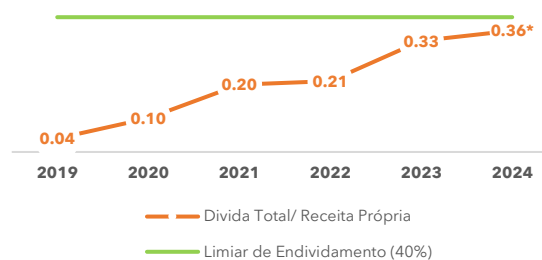


Gráfico 238: Evolução do Rácio da Dívida-Maputo



Embora o Município tenha melhorado o seu nível de arrecadação da receita própria no período em análise, a dívida com fornecedores registou uma tendência crescente, a uma taxa média anual de 87%, proveniente maioritariamente da prestação de serviços para a remoção de resíduos sólidos.

Neste período, o rácio da dívida total em relação à receita própria encontra-se em níveis sustentáveis, representando em média 22pp abaixo do nível de sustentabilidade. No entanto, este rácio tem vindo a deteriorar-se, como resultado do crescimento da dívida com fornecedores.

## 53. ANÁLISE AGREGADA

### 53.1. Evolução dos Principais Indicadores Fiscais

Os agregados que compõem a receita total apresentam uma evolução moderada durante o período analisado, perfazendo um peso médio de 37% e 48% para a Receita Própria e Transferências do Governo Central (33% FCA e 15% FIIA) respectivamente, revelando necessidade de criar robustez financeira interna (maximização de mobilização da receita fiscal), de modo a evitar a vulnerabilidade às flutuações das transferências do Estado, conforme ilustra o gráfico 239 (esquerda).

Gráfico 239: Composição da Receita Total

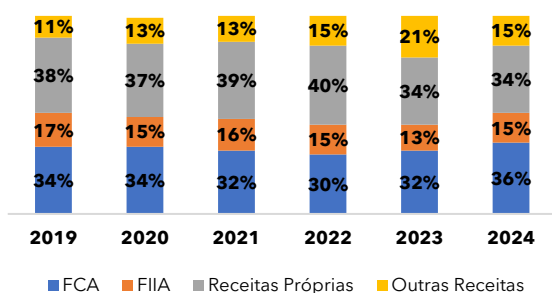
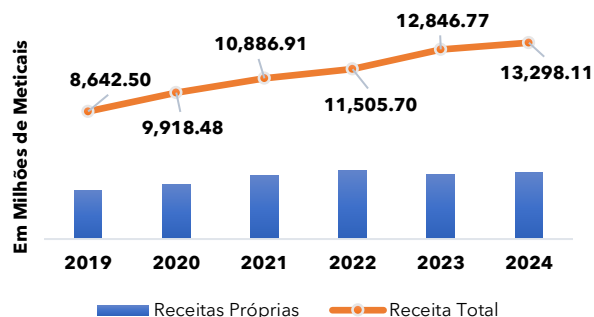


Gráfico 240: Evolução da Receita Própria e Receita Total

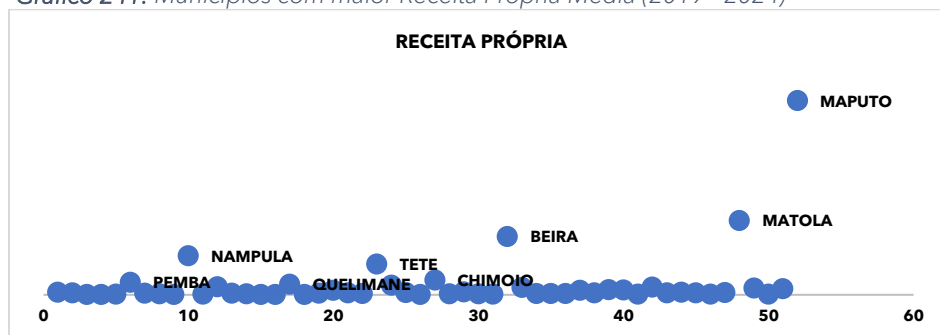


Fonte: MF, DGRF com base nas Contas Gerências das Autarquias (2019 - 2024)

No geral, a receita própria agregada, registou um crescimento médio de 35% de 2019 a 2024, motivada pelo esforço empreendido pelas autarquias na arrecadação da receita própria através da realização de campanhas de fiscalização e sensibilização, digitalização de serviços de cobrança e alargamento da base tributária (gráfico acima à direita).

De forma agregada, o gráfico abaixo mostra que mais de 70% da receita própria é gerada em cinco municípios. Cerca de 36% da receita própria global é detido pela Autarquia de Maputo, seguida das Autarquias de Matola, Beira, Nampula e Tete com 14%, 11%, 7% e 6% respectivamente.

Gráfico 241: Municípios com maior Receita Própria Média (2019 - 2024)



Fonte: MF, DGRF com base nas Contas Gerências das Autarquias (2019 - 2024)

## 53.2. Análise de Riscos

A rubrica salário e remunerações durante o período analisado, representou pressões orçamentais ao nível agregado, representado por um desvio médio negativo de 30pp em relação ao limiar de sustentabilidade, reflectindo um constante desequilíbrio orçamental das autarquias. Apenas com incrementos do FCA a receita própria, estes garantiram menor pressão dos salários, sobre o orçamento autárquico (Gráfico abaixo á esquerda).

A evolução agregada do rácio salários e remunerações sobre a receita própria dos municípios evidencia pressões estruturais sobre a sustentabilidade orçamental. Sem considerar o FCA, o rácio manteve-se sistematicamente acima do limiar de autonomia de 60%, variando entre 81% e 106%, indicando incapacidade de cobertura da massa salarial com receitas próprias. Com a inclusão do FCA, o rácio reduz-se para níveis próximos, porém ainda elevados (46%-51%), sinalizando dependência persistente de transferências e riscos fiscais moderados a elevados.

Gráfico 242: Evolução do Rácio Salário e Remunerações sobre a Receita Própria (Global)

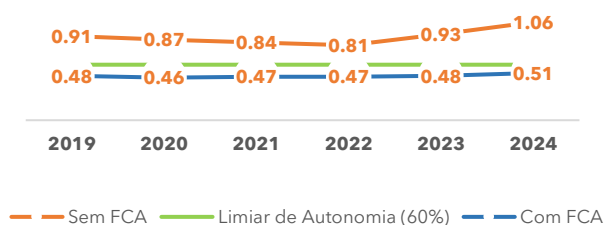


Gráfico 243: Evolução do Rácio da Receita Própria em Função da Despesa Total



Fonte: MF, DGRF com base nas Contas Gerências das Autarquias (2019 - 2024)

A cobertura das despesas totais das autarquias, com recurso a receita própria apresentaram um comportamento abaixo do limiar de autonomia (21pp em média). Este desempenho evidencia limitada capacidade de financiamento das despesas com recursos próprios e elevada dependência de transferências intergovernamentais, revelando a necessidade de melhorar a mobilização da receita e/ou cortes substanciais na despesa, por forma garantir sustentabilidade fiscal e autonomia financeira, minimizando a dependência as transferências do Governo Central (Gráfico 243). A tendência ligeiramente descendente no período recente reforça a existência de riscos fiscais, associados à redução do espaço fiscal e à vulnerabilidade da sustentabilidade orçamental no médio prazo.

Em 2024, o stock da dívida total das autarquias representava cerca de 95% da receita própria agregada, evidenciando um nível elevado de endividamento face à capacidade de geração de recursos próprios e sinalizando vulnerabilidades relevantes em termos de sustentabilidade fiscal. A dívida a fornecedores constitui a principal componente do passivo, correspondendo a aproximadamente 82% da dívida total, o que reflecte constrangimentos de liquidez e atrasos nos pagamentos correntes.

Este perfil de endividamento foi fortemente influenciado por algumas autarquias, com destaque para Matola, Pemba e Maputo, com montantes estimados em cerca de 1,776 mil milhões, 600 milhões e 535 milhões de meticais, respectivamente. A elevada concentração do

passivo nestes municípios aumenta o risco sistémico a nível do sector autárquico e reforça a necessidade de medidas de consolidação fiscal, melhoria da gestão de tesouraria e reforço da capacidade de arrecadação de receitas próprias.

Gráfico 244: Composição da Dívida

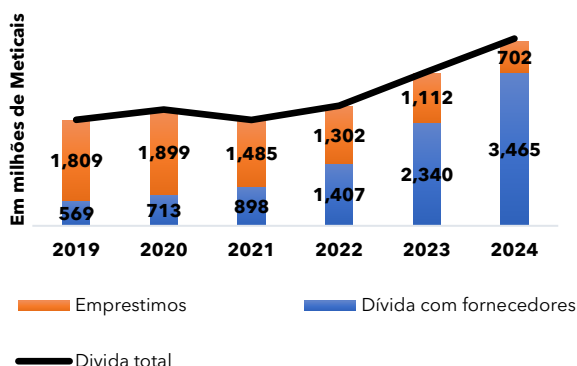
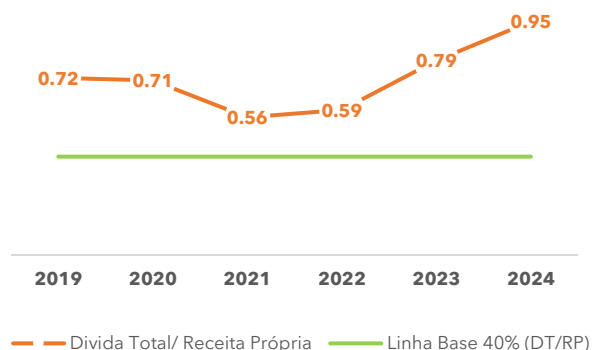


Gráfico 245: Evolução do Rácio da Dívida



Fonte: MF, DGRF com base nas Contas Gerências das Autarquias (2019 - 2024)

A dívida comercial foi fortemente explicada pelas autarquias da Matola e Pemba, representando um peso de 93% da dívida comercial total em 2024, com maior preocupação para a de Pemba, por incumprimento das prestações para a sua amortização.

Gráfico 246: Dívida Comercial por Autarquia em 2024

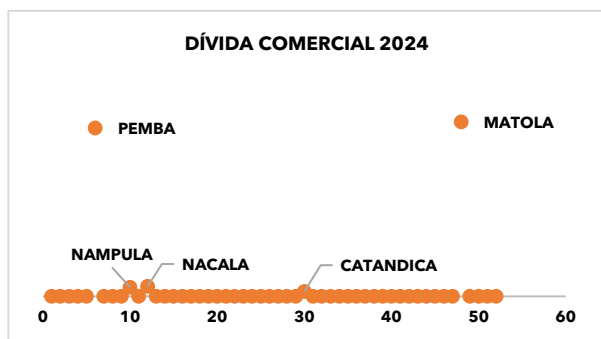
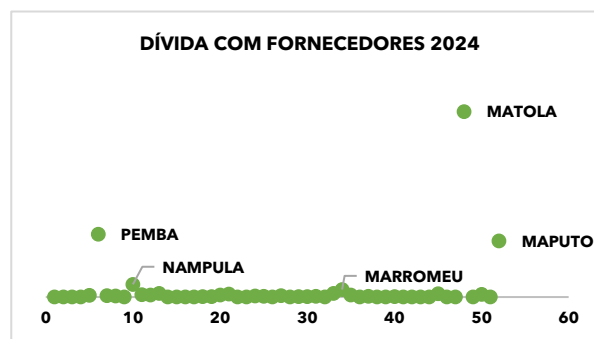


Gráfico 247: Dívida com Fornecedores por Autarquia em 2024



Fonte: MF, DGRF com base nas Contas Gerências das Autarquias (2019 - 2024)

---

## V. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS AUTARQUIAS

---

O processo de descentralização acarreta riscos fiscais, sobretudo quando os órgãos descentralizados, dotados de autonomia financeira e patrimonial, não dispõem de capacidade adequada de gestão financeira e orçamental, ou quando o quadro legal e de supervisão é insuficiente. Sem mecanismos eficazes de controlo e apoio, as Autarquias, em particular, podem incorrer em desequilíbrios que, em última instância, pressionam as finanças públicas.

As principais fontes de risco fiscal associadas às Autarquias Locais e identificadas no presente relatório relacionam-se ao:

- **Endividamento excessivo** - Contracção de dívidas acima da capacidade de serviço, levando a potenciais incumprimentos.
- **Elevada dependência de transferências do Governo Central** - Receitas próprias reduzidas tornam a Autarquia vulnerável a flutuações nas transferências.
- **Baixa geração de receitas próprias** - Limita a sustentabilidade financeira e a capacidade de resposta a choques.
- **Rigidez orçamental com altos custos fixos (sobretudo pessoal)** - Dificulta ajustes em cenários de queda de receita, pois grande parte da despesa é inflexível.

A avaliação da exposição ao risco fiscal das Autarquias Locais foi realizada com base no desempenho em cinco rácios financeiros:

- **Receita Própria/Despesa Total;**
- **Salários e Remunerações/Receita Própria;**
- **Salários e Remunerações/(Receita Própria + Fundo de Compensação Autárquica - FCA);**
- **Salários e Remunerações/Despesa Total;**
- **Dívida Total/Receita Própria.**

Com base nos resultados, as Autarquias foram classificadas conforme o seguinte critério quantitativo:

- **Baixo Risco Fiscal:**
  - Cumpre **pelo menos 4 dos 5 indicadores** dentro dos limiares estabelecidos;
  - Nenhum dos indicadores excede o seu limiar em mais de 20%;
  - Indica sólida sustentabilidade financeira e gestão prudente.
- **Médio Risco Fiscal:**
  - Cumpre **entre 2 e 3 dos 5 indicadores;**
  - Pode haver ultrapassagem de até 50% do limiar em alguns indicadores;
  - Indica existência de vulnerabilidades, exigindo acompanhamento e medidas correctivas preventivas.

- **Alto Risco Fiscal:**

- Cumpre **menos de 2 indicadores**;
- Presença de um ou mais indicadores ultrapassando em mais de 50% o seu limiar;
- Indica situação financeira frágil, exigindo intervenção urgente e plano de recuperação.

No universo das 52 autarquias analisadas, 24 estão na categoria de alto risco fiscal, podendo pressionar as contas do governo central para a manutenção de serviços públicos autárquicos. As restantes 28 autarquias estão na região médio e baixo risco (26 e 2 respectivamente).

*Tabela 2: Tabela das Autarquias por grupo de risco e principais características.*

Autarquias		Características dos indicadores
<b>Autarquias com alto risco fiscal</b>	Vila de Metangula, Cidade de Pemba, Cidade de Montepuez, Cidade de Mueda, Cidade de Nampula, Cidade da Ilha de Moçambique, Cidade de Nacala, Cidade de Angoche, Vila de Ribáuè, Cidade de Quelimane, Cidade de Mocuba, Vila de Ulongoe, Cidade de Manica, Vila de Catandica, Vila de Sussundenga, Cidade de Dondo, Vila de Marromeu, Vila de Gorongosa, Vila de Quissico, Cidade de Xai-Xai, Cidade de Chokwé, Cidade de Mandlacaze, Vila de Namaacha e Cidade de Maputo <sup>5</sup>	Apresentam múltiplas fragilidades, como baixa capacidade de arrecadação da receita própria, despesas salariais elevadas em relação às receitas próprias e elevado peso do endividamento. Os rácios Receita Própria/Despesa Total situam-se abaixo de 40%, indicando forte dependência de transferências do Estado; os rácios Salários/Receita Própria superam os 100%, indicando que as autarquias não têm capacidade de financiar salários com seus próprios recursos; e dívidas superiores a 60% da receita própria, comprometem a liquidez e capacidade de investimento.

<sup>5</sup> A presença da Autarquia de Maputo neste grupo (com cerca de 33% da receita própria global e 25% da receita total), distorce os resultados médios do grupo, melhorando os rácios relativos a receita própria. Se retirarmos esta autarquia do grupo os rácios assumem valores mais alarmantes.

	<b>Autarquias</b>	<b>Características dos indicadores</b>
<b>Autarquias com médio risco fiscal</b>	Cidade de Lichinga, Cidade de Cuamba, Vila de Marrupa, Vila de Mandimba, Cidade de Chiúre, Vila de Monapo, Vila de Malema, Vila de Maganja da Costa, Cidade De Gurué, Vila de Milange, Vila de Alto Molócue, Cidade de Tete, Vila de Nhamayabue, Cidade de Chimoio, Vila de Gondola, Cidade da Beira, Vila de Nhamatanda, Cidade de Inhambane, Vila de Massinga, Cidade de Maxixe, Vila da Macia, Cidade de Chibuto, Vila da Praia de Bilene, Cidade da Matola, Vila da Manhiça e Vila de Boane	Embora não estejam em crise aguda, essas autarquias operam com pressões estruturais e risco de desequilíbrio, especialmente se houver choques exógenos. Este grupo inclui autarquias com alguns sinais de alerta: os salários absorvem entre 60% e 80% da receita própria e a dívida encontra-se relativamente controlada, mas sem margem fiscal significativa, embora com algum grau de autonomia financeira, mas ainda insuficiente.
<b>Autarquias com baixo risco fiscal</b>	Vila de Moatize e Cidade de Vilankulos	São autarquias financeiramente mais autónomas, eficientes na arrecadação de receita e controladas na despesa. São exemplos de boas práticas de gestão local e demonstram equilíbrio orçamental, capacidade de financiamento das despesas correntes com recurso as suas receitas próprias e endividamento controlado, indicando solidez fiscal

---

## VI. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

---

Os riscos fiscais das Autarquias podem criar pressão nas contas públicas. Para minimizar esse impacto algumas acções podem ser desenvolvidas, com destaque para:

Ord.	Categoria	Medidas	Mecanismos de Execução	Responsabilidade
1	RECEITA	<b>Maximização e exploração de outras fontes de receita</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Operacionalização da cobrança de taxas previstas por Lei</li></ul>	MF e MAEFP
			<ul style="list-style-type: none"><li>Condicionamento da prestação de Serviços Administrativos à apresentação da comprovação de pagamento do Imposto Pessoal Autárquico (nos serviços e departamentos do Estado e das Autarquias, exceptuando-se hospitais, escolas e serviços de assistência)</li><li>Exigência de Declaração de Inscrição Predial para Ligações de serviços de fornecimento de água, energia e telecomunicações</li></ul>	MF e MAEFP

Ord.	Categoria	Medidas	Mecanismos de Execução	Responsabilidade
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar e operacionalizar o sistema electrónico de arrecadação de receita para as autarquias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MF</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operacionalizar um mecanismo de reconciliação da transferência de valores da taxa de saneamento feitos para as Autarquias</li> <li>• Obrigatoriedade da EDM, comunicar mensalmente a transferência dos valores da Taxa de Lixo feitas para às Autarquias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MF &amp; EDM</li> <li>• EDM</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transferência de toda receita cobrada para Conta Única Autárquica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MF</li> </ul>
<b>2</b>		<b>Estabelecimento e cumprimento de prazos para as transferências do FCA e FIJA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a observância de um calendário de transferência dos fundos até ao último dia de cada trimestre</li> <li>• Operacionalizar as transferências do Governo Central directo para Conta Única Autárquica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MF</li> <li>• MF</li> </ul>
<b>3</b>	<b>DESPESA</b>	<b>Estabelecimento de limites para encargos com pessoal (Salários e Remunerações)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introduzir limite de despesas com salários e remunerações através de rácios sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MF</li> </ul>

Ord.	Categoria	Medidas	Mecanismos de Execução	Responsabilidade
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver e operacionalizar o e-SNGRHA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MF &amp; MAEFP</li> </ul>
4	DÍVIDA	Cumprimento escrupuloso da solicitação de ratificação do MF, sobre o recurso a empréstimos plurianuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicar aos Bancos Comerciais a obrigatoriedade da ratificação dos empréstimos plurianuais das Autarquias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MF</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a apresentação da ratificação do Ministério da Economia, no acto da supervisão realizada pelo Banco de Moçambique aos bancos comerciais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MF &amp; BM</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimento de critérios para ratificação dos empréstimos incluindo a sujeição à análise de risco (Revisão do artigo 20, da Lei 1/2008)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MF</li> </ul>
5		Regulamentar os limites de contracção de empréstimos plurianuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar limites, usando rácios sustentáveis para contracção de empréstimos plurianuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MF</li> </ul>
6	CONTROLO e MONITORIA	Controlo e monitoria financeira regular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar uma unidade de assistência técnica, supervisão e controlo do desempenho financeiro das Autarquias Locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MF</li> </ul>

Ord.	Categoria	Medidas	Mecanismos de Execução	Responsabilidade
			<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaborar anualmente o Relatório de riscos fiscais das Autarquias Locais</li></ul>	MF

---

## VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A análise evidencia desafios significativos para a sustentabilidade fiscal das Autarquias Locais, com destaque para:

- **Endividamento elevado** nas autarquias de Maputo, Matola, Nacala, Nampula, Pemba, Gorongosa e Marrromeu, gerando pressão sobre as finanças e comprometendo a estabilidade orçamental.
- **Dependência excessiva das transferências intergovernamentais**, agravada por flutuações na arrecadação própria e falta de diversificação das fontes de receita, com excepção de Maputo, Matola, Tete e Beira.
- **Desigualdades fiscais** entre Autarquias, sobretudo nas vilas como Metangula, Marrupa, Ribáuè, Malema, Maganja da Costa, Ilha de Moçambique e Nhamayabue apresentam maior deterioração financeira, com défices orçamentais e dificuldades para honrar despesas e dívidas, comparativamente às cidades com maior capacidade de arrecadação e gestão eficiente.
- **Gastos com pessoal** são a principal causa dos desequilíbrios, estando acima do limiar de autonomia em 71% das Autarquias analisadas.

Medidas de mitigação como reformas fiscais para melhorar a gestão da dívida das Autarquias, optimização dos seus gastos, permitirão garantir um equilíbrio fiscal a longo prazo. Por outro lado, a reestruturação das dívidas, a revisão de políticas de gastos e a busca por fontes alternativas de receita, tornam-se igualmente essenciais para o mesmo propósito.

Por último, há necessidade de acompanhamento contínuo e regular das finanças autárquicas para melhorar a previsão e a gestão dos riscos fiscais a longo prazo, acautelando crises financeiras que possam afectar a capacidade de prestação de serviços públicos essenciais à população.

---

## GLOSSÁRIO

---

**Risco Fiscal** - são possibilidades de ocorrências de eventos capazes de afectar as contas públicas, comprometendo o alcance dos resultados fiscais estabelecidos como metas e objetivos.

**Autonomia Financeira** - capacidade reconhecida por lei a um órgão, instituição do Estado e entidades descentralizadas dotando-o de poderes próprios para praticar actos administrativos definitivos e executórios, no âmbito da respectiva gestão administrativa e financeira corrente, incluindo a capacidade de criar, adquirir, gerir e alienar o património próprio ou que lhe está afecto.

**Sustentabilidade Fiscal** - capacidade de um órgão ou instituição do Estado de sustentar seus gastos durante os próximos exercícios económicos, sem ameaçar o cumprimento de algumas das suas responsabilidades ou despesas agendadas.

**Autarquia** - pessoa colectiva pública dotada de órgãos representativos próprios que visa a prossecução dos interesses da população respectiva, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado. As autarquias locais são os municípios e as povoações.

**Receita Própria** - o produto: da cobrança dos impostos e taxas autárquicas; de um percentual de impostos do Estado; da cobrança das contribuições especiais; de taxas por licenças concedidas pelos órgãos autárquicos; de cobrança de taxas ou tarifas resultantes da prestação de serviços; de multas que, por lei, regulamento ou postura, caibam à autarquia local; de legados, doações e outras liberalidades, quando não consignadas para os objectivos definidos pelo doador; de quaisquer outras receitas estabelecidas por lei a favor das autarquias locais; do rendimento de serviços pertencentes à autarquia local, por ela administrados, dados em concessão ou exploração; do rendimento de bens e direitos próprios, móveis e imóveis, por ela administrados, dados em concessão ou exploração; da alienação de bens e direitos próprios.

**Despesa Pública** - são os gastos realizados pelo governo para atender às necessidades colectivas e promover o bem-estar social.

---

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Ahmad, E. (2002). Fiscal decentralization and public sector efficiency: Evidence from OECD countries. *International Monetary Fund Working Paper*, 02(3), 1-30;
- Bird, R. M. (1999). Intergovernmental fiscal relations: Overview of key issues and policy challenges. *International Monetary Fund Working Paper*, 99(5), 1-29;
- Oates, W. E. (1972). *Fiscal federalism*. Harcourt Brace Jovanovich;
- Ter-Minassian, T. (1997). Decentralization and fiscal management in Colombia. *International Monetary Fund Working Paper*, 97(6), 1-37;
- Bird, R. M., & Slack, E. (2005). Urban fiscal policy and municipal finance. *Handbook of Fiscal Federalism*, 1-45;
- OECD. (2020). *Fiscal Federalism 2020: Making Decentralization Work*.
- IESE. (2012). *Moçambique: Descentralizar O Centralismo? Economia Política, Recursos E Resultados*.
- Bova, E., Carcenac, N., & Guerguil, M. (2016). Fiscal rules and the procyclicality of fiscal policy in the developing world. IMF Working Paper No. 16/122. International Monetary Fund.
- Cebotari, A. (2009). *Contingent Liabilities: Issues and Practice*. IMF Working Paper No. 09/180. International Monetary Fund.
- de Mello, L., & Ter-Minassian, T. (2024). *Managing Fiscal Risks: A Review of Country Practices*. International Monetary.
- Irwin, T., & Moretti, D. (2020). *Managing Fiscal Risks from State-Owned Enterprises*. IMF How-To Note 20/01. International Monetary Fund.
- Lentner, C. (2014). Subnational Government Debt Management. *Public Finance Quarterly*, 59(4), 458-470.
- Rangarajan, C., & Prasad, A. (2013). *Fiscal Rules and Fiscal Councils: Learning from International Experience*. Working Paper No. 13/14. National Institute of Public Finance and Policy (NIPFP).
- Saxena, S. (2022). *Fiscal Risks: Understanding, Management, and Communication*. IMF Fiscal Affairs Department Technical Note. International Monetary Fund.
- World Bank. (2019). *Managing fiscal risks in subnational governments*. The World Bank Group.

# ANEXO I: Indicadores de Risco por Autarquia

DESCRICOÃO	AUTONOMIA 1 (RP/DT)						AUTONOMIA 2 (SR/RP+FCA)						AUTONOMIA 3 (SR/RP)						AUTONOMIA 4 (SR/DT)						SOLVÉNCIA 1 (DI/RP)						
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
<b>AUTARQUIAS DE NIASSA</b>																															
CIDADE DE LICHINGA	0.07	0.15	0.12	0.1	0.10	0.07	0.67	0.69	0.70	0.59	0.49	0.4	3.89	3.70	3.66	3.63	2.73	3.18	0.29	0.56	0.42	0.38	0.27	0.24	0	0	0	0	0	0	
CIDADE DE CUAMBA	0.12	0.11	0.15	0.11	0.09	0.12	0.56	0.64	0.60	0.57	0.43	0.36	2.81	4.13	2.76	3.35	3.38	2.2	0.34	0.43	0.41	0.38	0.30	0.27	0	0.44	0.09	0	0	0	
VILA DE METANGULA	0.06	0.11	0.04	0.07	0.04	0.06	0.86	0.80	0.76	0.63	0.61	0.45	6.37	5.39	8.24	6.78	7.38	5.07	0.40	0.61	0.31	0.44	0.31	0.32	0.04	0.03	0.05	1.66	3.64	0	
VILA DE MARRUPA	0.05	0.04	0.04	0.04	0.06	0.04	0.75	0.74	0.71	0.47	0.55	0.31	10.63	14.21	10.77	7.89	6.48	5.5	0.50	0.55	0.46	0.29	0.36	0.35	0.39	1.45	2.71	9.41	0	0	
VILA DE MANDIMBA	0.13	0.09	0.10	0.12	0.09	0.09	0.74	0.67	0.49	0.48	0.46	0.37	3.97	3.93	2.62	2.49	2.63	2.72	0.53	0.35	0.26	0.30	0.25	0.25	0	0	0	1.35	3.32	3.43	
<b>AUTARQUIAS DE CABO DELGADO</b>																															
CIDADE DE PEMBA	0.55	0.38	0.37	0.36	0.40	0.46	0.30	0.51	0.73	0.84	0.59	0.52	0.43	1.02	1.50	1.87	1.11	1.00	0.24	0.39	0.55	0.66	0.44	0.46	0.43	2.14	1.90	2.28	2.04	6.49	
CIDADE DE MONTEPUEZ	0.14	0.10	0.10	0.08	0.10	0.1	0.71	0.56	0.57	0.55	0.53	0.52	2.76	3.45	2.90	3.30	3.21	4.33	0.38	0.35	0.28	0.26	0.31	0.45	1.16	1.26	0.9	1.03	1.14	0.9	
CIDADE DE MUEDA	0.10	0.08	0.10	0.13	0.11	0.14	0.52	0.30	0.37	0.38	0.52	0.41	3.04	2.67	2.60	2.08	2.62	2.54	0.29	0.21	0.26	0.27	0.30	0.35	2.19	1.36	0.96	0	1.42	0.9	
CIDADE DE CHIURE	0.07	0.05	0.09	0.04	0.03	0.05	0.42	0.44	0.39	0.68	0.49	0.27	5.06	4.83	3.31	7.66	9.98	5.14	0.33	0.26	0.28	0.34	0.29	0.25	6.55	3.38	2.31	3.44	5.04	0	
<b>AUTARQUIAS DE NAMPUALA</b>																															
CIDADE DE NAMPUALA	0.35	0.43	0.44	0.50	0.42	0.40	0.67	0.53	0.46	0.40	0.46	0.53	1.40	0.95	0.82	0.61	0.88	1.30	0.49	0.41	0.36	0.31	0.37	0.52	0.29	0.29	0.36	0.13	0.45	0.62	
CIDADE DA ILHA DE MOCAMBIQUE	0.07	0.03	0.05	0.05	0.06	0.13	0.66	0.92	1.05	1.00	0.74	0.57	5.35	13.86	10.63	8.07	8.59	3.09	0.36	0.36	0.51	0.37	0.49	0.41	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4.49	
CIDADE DE NACALA	0.34	0.24	0.29	0.25	0.28	0.22	0.69	0.77	0.77	0.85	0.79	0.82	2.15	2.31	2.21	2.52	2.31	3.13	0.72	0.55	0.65	0.62	0.66	0.69	0.83	1.87	1.19	1.53	1.21	0.55	
CIDADE DE ANGOICHE	0.12	0.09	0.08	0.17	0.07	0.14	0.72	0.77	0.81	0.70	0.59	0.7	3.62	4.94	6.60	3.17	6.75	4.3	0.45	0.45	0.53	0.55	0.47	0.59	0.26	1.06	3.18	1.11	7.58	2.14	
VILA DE MONAPO	0.10	0.06	0.07	0.05	0.06	0.07	0.67	0.40	0.35	0.34	0.56	0.54	4.4	3.90	3.09	3.64	6.81	6.2	0.42	0.23	0.23	0.18	0.42	0.45	0.78	0.35	3.49	0	0	0	
VILA DE RIBAUE	0.04	0.05	0.04	0.04	0.02	0.03	0.53	0.50	0.36	0.44	0.26	0.68	7.08	6.83	5.82	6.84	7.89	13.23	0.28	0.33	0.26	0.25	0.18	0.41	0.28	0.35	0.07	0	0	0	
VILA DE MALEMA	0.06	0.06	0.04	0.04	0.02	0.06	0.57	0.50	0.40	0.48	0.71	0.41	6.73	5.27	6.30	6.48	12.28	4.21	0.39	0.31	0.26	0.28	0.22	0.27	0	0	0	0	4.9	0	
<b>AUTARQUIAS DE ZAMBÉZIA</b>																															
CIDADE DE QUELIMANE	0.28	0.39	0.33	0.27	0.29	0.34	0.68	0.69	0.71	0.75	0.69	0.60	1.69	1.51	1.43	1.66	1.60	1.58	0.48	0.59	0.48	0.45	0.46	0.54	0.88	0.71	0.59	0.08	0.10	0.09	
VILA DE MAGANJA DA COSTA	0.06	0.08	0.15	0.07	0.07	0.07	0.42	0.45	0.34	0.40	0.48	0.48	2.97	3.26	1.30	2.58	2.85	2.85	0.19	0.27	0.20	0.17	0.21	0.21	4.06	1.57	0.63	1.26	0.99	0.99	
CIDADE DE GURUE	0.08	0.14	0.10	0.13	0.13	0.21	1.11	0.91	0.54	0.74	0.83	0.59	8.91	4.14	3.92	3.25	4.05	2.38	0.68	0.59	0.41	0.41	0.54	0.5	0	0	0	0	1.93	0.34	
CIDADE DE MOCUBA	0.31	0.36	0.24	0.32	0.22	0.25	0.89	0.68	0.56	0.71	0.66	0.53	1.55	1.35	1.64	1.50	1.61	1.91	0.47	0.48	0.40	0.48	0.36	0.47	0.96	1.24	0.1	0.73	1.03	0.64	
VILA DE MILANGE	0.16	0.28	0.33	0.35	0.25	0.21	0.56	0.52	0.48	0.47	0.49	0.41	2.14	1.38	1.08	1.00	1.32	1.27	0.34	0.39	0.35	0.35	0.33	0.26	0.38	0.51	0.64	1.27	2.67	1.89	
VILA DE ALTO MOLOCUE	0.12	0.15	0.12	0.16	0.18	0.13	0.44	0.49	0.22	0.40	0.38	0.34	1.95	2.18	1.30	1.47	1.48	1.54	0.24	0.33	0.16	0.24	0.26	0.2	1.14	1.67	0.01	0	0.4	0.2	
<b>AUTARQUIAS DE TETE</b>																															
CIDADE DE TETE	0.55	0.55	0.50	0.72	0.49	0.54	0.42	0.36	0.35	0.27	0.42	0.31	0.65	0.58	0.57	0.37	0.65	0.57	0.36	0.32	0.28	0.26	0.32	0.31	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
VILA DE MOATIZE	0.42	0.65	0.68	0.76	0.70	0.72	0.93	0.38	0.26	0.25	0.35	0.29	0.93	0.57	0.32	0.30	0.48	0.42	0.39	0.37	0.22	0.23	0.33	0.30	0.37	0.29	0.19	0.30	0.23	0.12	
VILA DE ULONGOE	0.54	0.68	0.64	0.54	0.87	0.47	0.54	0.42	0.43	0.48	0.29	0.4	1.15	0.94	0.95	1.13	0.75	1.25	0.62	0.64	0.62	0.61	0.65	0.59	0.27	0.16	0.21	0.19	0.51	0.41	
VILA DE NHAMAYABUE	0.16	0.16	0.16	0.22	0.09	0.08	1	1.00	0.60	0.53	0.54	0.5	3.14	3.14	3.20	2.25	5.86	6.26	0.50	0.50	0.50	0.50	0.50	0.5	0	0	0	0	6.78	0	
<b>AUTARQUIAS DE MANICA</b>																															
CIDADE DE CHIMOIO	0.35	0.35	0.39	0.34	0.31	0.26	0.52	0.48	0.50	0.63	0.52	0.43	1.31	0.95	0.98	1.39	1.28	1.15	0.46	0.33	0.38	0.47	0.40	0.30	0.11	0.03	0.27	0.30	0.06	0.11	
VILA DE GONDOLA	0.24	0.18	0.19	0.15	0.11	0.11	0.79	0.69	0.70	0.59	0.45	0.45	2.95	2.47	2.82	3.15	2.78	2.78	0.70	0.44	0.53	0.47	0.29	0.29	0.34	0.26	0.29	0.39	0.35	0.35	
CIDADE DE MANICA	0.46	0.59	0.59	0.48	0.54	0.64	0.84	0.78	0.72	0.80	0.65	0.62	2.17	1.70	1.69	2.09	1.85	1.55	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1	0.27	0.17	0.26	0.83	0.62	0.51	
VILA DE CATANDICA	0.44	0.39	0.37	0.38	0.40	0.24	0.78	0.68	0.69	0.69	0.52	0.61	2.29	2.58	2.71	2.60	2.53	2.24	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	0.53	2.93	2.99	2.56	1.83	1.98	1.49	
VILA DE SUSSUNDENGA	0.20	0.35	0.14	0.11	0.08	0.16	0.29	0.24	0.53	0.74	0.68	0.6	2.78	1.56	3.68	4.71	6.23	3.35	0.54	0.55	0.53	0.53	0.53	0.53	0	0	0	1.62	1.66	2.67	1.41
<b>AUTARQUIAS DE SOFALA</b>																															
CIDADE DA BEIRA	0.46	0.47	0.57	0.50	0.40	0.44	0.53	0.53	0.52	0.56	0.50	0.61	0.95	0.88	0.78	0.88	0.84	0.98	0.43	0.42	0.45	0.44	0.34	0.43	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
CIDADE DE DONDO	0.27	0.33	0.41	0.35	0.33	0.35	0.72	0.65	0.57	0.65	0.60	0.64	1.80	1.27	1.06	1.38	1.28	1.37	0.49	0.42	0.43	0.48	0.43	0.48	0.27	0.15	0.09	0.43	0.56	0.55	
VILA DE MARROMEU	0.27	0.44	0.45	0.38	0.35	0.38	0.47	0.32	0.30	0.35	0.37	0.38	2.04	1.17	1.13	1.34	1.60	1.4	0.55	0.51	0.51	0.51	0.55	0.53	0.24	2.44	1.4	1.2	2.54	5.76	
VILA DE GORONGOSA	0.22	0.26	0.33	0.28	0.24	0.35	0.49	0.51	0.64	0.73	0.63	0.47	2.57	2.15	1.71	2.01	2.18	1.57	0.56	0.56	0.56	0.55	0.53	0.55	1.74	1.01	1.14	0.41	0.03	2.08	
VILA DE NHAMATANDA	0.31	0.44	0.41	0.46	0.34	0.29	0.48	0.38	0.39	0.39	0.37	0.44	1.79	1.24	1.34	1.24	1.61	1.97	0.56	0.55	0.56	0.57	0.56	0.57	0	0	0	0	0	0	
<b>AUTARQUIAS DE INHAMBANE</b>																															
CIDADE DE INHAMBANE	0.18	0.20	0.16	0.22	0.25	0.23	0.42	0.40	0.49	0.56	0.65	0.57	1.37	1.27	1.54	1.46	1.88	1.96	0.24	0.25	0.25	0.32	0.46	0.45	0.00	0.00	0.00	0.20	0.56	0	